



CIÊNCIA, TECNOLOGIA & SOCIEDADE



ANAI

ISBN: 978-85-64736-21-4

XXI Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão

MULHERES NA CIÊNCIA:
SUPERANDO DESAFIOS E CONSTRUINDO O FUTURO.



Ivani Pose Martins
Organizadora

ANAIS ELETRÔNICOS
XXI Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão:
Ciência, Tecnologia & Sociedade
Mulheres na ciência: superando desafios e construindo o futuro
(RESUMOS)

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FORMIGA-MG – FUOM
Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG
Centro de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação - CEPEP
Formiga – MG
2025

© 2025 UNIFOR-MG

Os resumos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.

É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Revisores:

Sandra de Almada Mota

Virgínia Alves Vaz

Disponível em: <https://www.uniformg.edu.br>

Endereço para correspondência:

Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG

Mantenedora: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FORMIGA-MG - FUOM

Av. Dr. Arnaldo de Senna, n.º 328 - Palmeiras

Formiga – MG

CEP: 35.574-530

Telefax: (37) 3329-1400

E-mail: mipe@uniformg.edu.br

APRESENTAÇÃO

A XXI Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão (MIPE) do Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG foi realizada com grande êxito nos dias 19 e 20 de agosto de 2025, consolidando-se mais uma vez como um espaço essencial de partilha do conhecimento, da inovação e da construção de uma ciência conectada com os desafios da sociedade contemporânea.

Com o tema "Mulheres na ciência: superando desafios e construindo o futuro", esta edição teve como eixo central a valorização da trajetória feminina na produção científica. O evento promoveu reflexões fundamentais sobre igualdade de gênero no meio acadêmico, reconhecimento das contribuições históricas e contemporâneas das mulheres e incentivo à participação ativa de novas gerações de cientistas.

Durante a programação, foram apresentados trabalhos de pesquisa e extensão de diferentes áreas do conhecimento, revelando o protagonismo de estudantes e professores do UNIFOR-MG. A Mostra contou com a presença marcante de pesquisadoras de diversas universidades brasileiras, que compartilharam suas experiências, desafios e conquistas em mesas-redondas, palestras e debates.

Destaca-se, ainda, a participação especial de cientistas internacionais, Dra. Graça Cardoso e D. Nelson Lima, cuja contribuição ampliou o diálogo intercultural e reafirmou o compromisso da MIPE com uma ciência verdadeiramente plural, sem fronteiras e comprometida com a transformação social.

Esta edição reafirmou o papel da MIPE como ambiente de formação crítica, de fortalecimento da extensão universitária e de celebração da produção científica local com impacto regional e nacional. Os trabalhos reunidos nestes anais representam uma amostra significativa dessa riqueza intelectual, com contribuições relevantes para a sociedade e para o avanço do conhecimento.

A Comissão Organizadora expressa seu sincero agradecimento a todos os estudantes, orientadores, avaliadores, palestrantes, parceiros institucionais e convidados que tornaram possível a realização desta Mostra. Que estas páginas sejam fonte de inspiração para novas investigações e projetos transformadores.

O conteúdo dos resumos que integram os Anais é de responsabilidade de seus autores e não expressam a opinião da Comissão Científica da Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão.

Dra. Ivani Pose Martins

AGRADECIMENTOS

O Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG, por intermédio da Coordenação Geral da Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão (Mipe), agradece aos professores que participaram da Comissão Científica, e da delicada tarefa de avaliar as apresentações dos trabalhos em sua 21^a edição, realizada nos dias 19 e 20 de agosto de 2025. Igualmente, a Coordenação agradece aos autores por acolherem os avaliadores de suas apresentações com discernimento e elevado espírito científico. Com reconhecimento, a Coordenação destaca os nomes dos professores que avaliaram os trabalhos.

Adriano Alves Silva

Kelly Cristina Paim Chaves

Alex Magalhães Almeida

Lígia Pelosi Mendonça

Ana Flávia Paulinelli R. Nunes

Lilia Rosário Ribeiro

Ana Paula Pfister

Liliane Franciole Frazão

André Carvalho Costa

Lucas Chaves Mascarenhas

Andrei Pereira Pernambuco

Lucas Silveira Lopes

Celia Guedes de Faria Lima

Luciana Soares Rodrigues

Daniela Rodrigues de Faria Barbosa

Mardem Leandro Silva

Diequison Rite da Cunha

Maria Fernanda Lima Moura

Elizabeth Rocha de Carvalho Oliveira

Mariana Caroliny Ferreira

Fabiano Santos Junqueira

Neiva Maria Rodrigues

Fabrícia Ribeiro Gontijo

Nélida Reis Caseca Machado

Fernanda Maria do Couto

Paulo Márcio Montserrat

José Luiz Giarola Andrade

Polliana Lúcio Lacerda Pinheiro

Julia Marques Oliveira

Sandra de Almada Mota

Juliana Costa Khouri

Wellerson Costa Faria

Jussara Maria Silva Rodrigues de Oliveira

Weslley de Melo Rangel

Kátia Daniela Ribeiro

Willyan Michel Ferreira



SUMÁRIO

A ATUALIDADE DA OBRA DE MACHADO DE ASSIS FRENTE À DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	12
A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA E TRANSFOBIA PELA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL TEM SIDO SUFICIENTE PARA GARANTIR A PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+?	14
A DEMOCRACIA MILITANTE COMO DEFESA CONTRA EROSÃO DEMOCRÁTICA	16
A EVOLUÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL: HISTÓRIA, CONQUISTAS E DESAFIOS ATUAIS	18
A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE ATÍPICA: HISTÓRIA DE VIDA DE MÃES DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).....	20
A FUNÇÃO PREVENTIVA E PACIFICADORA DO ACORDO DE SÓCIOS.....	22
A HERANÇA AUTORITÁRIA DEIXADA PELA DITADURA MILITAR NO BRASIL	24
A IMPUNIDADE NO CRIME DE INDUZIMENTO A ERRO ESSENCIAL E OCULTAÇÃO DE IMPEDIMENTO NA HIPÓTESE DE OFENDIDO INCAPAZ... ...	26
A INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO E OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	28
A MULTIPARENTALIDADE E SEUS EFEITOS NO REGISTRO CIVIL E HERANÇA	30
A PRODUÇÃO CIENTÍFICA: UM MEIO DE TIRAR O INDÍGENA DO IMAGINÁRIO.....	32
A PROTEÇÃO DO DIREITO À VIDA E A POSSIBILIDADE DA DESCRIINALIZAÇÃO DO ABORTO: UMA ANÁLISE DA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL N° 442	34
A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E A ARTETERAPIA NO FORTALECIMENTO DO BEM-ESTAR SUBJETIVO E COLETIVO: UMA EXPERIÊNCIA NO CRAS III "PEDRO HENRIQUE LEAL FARIA" DE FORMIGA-MG	36



A REMIÇÃO DE PENA: INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO E SEUS DESAFIOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO 38

A VIOLENCIA NAS ESCOLAS E OS DESAFIOS DA CONVIVÊNCIA: A EDUCAÇÃO COMO CAMINHO PARA A CULTURA DE PAZ 40

A VULNERABILIDADE NA VIOLENCIA DOMÉSTICA: O NOVO ENQUADRAMENTO SEGUNDO O STF 42

ANÁLISE COMPORTAMENTAL, HEMOGRAMA E DOSAGEM SÉRICA DE ESTEROIDES GONADAIS EM QUATRO ARARAS CANINDÉS (*Ara ararauna*) EM CATIVEIRO 44

ANÁLISE COMPORTAMENTAL, LEUCOGRAMA E DOSAGEM SÉRICA DE CORTISOL EM QUATRO ARARAS CANINDÉS (*Ara ararauna*) EM CATIVEIRO 46

ANÁLISE DA CITOTOXICIDADE DO CHÁ DE ALFAZEMA (*Lavandula officinalis* L.) 48

ANÁLISE DE PROPENSÃO A ENCHENTES PARA A FAZENDA LARANJO, PEDRA DO INDAIÁ-MG 50

ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA DO LEITE CRU INFORMAL DE CAMACHO-MG 52

BAIXA ARTICULAÇÃO CONSTITUCIONAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE POVOS INDÍGENAS: UM DESAFIO À HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL 54

BIG TECHS E GOVERNOS: ALIANÇAS POLÍTICAS E O ENFRAQUECIMENTO DAS MINORIAS NAS REDES SOCIAIS 56

CAPACITAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NO MANEJO DO MAL DE ALZHEIMER EM IDOSOS: UM ESTUDO DE CASO EM FORMIGA E CIDADES ADJACENTES 58

CICLISMO E DOR LOMBAR: UM ESTUDO TRANSVERSAL DE GRANDE PORTE SOBRE PREVALÊNCIA E FATORES DE RISCO 60

CICLISMO E QUEIXAS NO PERÍNEO: UM ESTUDO EM LARGA ESCALA SOBRE PREVALÊNCIA E FATORES CONTRIBUINTES 62

COMPREENSÃO DA ORIGEM DA MICROBIOTA DE UM QUEIJO MINAS ARTESANAL DE CASCA FLORIDA NATURAL (QMACFN) ANALISANDO-SE AS SUPERFÍCIES DO SEU FLUXOGRAMA DE PRODUÇÃO 64

DEEPFAKES E OS DESAFIOS JURÍDICOS ATUAIS: A NECESSIDADE DE UM MARCO NORMATIVO PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS



NA ERA DA MANIPULAÇÃO DIGITAL	66
DESAPROPRIAÇÃO POR NECESSIDADE OU UTILIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE OS LIMITES DO DIREITO DE PROPRIEDADE E SEUS IMPACTOS SOCIAIS.....	68
DESEMPENHO CLÍNICO DE UMA NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL DE PROBIÓTICOS EM CÃES COM DIARREIA: ESTUDO CLÍNICO, RANDOMIZADO, DUPLO-CEGO E CONTROLADO POR PLACEBO	70
DESINFORMAÇÃO CIENTÍFICA E INCERTEZA EPISTÊMICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS NO BRASIL, COLÔMBIA E MÉXICO.....	72
DETERMINAÇÃO ESPECTROFOTOMÉTRICA DE ESTIRENO DESPRENDIDO DE MATERIAL PLÁSTICO EM BEBIDAS ALCOÓLICAS SIMULADAS.....	74
DIREITO AO ESQUECIMENTO: COLISÃO ENTRE MEMÓRIA COLETIVA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	76
DIREITO E TECNOLOGIA: UMA ANÁLISE JURÍDICO-TECNOLÓGICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS POR SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	78
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NEGLIGÊNCIA OU DIREITO GARANTIDO	80
EFEITOS DE DIFERENTES FONTES DE MAGNÉSIO SOBRE A PRODUTIVIDADE DO MILHO SAFRINHA CULTIVADO EM PIMENTA-MG.....	82
EFEITOS DO BIKE FIT SOBRE CONFORTO, DESEMPENHO, BIOMECÂNICA E PREVENÇÃO DE LESÕES EM CICLISTAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	84
ESTÁGIO ACADÊMICO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DO FUTURO OPERADOR DO DIREITO NO CURSO DE DIREITO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA – UNIFOR-MG	86
ESTRATÉGIAS E AVALIAÇÃO DA LEITURA NO ENSINO FUNDAMENTAL I: RELATO DE UMA AÇÃO NO CONTEXTO DO PIBID	88
FAKE NEWS SOBRE O MEIO AMBIENTE: COMO PROFESSORES DE CIÊNCIAS BRASILEIROS, COLOMBIANOS E MEXICANOS REAGEM	90
FEMINICÍDIO: A MITIGAÇÃO DA PLENITUDE DE DEFESA NO TRIBUNAL DO JÚRI	92
FLAGRANTE PREPARADO E A FIGURA DO AGENTE PROVOCADOR: ANÁLISE CRÍTICA SOB A PERSPECTIVA DO GARANTISMO PENAL	94



GALINHA FELIZ	96
IMPACTO DO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL NO COMPORTAMENTO DE MARITACAS (<i>Aratinga leucophthalma</i>) MANTIDAS EM CATIVEIRO	98
IMPACTO DO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL NO COMPORTAMENTO DE ROSELAS (<i>Platycercus eximius</i>) MANTIDAS EM CATIVEIRO	100
IMPLEMENTAÇÃO E ANÁLISE DO CUSTO DA CESTA BÁSICA DE FORMIGA (CCB-FGA): ANÁLISE DA SÉRIE TEMPORAL 2024/2025.....	102
ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DE FORMIGA (IPC-FGA): ANÁLISE DA SÉRIE TEMPORAL 2024/2025.....	104
MARCO TEMPORAL NA LEI: NOVA INSEGURANÇA E RESOLUÇÃO DEFINITIVA.....	106
MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA A EFETIVAÇÃO DA PACIFICAÇÃO SOCIAL E A RACIONALIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO	108
NANOPARTÍCULAS NO MANEJO DA CERCOSPORIOSE DO CAFEEIRO	110
O JOGO “SOLETRANDO” COMO ESTRATÉGIA LÚDICA DE ALFABETIZAÇÃO	112
O PÊNDULO DEMOCRÁTICO: OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL.....	114
OFENDÍCULOS: LEGÍTIMA DEFESA PREORDENADA OU EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO? UMA ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA DOUTRINÁRIA	115
OLHAR PARA O FUTURO: AVALIAÇÃO DA SAÚDE VISUAL DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE FORMIGA-MG.....	117
OPALAS COLORIDAS DO TRIÂNGULO MINEIRO- MINERALIZAÇÃO NOS BASALTOS FORMAÇÃO SERRA GERAL	119
OS IMPACTOS DA VEDAÇÃO À DISPENSA DISCRIMINATÓRIA EM CONFRONTO COM O DIREITO POTESTATIVO DE DISPENSAR.....	121
PALHA DE MILHO COMO SUPORTE ORGÂNICO DE TROCADOR DE ÍONS NA FORMA DE BASTONETE USADO NA ANALISE DE METAIS EM ÁGUAS	123
PERCEPÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO CENTRO-OESTE DE MINAS GERAIS SOBRE O MANEJO CONSERVACIONISTA DO SOLO.....	125
PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS SOBRE FAKE NEWS RELACIONADAS ÀS VACINAS: UM ESTUDO NO BRASIL, COLÔMBIA E	



MÉXICO.....	127
PERFIL E A PREVALÊNCIA DE LESÕES ENTRE OS PRATICANTES DE BEACH TENNIS EM UMA CIDADE DO CENTRO-OESTE DE MINAS	129
PERTINÊNCIA E RESSIGNIFICAÇÃO: O PAPEL DOS SINDICATOS NA CONTEMPORANEIDADE	131
PIBID COMO SUPORTE PEDAGÓGICO: EXPERIÊNCIA EM SALA DE REFORÇO NA ESCOLA CAMPO	133
PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO TRIBUNAL DO JÚRI: CONTROVÉRSIA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	135
PRINCÍPIO DA IGUALDADE, ARTIGO 5º, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL 1988	137
PRODUÇÃO DE SÊMEN ANTES E DEPOIS DA DOMA NATURAL DE TOUROS EM UMA CENTRAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	139
PUBLICIDADE ENGANOSA E ABUSIVA NAS REDES SOCIAIS: ANÁLISE DO PAPEL DOS INFLUENCIADORES E RESPONSABILIDADE DAS PLATAFORMAS	141
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: FATORES DE RISCO E IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE	143
QUALIDADE FÍSICO-QUÍMICA DO LEITE CRU DOS PRODUTORES RURAIS DA SERRA DA CANASTRA-MG	145
RELAÇÃO ENTRE DISPNEIA E QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES COM DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA	147
RESSOCIALIZAÇÃO E REINTRODUÇÃO DE GALOS COMBATENTES EM SEU HABITAT	149
SEGURO-DESEMPREGO DA(O) EMPREGADA(O) DOMÉSTICA(O) À LUZ DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE: HARMONIA OU INCOMPATIBILIDADE?.....	151
SOCIEDADE LIMITADA E SOCIEDADE ANÔNIMA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE SUAS CARACTERÍSTICAS JURÍDICAS E APLICABILIDADES	153
TECTITOS GERAISITOS DO NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS- AS PRIMEIRAS ANÁLISES.....	155
USO DE ESPECTROFOTOMETRIA UV-VIS NA DETECÇÃO DE LIPÍDEOS EM PRODUTOS FITNESS.....	157



VIÉS DE CONFIRMAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI: A INFLUÊNCIA COGNITIVA
NA FORMAÇÃO DO JUÍZO DE CONDENAÇÃO 159

ZEÓLITAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS- OCORRÊNCIA DE ESTILBITA,
ANALCIMA E HEULANDITA NOS BASALTOS FORMAÇÃO SERRA GERAL, EM
FRUTAL- MG 161



A ATUALIDADE DA OBRA DE MACHADO DE ASSIS FRENTE À DISCRIMINAÇÃO E VIOLENCIA DE GÊNERO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO¹

Ruth Silva Vanessa Gonçalves²; Maria Fernanda de Lima Moura³.

¹Pesquisa com resultados parciais decorrentes de discussões realizadas no grupo de estudos “Direitos Humanos Fundamentais”.

²Graduanda do 4º período A do curso de Direito do UNIFOR/MG; Formiga- MG, E-mail: ruthvanessagoncalves@gmail.com.

³Professora do curso de Direito e coordenadora do grupo de estudos “Direitos Humanos Fundamentais” do UNIFOR/MG; Email: mfernandamoura@yahoo.com.br.

RESUMO

Introdução: O conto “A Cartomante” de Machado de Assis critica os preconceitos e a sociedade brasileira do século XIX, que descreve a cultura patriarcal legitimadora da violência contra a mulher em nome da honra masculina. Analisando a obra, nota-se sua atualidade ao projetar o debate jurídico acerca da violência de gênero e o crime de feminicídio. O texto interpretado à luz da luta no combate contra tais condutas ilícitas reforça a importância da literatura como ferramenta de reflexão social e histórica.

Objetivo: Demonstrar que, mesmo com o decorrer dos tempos, a discriminação e a violência contra a mulher ainda permeiam a sociedade brasileira. A obra em questão não apenas retrata o passado, como também é o espelho da estrutura social que reproduz práticas machistas, silencia a mulher e a responsabiliza pela violência que sofre. **Metodologia:** Será utilizado o método histórico descritivo por meio de pesquisas jurisprudenciais e midiática, para melhor compreensão a esse assunto **Resultados:** A obra literária em questão exemplifica a revitimização da mulher vista como culpada pela violência sofrida e responsabilizada pela preservação da honra do marido. Lamentavelmente, essa situação ainda persiste, haja vista a continuidade e aumento dos casos de feminicídios, mesmo com avanços legislativos e jurisprudenciais **Conclusão:** O Brasil retratado nas obras machadianas permanece frente à contemporaneidade, pois a discriminação e violência contra a mulher ainda são questões prementes. O conto auxilia na reflexão sobre a perpetuação dessa violência e eficácia das medidas estatais já tomadas para combater e encerrar esse ciclo vicioso, a fim de implementar justiça plena e equânime para as mulheres.



Palavras-chave: discriminação; gênero; violência.

XXI MOSTRA INTEGRADA DE PESQUISA E EXTENSÃO
Ciência, Tecnologia e Sociedade: Mulheres na ciência:
superando desafios e construindo o futuro
Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG
Formiga-MG, 19 e 20 de agosto de 2025
ISBN: 978-85-64736-21-4



A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA E TRANSFOBIA PELA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL TEM SIDO SUFICIENTE PARA GARANTIR A PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+?¹

João Paulo Garcia Assunção²; Maria Fernanda de Lima Moura³.

¹Pesquisa com resultados parciais decorrentes de discussões no grupo de estudos Direitos Humanos Fundamentais.

²Graduando em Direito no Centro Universitário de Formiga – UNIFOR/MG, E-mail: joaopaulogarcia111@gmail.com

³Professora Titular no Curso de Direito do Centro Universitário de Formiga – UNIFOR/MG e coordenadora do grupo de estudos Direitos Humanos Fundamentais. E-mail: mfernandamoura@yahoo.com.br

RESUMO

Introdução: A população LGBTQIA+ brasileira continua enfrentando um cenário de violência e exclusão, mesmo após a criminalização da homofobia e transfobia pelo STF. A medida judicial preencheu uma lacuna legal, mas, nota-se sua insuficiência frente às violações de direitos fundamentais vivenciadas por essa comunidade. Constatase que, apesar do avanço jurídico, persiste uma desconexão entre norma e realidade social.

Objetivo: Analisar se a criminalização dos atos homofóbicos e transfóbicos pela decisão do STF tem sido suficiente para garantir proteção à população LGBTQIA+, apontando a necessidade de legislação federal própria e políticas públicas complementares.

Metodologia: Pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, por ser o ensaio teórico, e os dados serão analisados pelo método hipotético-dedutivo. **Resultado:** A decisão do STF representa um marco simbólico importante. Entretanto, mesmo criminalizando condutas atentatórias contra pessoas LGBTQIA+ tal ato judicial é incapaz de impedir os altos índices de violência. A ausência de legislação específica dificulta a aplicação uniforme da penalidade e a inexistência de políticas públicas de inclusão, preparo institucional e representatividade política fragilizam os direitos da população LGBTQIA+. Diante dessa conjuntura, imprescindível a elaboração de legislação e medidas estatais específicas, campanhas educativas a fim de impactar o cenário de subrepresentatividade desse grupo. **Conclusão:** A decisão do STF ainda é insuficiente para combater a violência relativa contra a comunidade LGBTQIA+. A intenção de violar direitos dessa minoria atinge a dignidade humana e impede a cidadania plena. Tal decisão deve ser reforçada com ações legislativas e políticas públicas robustas



a fim de combater discriminações e desigualdades históricas e possibilitar a proteção e respeito à diversidade.

Palavras-chave: criminalização; direitos fundamentais; LGBTQIA+.



A DEMOCRACIA MILITANTE COMO DEFESA CONTRA EROSÃO DEMOCRÁTICA¹

Ana Luiza Chagas²; Maria Antônia Clemente³; Rafaella Carvalho Silva⁴;
Taynara Duarte⁵; Maria Fernanda de Lima Moura⁶.

¹Resultados parciais de pesquisa decorrentes de discussões realizadas no grupo de estudos “Direitos Humanos Fundamentais”.

²Graduanda do 8º período A do curso de Direito do UNIFOR/MG; e Voluntária no Grupo de estudo “Direitos Humanos Fundamentais”. E-mail: analuizachagas92@gmail.com

³Graduanda do 8º período A do curso de Direito do UNIFOR/MG; e Voluntária no Grupo de estudo “Direitos Humanos Fundamentais”. E-mail: mariclementea@gmail.com

⁴Graduanda do 8º período A do curso de Direito do UNIFOR/MG; e Voluntária no Grupo de estudo “Direitos Humanos Fundamentais”. E-mail: carvalhorafaella044@gmail.com

⁵Graduanda do 8º período A do curso de Direito do UNIFOR/MG; e Voluntária no Grupo de estudo “Direitos Humanos Fundamentais”. E-mail: taynaraasduarte@gmail.com

⁶Professora titular do curso de Direito do UNIFOR/MG e coordenadora do grupo de estudos “Direitos Humanos Fundamentais”; Email: mfernandamoura@yahoo.com.br

RESUMO

Introdução: Erosão democrática é o processo pelo qual um regime democrático se deteriora de forma gradual, por meio do desmantelamento paulatino de sua legislação, políticas públicas e instituições. Ao contrário de tomadas de poder tradicionais, em que há uma intervenção brusca e violenta no exercício do poder, aquele fenômeno acontece de maneira sutil, dentro da própria estrutura democrática e sob uma aparência de legitimidade, sem gerar alertas na sociedade e no próprio Estado. **Objetivo:** Discutir o conceito de erosão democrática e apresentar a democracia militante como forma de resposta e combate a esse fenômeno. **Metodologia:** Será utilizado o método histórico descritivo por meio de pesquisas bibliográficas e midiática, para melhor compreensão a esse assunto. **Resultados:** Como resposta a esse fenômeno, visando evitar ataques e ascensão de movimentos antidemocráticos, desenvolveu-se a concepção de democracia militante. Essa forma de autodefesa visa proteger-se por meio de conjunto de medidas e decisões judiciais, que resultam, eventualmente, na restrição de certos direitos individuais cujos titulares provocam ameaças ao sistema. Entende-se que a democracia não pode tolerar os intolerantes, pois a tolerância irrestrita pode levar ao fim do próprio regime democrático. **Conclusão:** Embora a democracia esteja fundamentada nas liberdades públicas, não se pode permitir que suas instituições sejam



sistematicamente atacadas e fragilizadas pelo uso abusivo da liberdade de expressão e diante da inércia estatal. Para proteger a democracia é necessário combater a intolerância e o discurso de ódio contra o próprio regime, mesmo que atinja direitos de terceiros.

Palavras-chave: democracia militante; erosão democrática; intolerância.

As autoras agradecem ao UNIFOR-MG a possibilidade da pesquisa.



A EVOLUÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO BRASIL: HISTÓRIA, CONQUISTAS E DESAFIOS ATUAIS¹

Alex Alves Ramos², Naira de Almeida Alvarenga³, Maria Fernanda de Lima Moura⁴.

¹Trabalho desenvolvido em grupo de estudos com enfoque nos direitos e garantias fundamentais.

²Graduando no curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: alexalvesramos003@gmail.com

³Graduanda no curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: nairaaalvarenga01@gmail.com

⁴ Professora Titular da Disciplina de Direito Constitucional do UNIFOR-MG, orientadora da pesquisa.

RESUMO

Introdução: Esta pesquisa visa promover uma análise histórica e crítica da evolução da liberdade de expressão no Brasil, evidenciando sua importância como direito fundamental e os desafios contemporâneos que envolvem seu exercício. Destacam-se episódios notórios como o AI-5, a Lei de Imprensa de 1967 e os casos de repressão contra opositores do regime, como Vladimir Herzog e Stuart Angel. Com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, a liberdade de expressão passou a ser reconhecida como cláusula pétreia, inalterável mesmo por emenda constitucional, consolidando-se como pilar essencial da democracia. Contudo, o trabalho ressalta que, na atualidade, o desafio não está apenas na garantia do direito de fala, mas na forma como se fala. A disseminação de discursos de ódio, *fake news* e ataques a minorias tem sido frequentemente justificada como exercício da liberdade de expressão, o que levanta questionamentos éticos e jurídicos sobre os limites desse direito. **Objetivo:** A pesquisa visa compreender como a liberdade de expressão foi construída e transformada ao longo do tempo, desde a Constituição do Império, de 1824, até a Constituição Cidadã de 1988, passando por períodos de repressão e censura, como o Estado Novo e a Ditadura Militar.

Metodologia: O estudo foi desenvolvido com base em revisão bibliográfica e análise de normas e registros históricos, buscando identificar os momentos em que o direito à livre manifestação foi suprimido ou controlado pelo Estado.

Resultados: Os resultados esperados envolvem à reflexão crítica sobre o uso consciente da palavra e a responsabilidade que acompanha a liberdade de se



expressar. **Conclusão:** O direito à liberdade de expressão não deve ser utilizado como instrumento para disseminar violência ou desinformação, mas sim como ferramenta de fortalecimento democrático, diálogo e respeito à diversidade. A memória histórica das lutas pela liberdade reforça a necessidade de preservar esse direito com consciência e responsabilidade.

Palavras-chave: censura; democracia; direitos fundamentais.



A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE ATÍPICA: HISTÓRIA DE VIDA DE MÃES DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)¹

Ana Luísa Oliveira Gonçalves²; Lara Ellen de Sousa³; Michelly Borges Ladislau Lopes⁴; Marcela Sobreira Silva⁵.

¹ Resultados parciais de projeto da primeira autora, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa Fapic Reitoria.

² Graduanda em Psicologia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista do(a) Fapic Reitoria. E-mail: aninha.g.oliveira@gmail.com.

³ Graduanda em Psicologia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Voluntária no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

⁴ Prof. Dra. – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientadora do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: A maternidade atípica, vivenciada por mulheres que cuidam de filhos com necessidades específicas, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), envolve experiências singulares permeadas por desafios emocionais, sociais e familiares. No contexto brasileiro, essas mães assumem, frequentemente, um papel central no cuidado, enfrentando sobrecarga e a escassez de políticas públicas efetivas de apoio. A escuta de suas trajetórias torna-se fundamental para compreender os impactos psicossociais dessa vivência, bem como os modos de enfrentamento e construção de redes de suporte ao longo do tempo. **Objetivo:** Compreender a experiência da maternidade atípica por meio da escuta e análise das histórias de vida de duas mães de crianças diagnosticadas com TEA, explorando os principais desafios enfrentados, as estratégias de enfrentamento adotadas, as redes de apoio construídas e os impactos emocionais, sociais e familiares decorrentes dessa vivência. **Metodologia:** A pesquisa será conduzida a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando a metodologia de História de Vida. A coleta de dados será orientada pela perspectiva da Psicossociologia e da Sociologia Clínica, que valorizam a subjetividade e os sentidos atribuídos às experiências vividas. As entrevistas serão realizadas em ambiente acolhedor e ético, buscando promover um espaço de escuta ativa e reflexiva, favorecendo a expressão livre das participantes e a possível ressignificação de suas trajetórias. **Resultados esperados:** Espera-se que a pesquisa contribua para um entendimento mais



aprofundado das vivências psicossociais relacionadas à maternidade atípica, identificando tanto as dificuldades quanto as potências envolvidas nesse percurso. Pretende-se, ainda, produzir subsídios que ampliem o conhecimento sobre essa realidade, com vistas à fundamentação de ações mais sensíveis e eficazes nas esferas de cuidado, acolhimento e formulação de políticas públicas voltadas às famílias de crianças com TEA.

Palavras-chave: maternidade atípica; transtorno do espectro autista (TEA); psicossociologia e sociologia clínica.

Os autores agradecem a FAPIC/Reitoria pela concessão da bolsa de iniciação científica



A FUNÇÃO PREVENTIVA E PACIFICADORA DO ACORDO DE SÓCIOS¹

Célia Guedes Faria Lima²; Gabriele Teixeira Mendonça³; Giovana Lamounier⁴; Roberta Geralda de Faria⁵.

¹Resultados parciais de projeto desenvolvido a partir de reflexões acadêmicas no contexto universitário do UNIFOR-MG, constituindo estudos iniciais voltados à elaboração de um artigo científico sobre o tema.

²Professora Mestra Adjunta -Curso de Direito UNIFOR-MG – Formiga-MG – Brasil.
celia@celiaguedes.adv.br.

³Graduanda – 8º Período – Curso de Direito – UNIFOR-MG – Formiga-MG – Brasil.
gabrielemendoncajuridireito@gmail.com.

⁴Graduanda – 8º Período – Curso de Direito – UNIFOR-MG – Formiga-MG – Brasil.
giovana@celiaguedes.adv.br.

⁵Graduanda – 8º Período – Curso de Direito – UNIFOR-MG – Formiga-MG – Brasil.
robertafaria09@gmail.com.

RESUMO

Introdução: O crescimento de negócios em sociedade exige instrumentos jurídicos capazes de prevenir conflitos e garantir a continuidade empresarial. O acordo de sócios, embora não obrigatório, exerce importante função preventiva e pacificadora ao disciplinar previamente a relação entre os sócios. Por meio dele, é possível antecipar possíveis impasses e estabelecer regras claras sobre administração, entrada e saída de sócios, distribuição de lucros, acordo de votos e mecanismos de resolução de conflitos, dentre outros. **Objetivo:** Analisar como o acordo de sócios pode contribuir para a prevenção de litígios e a pacificação das relações societárias, promovendo maior segurança jurídica e estabilidade à sociedade. **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica em doutrina especializada e análise de cláusulas contratuais e situações práticas que evidenciem a eficácia do instrumento na prevenção de litígios. **Resultados Parciais:** as análises parciais demonstraram que o Acordo de Sócios, quando bem estruturado, fortalece vínculos, oferece soluções eficazes para tensões societárias e assegura previsibilidade. Cláusulas sobre preferência na cessão de quotas, sucessão, mediação e critérios deliberativos contribuem para o equilíbrio nas decisões, continuidade do negócio mesmo em cenários de conflito e refletem não só uma estratégia jurídica, mas também maturidade na condução das relações empresariais. **Conclusão:** O acordo de sócios é uma ferramenta essencial para a prevenção e solução pacífica de conflitos no âmbito societário. Ao permitir que os sócios antecipem situações de risco e definam regras claras



de convivência e gestão, ele fortalece a governança e a harmonia interna da sociedade.

Palavras-chave: acordo de sócios; conflitos societários; governança; prevenção.

As autoras agradecem ao UNIFOR-MG pela possibilidade da pesquisa.



A HERANÇA AUTORITÁRIA DEIXADA PELA DITADURA MILITAR NO BRASIL¹

**Ana Luísa De Souza Assis²; Gabriela Costa Viana³; Gean Carlos Sousa⁴;
Kauê Miranda Mendes⁵; Maria Fernanda de Lima Moura⁶.**

¹Pesquisa com resultados parciais decorrentes de discussões no grupo de estudos Direitos Humanos Fundamentais;

²Graduanda do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: analuisasouza345@gmail.com;

³Graduanda do curso de direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: gabrielaviana784@gmail.com;

⁴Graduando do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: geancarlossousa86@gmail.com;

⁵Graduando do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: Kauê.7545842@gmail.com;

⁶Professora titular do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, e coordenadora do grupo de pesquisas “Direitos Humanos Fundamentais”. E-mail: mfernandamoura@yahoo.com.br

RESUMO

Introdução: O Brasil sofreu algumas rupturas democráticas a partir da sua formação enquanto Estado Soberano. Nesse sentido, essas experiências autoritárias impactam a cultura, a formação social e a organização do Estado brasileiro, de forma que a herança do autoritarismo está presente em condutas individuais, costumes sociais e, até mesmo, enraizada nas práticas institucionais. Assim, nota-se que a vigência do regime democrático a partir de 1988 ainda não foi suficiente para aniquilar o “entulho” deixado pela Ditadura Militar. **Objetivo:** Compreender a influência das experiências autoritárias passadas sobre a ordem democrática-constitucional de 1988, suas instituições políticas e as práticas sociais dos brasileiros. **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica, por ser o ensaio teórico, e os dados serão analisados pelo método hipotético-dedutivo. **Resultados:** Embora vigente mais de 30 anos de regime democrático, é inconteste que as experiências ditoriais brasileiras ainda repercutem na ordem constitucional de 1988 em amplo espectro, como nas práticas comportamentais, cultura social, as instituições políticas e, inclusive, na escolha dos representantes populares. Tal fenômeno causa certa estranheza, pois pensava-se que o projeto constitucional de 1988 seria capaz de conduzir a sociedade e o Estado a uma nova atmosfera e práticas democráticas, rompendo absolutamente o autoritarismo. A atual conjuntura sócio-política do Brasil



demonstra o contrário **Conclusão:** Notoriamente, a sociedade brasileira deve continuar a aprender e debater sobre as experiências do autoritarismo, a fim de reconhecer seus impactos persistentes. Somente por meio da memória, verdade, da crítica e do fortalecimento da cultura democrática será possível consolidar práticas verdadeiramente republicanas e impedir retrocessos institucionais que ameacem os valores estabelecidos pela Constituição de 1988.

Palavras chave: autoritarismo, democracia, ordem constitucional de 1988.



A IMPUNIDADE NO CRIME DE INDUZIMENTO A ERRO ESSENCIAL E OCULTAÇÃO DE IMPEDIMENTO NA HIPÓTESE DE OFENDIDO INCAPAZ¹

Altair Resende de Alvarenga²; Gustavo Jean Bittencourt de Castro²; Lívia Maria Castro Campos⁴; Miquéve Miguel Bittencourt de Castro⁵; Daniel Calixto Martins Ribeiro⁶.

¹Resultado de estudo realizado no curso de Direito do UNIFOR-MG sobre a omissão legislativa que suscitou a impunidade nos casos de cometimento de crime de induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento, especialmente quando envolvem ofendidos civilmente incapazes.

²Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Formiga/MG, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad Del Museo Social Argentino – (UMSA) e Professor de Direito Penal I, II, III, IV e Direito Civil VI do UNIFOR-MG.

³Graduando do 8º período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. Monitor de Direito Penal e de Direito Processual Penal, E-mail: gusjean1@outlook.com

⁴Graduanda do 8º período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. E-mail: liviamariacastrocampos@gmail.com

⁵Graduando do 4º período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. E-mail: bittencourtmiqueve@gmail.com

⁶Graduando do 8º período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. E-mail: danielcmr03@gmail.com.

RESUMO

Introdução: O induzimento a erro essencial e a ocultação de impedimento, embora previsto como, respectivamente, causa de anulabilidade e de nulidade do casamento no direito civil, possuem implicações relevantes no campo penal, sobretudo quando a vítima é civilmente incapaz. Nessas situações, o agente se vale da vulnerabilidade da pessoa para contrair matrimônio de forma fraudulenta, violando princípios fundamentais. Apesar da gravidade da conduta, observa-se na prática uma frequente ausência de responsabilização penal, em razão de entraves probatórios, lacunas legislativas e limitações na atuação estatal.

Objetivo: Investigar os fatores que contribuem para a inefetividade das sanções penais aplicáveis ao agente que induz, de forma dolosa, o incapaz a contrair matrimônio, omitindo impedimentos legais ou induzindo-o em erro essencial, além de identificar eventuais lacunas legislativas e práticas jurídicas que favorecem a impunidade. **Metodologia:** O estudo será desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e documental, utilizando doutrina especializada, jurisprudência dos tribunais brasileiros e análise crítica da legislação civil e penal



vigente, especialmente no que se refere à proteção dos incapazes e à anulação de casamento por vício de consentimento. **Resultados parciais:** Espera-se evidenciar que a atual estrutura normativa brasileira, aliada à escassez de jurisprudência condenatória e à dificuldade de produção de provas nos casos que envolvem incapazes, contribui para a sensação de impunidade. Pretende-se, ainda, apontar a necessidade de maior efetividade na tutela jurídica desses sujeitos. **Conclusão:** Conclui-se que é imprescindível o aprimoramento da legislação e da atuação dos órgãos responsáveis pela proteção do incapaz, com vistas à superação da impunidade e à garantia dos direitos fundamentais envolvidos.

Palavras-chave: impunidade; incapacidade; ação penal privada personalíssima.



A INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO E OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA¹

Davi Marçal Silva²; Pedro Henrique Pereira³; Lucianna Veloso Souza Resende⁴; André Hostalácio Freitas⁵; Fábio Antunes Gonçalves⁶; Lucas Chaves Mascarenhas⁷; Maria Fernanda de Moura Lima⁸.

¹Pesquisa desenvolvida no âmbito do grupo de estudos do curso de Direito do UNIFOR-MG: Mediação, conciliação e Arbitragem.

²Graduando do Curso de Direito do UNIFOR-MG. E-mail: davimarcal08@yahoo.com.br

³Graduando do Curso de Direito do UNIFOR-MG. E-mail: pedrohenriq06@gmail.com

⁴Graduanda do Curso de Direito do UNIFOR-MG. E-mail: luciannavsr@icloud.com.

⁵Professor do Curso de Direito do UNIFOR-MG. E-mail: andre@uniformg.edu.br

⁶Professor do Curso de Direito do UNIFOR-MG. E-mail: fabio@uniformg.edu.br

⁷Professor do Curso de Direito do UNIFOR-MG. E-mail: lucas.mascarenhas@uniformg.edu.br

⁸Professora do Curso de Direito do UNIFOR-MG. E-mail: mfernandamoura@uniformg.edu.br.

Introdução: A indisponibilidade do interesse público é um princípio basilar do direito administrativo brasileiro, assegurando que a Administração Pública atue exclusivamente em prol do bem coletivo, sem alienar direitos ou negociar livremente interesses públicos. Contudo, com a ascensão dos Meios Alternativos de Solução de Conflitos (MASCs), como a conciliação, a mediação e a arbitragem, questiona-se como conciliar esses instrumentos consensuais com a rigidez do princípio. Este tema ganha relevância diante da necessidade de modernização administrativa e eficiência na gestão pública. Acresce a crescente demanda judicial no Brasil que tem gerado um fenômeno conhecido como judicialização em massa, especialmente no âmbito das relações entre o Estado e os administrados. Tal realidade tem como consequência a sobrecarga do Poder Judiciário, a morosidade processual e a consequente inefetividade do direito fundamental ao acesso à justiça. Tendo em vista que a existência de controvérsias é inerente à constituição da sociedade, uma resposta a esse problema é a implementação dos MASCs, mesmo no âmbito das relações com a Administração Pública. A análise criteriosa de princípios como legalidade, moralidade e segurança jurídica, além de estudos de casos práticos e impactos da legislação vigente formam importante subsídio para sua implementação.

Objetivo: Analisar a compatibilidade entre a indisponibilidade do interesse público e a implementação dos MASCs na Administração Pública, identificando parâmetros jurídicos para validar tais práticas sem violar o regime jurídico-administrativo. **Metodologia:** Dedutivo, mediante pesquisa em normas



jurídicas, jurisprudência e doutrina. **Resultados parciais:** Verificou-se que a consensualidade não é incompatível com a indisponibilidade do interesse público, desde que observados parâmetros como legalidade, transparência, controle interno e externo do ato administrativo consequente, dentre outros.

Conclusão: A implementação dos MASCs na Administração Pública é viável, desde que subordinada aos princípios inerentes ao regime jurídico administrativo. Para tanto, é essencial estabelecer diretrizes claras que harmonizem flexibilidade consensual com garantias jurídicas, assegurando que a busca por eficiência não comprometa os direitos coletivos. A capacitação de agentes públicos e a adoção de tecnologias para transparência são medidas complementares críticas.

Palavras-chave: desafios; indisponibilidade do interesse público; MASCs.



A MULIPARENTALIDADE E SEUS EFEITOS NO REGISTRO CIVIL E HERANÇA¹

Altair Resende de Alvarenga²; Roberta Geralda de Faria³; Aline de Souza Godinho⁴; Giovana Lamounier⁵.

¹Resultados parciais de estudo desenvolvidos no curso de Direito do UNIFOR-MGos impactos jurídicos da multiparentalidade no sistema legal brasileiro, destacando suas consequências no registro civil e no direito das sucessões.

²Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad Del Museo Social Argentino – (UMSA). Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Formiga/MG. Professor Titular das disciplinas de Direito Penal e Direito de Família do UNIFOR/MG.

³Graduanda do 7º período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG; Monitora de Direito Civil do Curso de Direito do UNIFOR/MG. E-mail: robertafaria09@gmail.com

⁴Graduanda do 7º período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. E-mail: alinegodinhoo@gmail.com.

⁵Graduanda do 7º período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. E-mail: giovanaalamounier1509@gmail.com.

RESUMO

Introdução: A configuração das famílias no Brasil tem se transformado nas últimas décadas, impulsionada por mudanças sociais, culturais e jurídicas. Nesse cenário, surge a multiparentalidade, instituto que reconhece legalmente a possibilidade de uma pessoa possuir mais de dois pais ou mães registradas, seja por laços biológicos, socioafetivos ou ambos. Essa realidade desafia o modelo tradicional de filiação e exige do ordenamento jurídico uma adaptação às novas formas de convivência familiar. Amparada em princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana, o melhor interesse da criança e a afetividade como valor jurídico, a multiparentalidade gera reflexos diretos tanto no registro civil quanto no direito sucessório. **Objetivo:** O objetivo principal é analisar os efeitos jurídicos da multiparentalidade no ordenamento brasileiro, com ênfase nas implicações no registro civil e no direito sucessório. Busca-se compreender como o reconhecimento legal de múltiplos vínculos parentais impacta os direitos e deveres familiares. Além disso, pretende-se examinar o fundamento constitucional e jurisprudencial que dá suporte à multiparentalidade, bem como identificar os desafios e lacunas normativas enfrentadas pelo sistema jurídico. **Metodologia:** A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com método dedutivo, e caráter exploratório e descritivo. Serão utilizadas fontes bibliográficas



e documentais, como livros, artigos científicos, legislações, decisões do STF, STJ e normativas do CNJ. **Resultados parciais:** Espera-se demonstrar que a multiparentalidade contribui para o reconhecimento jurídico de novas configurações familiares, promovendo a dignidade da pessoa humana e a valorização dos vínculos afetivos. A pesquisa deve revelar tendências jurisprudenciais favoráveis, lacunas legais e possíveis avanços legislativos, fortalecendo a segurança jurídica no registro civil e no direito sucessório. **Conclusão:** A multiparentalidade reflete a evolução das relações familiares, reconhecendo vínculos afetivos com o mesmo valor dos biológicos. Seus efeitos no registro civil e na herança ampliam direitos e promovem igualdade entre os genitores e filhos, respeitando os princípios da dignidade humana e do melhor interesse da criança. Conclui-se que a multiparentalidade fortalece a justiça e a inclusão no ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: herança; multiparentalidade; registro.



A PRODUÇÃO CIENTÍFICA: UM MEIO DE TIRAR O INDÍGENA DO IMAGINÁRIO¹

Natália Ferreira Pontes²; Nélida Caseca Reis Machado³.

¹Pesquisa com resultados parciais desenvolvida no projeto de Iniciação Científica denominado Constituição, Estado e as minorias indígenas, financiada pela FAPEMIG.

²Graduanda em Direito no Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG, E-mail: nataliafpontess@gmail.com.

³Professora Titular no Curso de Direito do Centro Universitário de Formiga e Orientadora do Programa de Iniciação Científica Constituição, Estado e as minorias indígenas. E-mail: nelidacaseca@gmail.com.

RESUMO

Introdução: Em 2024, no projeto de Iniciação Científica “Constituição, Estado e as minorias indígenas”, elaborou-se uma revisão sistemática, tendo sido selecionados 30 artigos a partir da Web of Science, Scopus, Scielo Brasil e Google Acadêmico que foram analisados os seguintes pontos: os veículos de divulgação dos trabalhos, as metodologias aplicadas, a evolução temporal das discussões e a coerência entre os objetivos e os resultados apresentados. A partir da mesma revisão, se analisa, agora, se os trabalhos mais citados podem impactar a realidade social dos indígenas ou quais trabalhos poderiam fazê-lo.

Objetivo: Demonstrar que, contido na revisão e mais citado, 712 citações, conforme as métricas do Google Acadêmico, o artigo “Índios livres e índios escravos”, apresenta somente um relato histórico com os princípios da legislação do período colonial (séculos XVI a XVIII) e, nessas condições, sem desmerecer sua importância, tem o poder somente de fazer conhecer uma condição social, sem interferir diretamente na realidade dos indígenas. Enquanto outros artigos, menos citados, como: “Desenvolvimento, meio ambiente e direitos dos índios: da necessidade de um novo ethos jurídico” que possui 23 citações, “Povos indígenas, segurança nacional e a Assembleia Nacional Constituinte” que conta com 37 citações e “Índios na Constituição” que detém 128 citações, apresentam maior tendência a interferir na realidade indígena. **Metodologia:** A partir da revisão sistemática da produção acadêmica foram analisados 30 artigos em profundidade. Em seguida, se construiu uma planilha classificatória com base na finalidade, metodologia, tipo de conclusão e potencial impacto prático dos estudos. Posteriormente se levantou o número de citações de cada um dos 30 artigos no Google Acadêmico, para verificar o uso e a relevância dos mesmos



no meio acadêmico. Após análise dos dados obtidos, percebe-se que a maior parte dos artigos está voltada apenas para a apresentação de relatos históricos, de modo que o cruzamento desses dados permitiu avaliar a efetividade dos estudos e o seu potencial de contribuição social. **Resultados:** O trabalho que faz uma abordagem histórico-descritiva da legislação do período colonial (séculos XVI a XVIII) e seus princípios, mais citado, não interfere diretamente na realidade indígena atualmente, enquanto os trabalhos que podem interferir na vida indígena por abordar temas como: a demarcação territorial, o marco temporal e a atuação política dos indígenas, são pouco citadas. **Conclusão:** O que se observa, desse fato, é que o reconhecimento acadêmico (medido por citações) e conforme os trabalhos da revisão, está mais voltado para o indígena como fato histórico, não como realidade atual existente, e requer o reconhecimento de direitos do mundo presente. Essa observação aponta a necessidade de tirar o indígena do imaginário e transformar essa ideia inicial. Não de abandonar os registros históricos, mas apontar estratégias de proteção e promoção da vida indígena no presente seria um jeito de a pesquisa científica auxiliar na superação do imaginário para constituir um indígena real.

Palavras-chave: povos indígenas; relato histórico; realidade.

Os autores agradecem à FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica.



A PROTEÇÃO DO DIREITO À VIDA E A POSSIBILIDADE DA DESCRIKRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: UMA ANÁLISE DA AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL Nº 442¹

Adryelle Almeida Elias²; Maria Fernanda de Lima Moura³; Mirella Gabriele Simões⁴; Renan Fonseca⁵.

¹Pesquisa com resultados parciais decorrentes de discussão no grupo de estudos “Direitos Humanos Fundamentais”.

²Graduada em História pela Universidade Estácio de Sá; Graduanda em Direito pelo Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG; Voluntária no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: drica19032010@gmail.com.

³Professora titular do curso de Direito do Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG e coordenadora do grupo de estudos “Direitos Humanos Fundamentais”. E-mail: mfernandamoura@yahoo.com.br;

⁴Graduanda em Direito pelo Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG; E-mail: mirellasimoes11@gmail.com;

⁵Graduado em História pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Mestre em Educação pela Universidade Federal de Lavras; Graduando em Direito pelo Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG; Diretor Escolar na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. E-mail: rdf.fonseca@gmail.com.

RESUMO

Introdução: O direito à vida perfaz importante direito fundamental, pois dele originam-se outros. Entretanto, não deve ser interpretado de forma absoluta, haja vista a existência de condições que o relativizam. As discussões acerca da descriminalização do aborto para casos que extrapolam as modalidades permissivas penais, por meio da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 442, desafiam a concepção absolutista do direito à vida. A proteção dos direitos da mulher, como dignidade, liberdade sexual e a saúde deve ser considerada tanto quanto a expectativa de direito à vida do feto.

Objetivos: Busca-se analisar o julgamento da ADPF nº 442 e a possibilidade de expansão dos casos permissivos do aborto, efetivando os direitos fundamentais femininos, face à interpretação do tema pelo Supremo Tribunal Federal.

Metodologia: A pesquisa pauta-se na metodologia bibliográfica, por ser o ensaio teórico, e a análise dos dados se conduzir pelo método hipotético-dedutivo.

Resultados: O direito à vida deve ser interpretado frente aos direitos da autodeterminação, da liberdade sexual e da dignidade da pessoa humana. Espera-se demonstrar que a decisão judicial pode impactar as condições de vida



de parcela das mulheres que sofrem com a punição penal do aborto, discriminação e efeitos colaterais na saúde. **Conclusão:** A possibilidade da descriminalização do aborto exige uma leitura sistemática dos direitos fundamentais. Nota-se, que a punição da prática do aborto para além de não inibir tal conduta, ainda reflete as nuances da desigualdade entre as mulheres. Torna-se necessária uma postura estatal progressista para observar o direito à autodeterminação, efetivando, assim, a dignidade, liberdade e igualdade das mulheres.

Palavras-chave: aborto; autodeterminação; descriminalização.



**A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E A ARTETERAPIA NO
 FORTALECIMENTO DO BEM-ESTAR SUBJETIVO E COLETIVO: UMA
 EXPERIÊNCIA NO CRAS III "PEDRO HENRIQUE LEAL FARIA" DE
 FORMIGA-MG¹**

**Carlos Eduardo Rodrigues²; Adriana de Oliveira Nascimento³; Ana Luísa
 Oliveira Gonçalves³; Cristiane Silva Castro³; Igor Lourenzo Frade³; Lara
 Ellen de Sousa³; Livia Fernandes Eufrasio Rodrigues³.**

¹Trabalho referente a caso bem-sucedido de atividade de extensão lecionada por Prof. Dr. Carlos Eduardo Rodrigues em Projeto Integrador II: Comunitária I.

²Prof. Orientador da matéria Projeto Integrador II: Comunitária I do curso de Psicologia do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil. E-mail: carlos.rodrigues@unifor.mg.br

³Graduando(a) em Psicologia do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: A Psicologia Comunitária apresenta-se como um campo de conhecimento e atuação fundamental para a transformação social, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Diante da necessidade de práticas que reconheçam a historicidade e a potência dos sujeitos, este estudo destaca a relevância da articulação com a Arteterapia como ferramenta para o fortalecimento do bem-estar subjetivo e coletivo. **Objetivo:** O trabalho teve como objetivo compreender os fenômenos psicosociais e as demandas de um grupo de mulheres assistidas pelo CRAS III (Centro de Referência de Assistência Social) em Formiga-MG, a fim de promover, a partir de uma escuta qualificada, espaços de criação voltados ao fortalecimento do bem-estar e dos vínculos comunitários. **Metodologia:** Foi realizada uma intervenção qualitativa, pautada na observação participante e na escuta sensível, no CRAS III "Pedro Henrique Leal Faria", localizado em um território de vulnerabilidade social em Formiga-MG. A principal atividade foi uma oficina de mosaico, definida de forma democrática com um grupo de mulheres. A oficina utilizou materiais de baixo custo e foi associada a rodas de conversa para estimular a partilha de vivências. **Resultados:** A oficina foi recebida com alto engajamento, resultando em um ambiente de leveza e cooperação. A prática se mostrou eficaz no fortalecimento dos vínculos sociais, na partilha de memórias e na expressão de sentimentos. As participantes manifestaram orgulho e satisfação com suas produções, o que contribuiu para a valorização da autoestima e da identidade coletiva. **Conclusão:** A experiência demonstrou que a aliança entre a Psicologia Social Comunitária e



a Arteterapia é uma estratégia potente e eficaz para promover a saúde, o pertencimento e o bem-estar em contextos de assistência social. A prática reforçou a importância de ações participativas e humanizadas que reconhecem os sujeitos como protagonistas de suas próprias histórias e transformações.

Palavras-chave: arteterapia; psicologia comunitária; vínculos comunitários.



A REMIÇÃO DE PENA: INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO E SEUS DESAFIOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO¹

Altair Resende de Alvarenga²; Samantha Amali Rezende Silva³; Gabriel Alcântara Fernandes⁴.

¹Resultado de grupos de estudo sobre a importância da remição de pena no meio penitenciário e a dignidade da pessoa humana.

²Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Formiga/MG, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad Del Museo Social Argentino – (UMSA) e Professor de Direito Penal I, II, III, IV e Direito Civil VI do UNIFOR-MG.

³Graduada em Licenciatura Educação Física do UNIFOR/MG, Graduada em Bacharel pelo curso de Educação Física do Claretiano, Graduada no curso de Estética e Cosmetologia na UNIFRAN, Pós-Graduada e Especialista em Ciências da Musculação e Academia pelo UNINCOR/MG, Graduanda em Direito pelo Centro Universitário de Formiga UNIFOR-MG; E-mail: direito.samantha@gmail.com.

⁴Graduando em Direito pelo Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG; E-mail: gabrielalcantara.juridico@gmail.com.

RESUMO

Introdução: A remição de pena é um instituto jurídico previsto pela Lei nº 7.210/84, a Lei de Execução Penal, que possibilita ao condenado reduzir o tempo de encarceramento por meio de atividades laborais ou educacionais. Este mecanismo visa, sobretudo, promover a ressocialização do apenado, oferecendo-lhe uma oportunidade de resgatar sua dignidade humana e reintegrá-lo à sociedade. Além disso, a remição busca evitar a inatividade do condenado durante o cumprimento da pena, é uma obrigação imposta ao detento que contribui para sua reintegração social. **Objetivo:** Analisar a efetividade da remição de pena, com foco no artigo 126 da Lei de Execução Penal, que regula o trabalho prisional. A pesquisa concentra-se nos apenados em regime fechado, abordando tanto o trabalho interno quanto o externo. Busca-se avaliar como essas limitações impactam na ressocialização do preso, além de possibilitar a redução da pena, também oferece ao apenado a oportunidade de adquirir habilidades laborais que são essenciais para sua reintegração social. **Metodologia:** Consiste na análise da legislação vigente, juntamente a uma revisão bibliográfica sobre o sistema penitenciário e o instituto da remição de pena. A pesquisa será de caráter qualitativo, com enfoque nas condições de trabalho e estudo dentro das prisões, considerando as implicações dessas condições para o processo de reintegração social do apenado. **Resultados**



parciais: Espera-se que com a remição de pena possa contribuir para a reintegração do apenado e para a redução da reincidência criminal. Ao possibilitar a redução do tempo de encarceramento, a remição não apenas oferece uma oportunidade de reintegração, mas também promove a qualificação profissional, facilitando seu retorno ao mercado de trabalho e sua adaptação à vida em sociedade. **Conclusão:** A efetividade da remição de pena está diretamente ligada à implementação adequada das condições de trabalho e educação nas unidades prisionais. Para que a ressocialização do apenado seja realmente eficaz, é fundamental que o Estado ofereça as condições necessárias para que o trabalho e a educação no cárcere sejam plenamente realizados, transformando a pena de prisão em uma oportunidade de reabilitação e não apenas uma redução de tempo de encarceramento.

Palavras-chave: Remição, trabalho e estudo.



A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS E OS DESAFIOS DA CONVIVÊNCIA: A EDUCAÇÃO COMO CAMINHO PARA A CULTURA DE PAZ¹

Sabrina Brito Silva²; Andréia Maila de Faria³; Rafaela Maria da Costa Sabino³; Hadailton Geraldo Silva⁴; Luciane Alves Gianasi⁵; Lília Rosário Ribeiro⁵.

¹Resultados parciais de projeto do primeiro autor, aprovado no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência do UNIFOR-MG com cessão de bolsa PIBID/CAPES.

²Graduanda em Pedagogia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista da CAPES. E-mail: sabrinabrito982@gmail.com

³Graduandas em Pedagogia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsistas da CAPES.

⁴Professor efetivo da rede municipal de ensino de Formiga-MG, Brasil; Supervisor de área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID - do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Bolsista da CAPES.

⁵Professoras do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Coordenadoras do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID - do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Bolsistas da CAPES.

RESUMO

Introdução: A violência escolar é um desafio crescente para professores, alunos e toda a comunidade escolar, afetando diretamente o ambiente de aprendizagem, a saúde emocional e o desempenho dos estudantes. Alterações no comportamento de crianças e adolescentes, como agressividade, impulsividade e dificuldades de socialização, evidenciam a urgência de refletir sobre as causas e consequências da violência no espaço escolar. **Objetivo:** Analisar o papel da escola na prevenção e no enfrentamento da violência no ambiente escolar, destacando ações pedagógicas e socioemocionais que favoreçam a convivência, o fortalecimento de vínculos e a construção de uma cultura de paz. **Metodologia:** O estudo foi realizado em uma escola pública de Formiga-MG, com abordagem qualitativa e caráter exploratório. As ações foram conduzidas por bolsistas do núcleo de Pedagogia do PIBID/UNIFOR e incluíram uma palestra com a comunidade escolar e atividades com estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental. Entre as estratégias utilizadas destacam-se rodas de conversa, dinâmicas em grupo, escuta ativa e produção de cartazes, com foco no fortalecimento das competências socioemocionais e na promoção da convivência respeitosa. **Resultados parciais:** A partir das observações e relatos dos professores, identificaram-se comportamentos agressivos, dificuldades de socialização e baixa tolerância à frustração entre os alunos. No



entanto, as intervenções pedagógicas possibilitaram avanços significativos, como o desenvolvimento de empatia, maior autorregulação emocional e melhora nas interações entre os estudantes. As atividades também contribuíram para o fortalecimento dos vínculos entre alunos, professores e comunidade escolar.

Conclusão: O enfrentamento da violência escolar exige estratégias contínuas e acolhedoras. A escola tem papel central na formação de valores e na criação de ambientes seguros e cooperativos. Iniciativas que promovem o desenvolvimento socioemocional contribuem de forma efetiva para a construção de uma convivência mais pacífica e de uma sociedade mais justa e solidária.

Palavras-chave: PIBID; resolução de conflitos; socioemocional.

Os autores agradecem à CAPES pela concessão da bolsa de iniciação à docência.



A VULNERABILIDADE NA VIOLENCIA DOMÉSTICA: O NOVO ENQUADRAMENTO SEGUNDO O STF¹

Júlia Grazielle Costa²; Ricardo Augusto de Bessas³.

¹Resultado de estudos realizados no curso de Direito do UNIFOR-MG.

²Graduanda do 8º período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga - MG. Email: juulia.gcosta@gmail.com

³Professor do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG, Formiga/MG, Mestre em Direitos Fundamentais (Universidade de Itaúna). Organizador do grupo de estudos Cidadania: os direitos individuais diante do sistema de segurança pública. E-mail: rabessas@gmail.com

RESUMO

Introdução: A pesquisa parte da análise da evolução jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à aplicação da Lei nº 11.340/2006, originalmente voltada à proteção da mulher cisgênero em situação de violência doméstica e familiar. A introdução contextualiza o avanço do entendimento jurídico sobre identidade de gênero e orientação sexual, com base nos princípios da dignidade da pessoa humana, isonomia e não discriminação. **Objetivo:** Analisar a ampliação do alcance da Lei Maria da Penha para incluir pessoas transexuais e casais homoafetivos masculinos, à luz da jurisprudência recente, investigando os critérios utilizados pelo STF para o reconhecimento da vulnerabilidade em contextos diversos de violência doméstica. **Metodologia:** Adotou-se a qualitativa, com enfoque bibliográfico e documental, utilizando-se da análise de acórdãos, doutrina especializada e legislação pertinente. **Resultados parciais:** Demonstra que a aplicação da Lei Maria da Penha a transexuais e a homens em relações homoafetivas não viola seu escopo original, mas sim amplia a proteção a indivíduos em situação de vulnerabilidade, de acordo com uma leitura constitucional que privilegia a dignidade, a igualdade material e o combate à violência baseada em gênero e relações de afeto. **Conclusão:** O novo enquadramento da Lei Maria da Penha segundo o STF representa uma evolução na interpretação do direito antidiscriminatório e de gênero no Brasil, permitindo sua aplicação a pessoas cuja vulnerabilidade decorre não apenas do sexo biológico, mas da identidade de gênero e das dinâmicas de poder presentes nas relações interpessoais. Tal entendimento fortalece o sistema de proteção das vítimas e contribui para a promoção de uma justiça inclusiva e equitativa.



Palavras-chave: Lei Maria da Penha; tutela penal; vulnerabilidade.



ANÁLISE COMPORTAMENTAL, HEMOGRAMA E DOSAGEM SÉRICA DE ESTEROIDES GONADAIS EM QUATRO ARARAS CANINDÉS (*Ara ararauna*) EM CATIVEIRO¹

Lorena Arantes Gonçalves¹; Pedro Otavio Alves Souto¹; Sane Batista Galoneti¹; Rebeca Marques Mascarenhas²; Leonardo Borges Acurcio²; Dênio Garcia Silva de Oliveira³.

¹Resultados parciais de projeto do primeiro autor, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa PIBIC/PIC/REITORIA.

¹Graduando em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista do(a) PIC/REITORIA. E-mail: lorenagoncalves1996@gmail.com

²Prof. Titular – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Colaborador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

³Prof. Titular e Coordenador da Fazenda Laboratório – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil;

RESUMO

Introdução: A preservação de Araras-Canindé em cativeiro permanece como uma estratégia implementada para a conservação da espécie, no entanto, em situação de cativeiro, essas aves têm um ambiente sem desafios, o que pode resultar em estresse ou estereotipias. Em paralelo, a avaliação dos hormônios esteroides gonadais proporciona informações importantes sobre o estado reprodutivo e sobre as respostas fisiológicas ao ambiente. As análises hormonais são métodos que monitoram a função reprodutiva. A hematologia por sua vez fornece informações essenciais sobre a saúde geral das aves, permitindo uma avaliação mais ampla do seu estado fisiológico. A sazonalidade tem influência significativa sobre o comportamento, níveis hormonais e parâmetros hematológicos das Araras-Canindé em situação de cativeiro e vida livre. Alterações sazonais, como mudanças de temperatura, pluviosidade e disponibilidade alimentar, podem interferir nos ciclos reprodutivos e nos padrões comportamentais e hematológicos destas aves. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo descrever o comportamento, concentração sérica de esteroides gonadais e parâmetros hematológicos de araras-canindé (*Ara ararauna*) mantidas em cativeiro no município de Formiga, Minas Gerais no período de maio de 2025 a abril de 2026. **Metodologia:** A pesquisa será realizada na Fazenda Laboratório do UNIFOR-MG. A cada 60 dias as aves serão contidas e serão coletadas amostras de sangue para realização de análise hematológica e dosagem sérica de esteroides gonadais. Serão também feitos, a



cada 60 dias, registros do comportamento das aves pelo método Skan de avaliação comportamental **Resultados Esperados:** Espera-se identificar padrões comportamentais compatíveis com bem-estar e detectar possíveis variações hormonais e hematológicas relacionadas a estresse ou sazonalidade. Os dados obtidos poderão subsidiar práticas mais adequadas de manejo e enriquecimento ambiental para psitacídeos mantidos em cativeiro.

Palavras-chave: estresse; psitacídeos; sazonalidade.



ANÁLISE COMPORTAMENTAL, LEUCOGRAMA E DOSAGEM SÉRICA DE CORTISOL EM QUATRO ARARAS CANINDÉS (*Ara ararauna*) EM CATIVEIRO¹

Sane Batista Galoneti¹; Lorena Arantes Gonçalves¹; Pedro Otavio Alves Souto¹; Rebeca Marques Mascarenhas²; Leonardo Borges Acurcio²; Dênio Garcia Silva de Oliveira³.

¹Resultados parciais de projeto do primeiro autor, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa PIBIC/FAPEMIG.

¹Graduando em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista do(a) CNPq/FAPEMIG. E-mail: saninhagaloneti@hotmail.com

²Prof. Titular – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Colaborador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

³Prof. Titular e Coordenador da Fazenda Laboratório – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil;

RESUMO

Introdução: As araras-canindé (*Ara ararauna*) são psitacídeos amplamente distribuídos na América do Sul e, devido à sua beleza e inteligência, são frequentemente mantidas em cativeiro por instituições de conservação, zoológicos e particulares. No entanto, o ambiente artificial pode influenciar negativamente seu bem-estar, resultando em alterações comportamentais e fisiológicas. A avaliação do comportamento, leucograma e de marcadores hormonais, como os níveis de cortisol são essenciais para compreender os efeitos do cativeiro sobre essas aves e propor melhorias no manejo. Estudos que integrem esses aspectos são fundamentais para garantir a qualidade de vida dos animais e promover práticas éticas de manutenção em ambientes controlados.

Objetivo: Avaliar o comportamento, leucograma e os níveis séricos de cortisol de quatro araras-canindé em cativeiro entre maio de 2025 e abril de 2026.

Metodologia: A cada 60 dias, as aves serão contidas e serão coletadas amostras de sangue para realização de leucograma e dosagem sérica de cortisol. Serão também feitos, a cada 60 dias, registros do comportamento das aves pelo método Skan de avaliação comportamental. **Resultados Esperados:** Espera-se identificar padrões comportamentais compatíveis com bem-estar e detectar possíveis variações hormonais relacionadas a estresse ambiental ou sazonalidade. Os dados obtidos poderão subsidiar práticas mais adequadas de manejo e enriquecimento ambiental para psitacídeos mantidos em cativeiro.



Palavras-chave: estresse; psitacídeos; sazonalidade.

XXI MOSTRA INTEGRADA DE PESQUISA E EXTENSÃO
Ciência, Tecnologia e Sociedade: Mulheres na ciência:
superando desafios e construindo o futuro
Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG
Formiga-MG, 19 e 20 de agosto de 2025
ISBN: 978-85-64736-21-4



ANÁLISE DA CITOTOXICIDADE DO CHÁ DE ALFAZEMA (*Lavandula officinalis* L.)¹

Jayne Lopes Rodrigues²; Lília Rosário Ribeiro³.

¹Resultados parciais de projeto de Jayane Lopes Rodrigues, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa FAPEMIG.

²Jayne Lopes Rodrigues - Graduanda em Biomedicina do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista da FAPEMIG. E-mail: lopesjayane40@gmail.com

³Lília Rosário Ribeiro - Doutora em Genética e Melhoramento de Plantas, pela Universidade Federal de Lavras; Prof. Titular – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Colaboradora do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: Na sociedade contemporânea, o uso de plantas medicinais é comum em práticas religiosas, terapias populares e estudos científicos. *Lavandula officinalis* L., conhecida como alfazema, é amplamente utilizada na fitoterapia brasileira na forma de chá ou infusão, e são atribuídas a ela propriedades antidepressivas, antitumorais, antimicrobianos, anti-histamínicos e antidiabéticos, além de efeitos sobre o sistema nervoso central. Apesar de seu uso ser bastante difundido, ainda há poucas pesquisas que avaliem a segurança de sua utilização na forma. **Objetivo:** Investigar o potencial citotóxico e antimutagênico do chá de alfazema, utilizando o bioensaio *Allium cepa*. **Metodologia:** As sementes foram colocadas em água destilada e mantidas em estufa B.O.D a 24°C por 24 horas, para a indução da germinação. Posteriormente, foram expostas por 72 horas aos seguintes tratamentos experimentais: T1 – água destilada (controle negativo); T2 – benzoato de sódio a 1% (controle positivo); e T3 – infusão aquosa de *L. officinalis* L. Para as análises citogenéticas, foram preparadas lâminas utilizando o método de esmagamento, seguidas da coloração com orceína acética a 2%. Os experimentos foram conduzidos no laboratório de iniciação científica 3 do Centro Universitário de Formiga. **Resultados:** Os resultados obtidos, até o momento, sugerem possíveis indícios de atividade citotóxica nas células meristemáticas de *Allium cepa* tratadas com a infusão de alfazema, como alterações mitóticas e presença de anomalias nucleares. **Conclusão:** As evidências preliminares apontam para um potencial efeito citotóxico da infusão de *Lavandula officinalis* L. A finalização dos ensaios e a análise estatística serão fundamentais para confirmar esses achados. Espera-se que os dados obtidos contribuam para a



avaliação da segurança do uso terapêutico da planta, além de fornecer subsídios para futuras investigações sobre seus possíveis riscos e benefícios à saúde humana.

Palavras-chave: atividade citotóxica; fitoterapia; lavanda.

Os autores agradecem à FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica.



ANÁLISE DE PROPENSÃO A ENCHENTES PARA A FAZENDA LARANJO, PEDRA DO INDAIÁ-MG¹

Marielle Ribeiro Santos²; Gabriela Rodrigues²; Kátia Daniela Ribeiro³.

¹Resultados parciais de projeto de pesquisa, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG.

²Graduanda em Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; voluntária no Projeto de Iniciação Científica do UNIFOR-MG. E-mail: marielleribeiro03@yahoo.com

³Professora Titular II. Orientadora do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, FormigaMG, Brasil

RESUMO

Introdução: A análise de propensão a enchentes de propriedades rurais em áreas de inundação é fundamental para o planejamento agrícola, principalmente em áreas suscetíveis a eventos extremos que podem comprometer a produtividade e a sustentabilidade do uso do solo. **Objetivo:** Apresentar um estudo morfométrico da bacia hidrográfica que contribui para o escoamento superficial da Fazenda Laranjo, localizada no município de Pedra do Indaiá-MG, por meio do uso de dados SRTM e tecnologias SIG. **Metodologia:** Realizou-se a coleta de dados geomorfométricos no banco de dados TOPODATA, que foram trabalhados no software QGis para a extração de informações como área, perímetro, comprimento axial etc. Esses elementos foram utilizados para a estimativa de indicadores do comportamento físico e hidrológico da bacia, como fator de forma, índice de circularidade, entre outros. Paralelamente, foi realizada a caracterização ambiental da propriedade, abrangendo relevo, clima, solo e vegetação, com dados provenientes do WebGIS do IDE-Sisema. **Resultados Parciais:** A Fazenda Laranjo está localizada em uma região pertencente ao bioma Mata Atlântica, com relevo predominantemente plano ou suave ondulado. Os solos da fazenda, classificados como Argissolos, apresentam textura média e a propriedade é cortada pelo Rio Lambari um importante curso d'água da região. A bacia de contribuição analisada possui formato alongado, coeficiente de compacidade de 1,42, fator de forma de 0,41, índice de circularidade de 0,49 e razão de elongação de 0,72, indicando uma baixa propensão a enchentes para as terras que compõem a Fazenda Laranjo. **Conclusão:** O estudo morfométrico indicou que a bacia cuja seção de controle é representada pela Fazenda Laranjo possui forma alongada e baixa suscetibilidade a enchentes. Essas informações são importantes para a gestão sustentável da propriedade rural, permitindo a



conservação ambiental, a proteção dos recursos hídricos locais.

Palavras-chave: hidrología; morfometria; manejo sustentável.



ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA DO LEITE CRU INFORMAL DE CAMACHO-MG¹

**Giovana Petronilho Rabelo²; Nayane Aparecida Moreira³; Giovanna
Medeiros Guimarães⁴; Leonardo Borges Acurcio⁵.**

¹Projeto de pesquisa aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG.

²Discente de Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: giopetroni@outlook.com.

³Médica Veterinária, Camacho, Minas Gerais, Brasil. E-mail: nayanemoreiravet@gmail.com

⁴Supervisora de estágio do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: giovannamedeiros64@gmail.com.

⁵Docente do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: leoacurcio@uniformg.edu.br.

RESUMO

Introdução: Minas Gerais, um dos maiores produtores de leite do Brasil, atingiu uma produção de aproximadamente 35,4 bilhões de litros em 2023. A relevância dessa produção exige atenção à qualidade do leite, questão regulamentada pelas Instruções Normativas nº 76 e 77 de 2018 do Ministério da Agricultura e Pecuária, mas ainda enfrenta desafios relacionados à comercialização informal. Apesar da proibição legal, a venda clandestina persiste, por falhas na fiscalização e desinformação da população. Tal ação representa riscos à saúde pública devido à ausência de controle de qualidade e as condições precárias de higiene na produção e comercialização do produto. **Objetivo:** Avaliar a qualidade físico-química e microbiológica do leite cru comercializado informalmente em Camacho-MG. **Metodologia:** As amostras de leite serão obtidas em Camacho-MG e levadas ao Laboratório de Inspeção de Produtos de Origem Animal e ao Laboratório de Microbiologia do UNIFOR-MG, para análise do teor de gordura, densidade relativa a 15°C, acidez titulável, teste rápido de alizarol a 72%, índice crioscópico e pesquisa da presença de resíduos de antibióticos no leite, baseando-se nas Instruções Normativas Nº. 76 e 77 do MAPA. Nas análises microbiologia, serão verificadas as contagens padrão em placas, para quantificar o total de microrganismos presentes na amostra. **Resultados esperados:** Espera-se, que com esse estudo, a qualidade do leite melhore significativamente e haja uma conscientização sobre a importância da inspeção. Dessa forma, incentiva-se os produtores informais para a regulamentação. Essa iniciativa é essencial para garantir a segurança alimentar da população e fortalecer a cadeia



produtiva local.

Palavras chave: qualidade do leite; inspeção de produtos de origem animal; regulamentação.



BAIXA ARTICULAÇÃO CONSTITUCIONAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE POVOS INDÍGENAS: UM DESAFIO À HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL¹

Natália Ferreira Pontes²; Nélida Caseca Reis Machado³.

¹Pesquisa com resultados parciais desenvolvida no projeto de Iniciação Científica denominado Constituição, Estado e as minorias indígenas, financiada pela FAPEMIG.

²Graduanda em Direito no Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG, E-mail: nataliafpontess@gmail.com.

³Professora Titular no Curso de Direito do Centro Universitário de Formiga e Orientadora do Programa de Iniciação Científica Constituição, Estado e as minorias indígenas. E-mail: nelidacaseca@gmail.com.

RESUMO

Introdução: Em 2024, no projeto de Iniciação Científica “Constituição, Estado e as minorias indígenas”, elaborou-se uma revisão sistemática, tendo sido selecionados 30 artigos a partir da Web of Science, Scopus, Scielo Brasil e Google Acadêmico, que foram analisados os seguintes pontos: os veículos de divulgação dos trabalhos, as metodologias aplicadas, a evolução temporal das discussões e a coerência entre os objetivos e os resultados apresentados. A partir da mesma revisão, se analisa, agora, as fundamentações constitucionais dos trabalhos, para averiguar se articulação entre os fundamentos constitucionais, observando-se haver aplicação unânime e se o entendimento é parecido nos trabalhos, partindo-se do pressuposto de que a previsão dos direitos indígenas tem origem única, o artigo 231 e seguintes da Constituição.

Objetivo: Demonstrar que, nos trabalhos selecionados para a revisão sistemática, não se observa pontos de contato, quando os assuntos são direitos constitucionais e, em virtude disso, o amadurecimento da hermenêutica constitucional relacionada aos indígenas é dificultada. **Metodologia:** A partir da revisão sistemática da produção acadêmica foram analisados 30 artigos em profundidade. Em seguida, se construiu uma planilha classificatória com base na finalidade, metodologia, tipo de conclusão e potencial impacto prático dos estudos. Assim, entre os 30 artigos, três tiveram destaque: “Desenvolvimento, meio ambiente e direitos dos índios: da necessidade de um novo ethos jurídico”, “Povos indígenas, segurança nacional e a Assembleia Nacional Constituinte” e “Índios na Constituição”, e estes são os que mais se aproximam de uma análise constitucional com foco em direitos indígenas. **Resultados:** Os trabalhos



analisam a Constituição sob prismas diversos e desconectados: alguns discutem a atuação do Estado, outros focam no histórico da legislação colonial ou em práticas culturais, sem efetivo diálogo entre os trabalhos. Essa desarticulação, embora seja importante pesquisar e trazer as questões indígenas para a pesquisa, impede que a academia cumpra seu papel de promover uma leitura crítica dos direitos constitucionais indígenas e fortalecer a proteção constitucional. **Conclusão:** O que se observa é que a falta de integração entre os estudos que abordam a temática indígena sob o prisma constitucional criam um vazio Hermenêutico constitucional. Ou seja, sem a articulação entre os estudos, fica impedido o aprofundamento da hermenêutica constitucional e, ao mesmo tempo, faz com que haja uma estagnação das temáticas indígenas, tão ricas e caras à sociedade brasileira.

Palavras-chave: povos indígenas; Constituição de 1988; hermenêutica constitucional; produção científica.

Os autores agradecem à FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica.



BIG TECHS E GOVERNOS: ALIANÇAS POLÍTICAS E O ENFRAQUECIMENTO DAS MINORIAS NAS REDES SOCIAIS¹

João Paulo Garcia Assunção²; Nélida Caseca Reis Machado³.

¹Pesquisa com resultados parciais decorrentes de discussão em sala de aula.

²Graduando em Direito no Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG, E-mail: joaopaulogarcia111@gmail.com.

³Professora Titular no Curso de Direito e Orientadora do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG. E-mail: nelidacaseca@gmail.com.

RESUMO

Introdução: A partir da liberação irrestrita das plataformas pelas *big techs* (uso planejado das plataformas), os líderes políticos ampliam o uso das redes sociais com discursos polarizados, contribuindo para a desinformação, favorecendo ataques a minorias e enfraquecendo o debate democrático. A hipótese que se tem é que há uma parceria astuta entre governos e *big techs*. Enquanto o governante precisa das redes sociais para promover seus projetos políticos, as *big techs* angariam apoio governamental para o lucro. **Objetivo:** Demonstrar e analisar como os governantes e redes sociais se entrelaçam em um projeto político de governo em detrimento das minorias. **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica pelo método hipotético-dedutivo, por ser o ensaio teórico. **Resultados:** Percebe-se que o entrelaçamento entre governantes e *big techs* favorece a ambos. O governo promove seus projetos políticos ao redor de ideologias dominantes e as *big techs*, em um ambiente polarizado, atraem mais usuários pelo lucro, por intermédio da intolerância, exclusão, discurso de ódio e enfraquecendo as minorias. **Conclusão:** Com base na análise feita, vislumbra-se, que tanto o governo, quanto as *big techs*, compartilham do mesmo projeto político de dominação. Assim, é necessário estar atento às ações do governo e das *big techs* e ter consciência de que esse casamento pode fortalecer preconceitos por meio da polarização irrestrita, em prejuízo às conquistas das minorias e em afronta aos direitos humanos.

Palavras-chave: direitos humanos; desinformação; governança digital.



Os autores agradecem à FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica.



CAPACITAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NO MANEJO DO MAL DE ALZHEIMER EM IDOSOS: UM ESTUDO DE CASO EM FORMIGA E CIDADES ADJACENTES¹.

Giovanna Ferreira Dittz²; Anna Laura de Araujo Oliveira³; Isadora Linhares Rezende Silva⁴; Heslley Machado Silva⁵.

¹Trabalhos referentes a casos bem-sucedidos de atividades de extensão no UNIFOR-MG

²Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário de Formiga/MG. Email: dittzgiovanna@gmail.com.

³Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário de Formiga/MG. Email: annalauracapitolio0909@gmail.com.

⁴Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário de Formiga/MG. Email: isadoralinhares29@gmail.com.

⁵Professor e pesquisador do Centro Universitário de Formiga/MG (UNIFOR MG), Departamento de Saúde e Educação. Professor e pesquisador da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Email: heslley@uniformg.edu.br.

RESUMO

Introdução: O avanço da população idosa no mundo impõe desafios aos sistemas de saúde, refletindo um crescimento na incidência de doenças crônicas, como a doença de Alzheimer (DA). No Brasil, o número de pessoas idosas está aumentando rapidamente, com estimativas indicando que mais de um milhão de idosos vivem com a DA. O tratamento dessa condição enfrenta obstáculos no Brasil, incluindo a diferença no acesso aos serviços de saúde e a falta de profissionais capacitados. Neste cenário, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) exercem uma função essencial na conexão entre a comunidade e os serviços de saúde, especialmente em regiões com recursos limitados.

Objetivo: Este projeto de extensão universitária visou preparar os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) em Formiga e nas cidades próximas para o cuidado de idosos com Alzheimer. A capacitação teve como intuito aprimorar o atendimento a esse grupo vulnerável e atender a uma demanda social crescente.

Metodologia: A pesquisa teve início com uma revisão de literatura sobre a saúde dos idosos e a doença de Alzheimer. Em seguida, foi distribuído um questionário estruturado a 40 ACS de Formiga e cidades vizinhas para identificar as principais dificuldades no atendimento e as condições de saúde mais comuns entre os idosos. Com as informações obtidas, foi elaborado e realizado um minicurso presencial no Centro Universitário de Formiga. O curso abordou temas como fisiopatologia, complicações, práticas de cuidado e novas pesquisas sobre



a doença de Alzheimer. **Resultados:** O estudo capacitou os ACS em Formiga-MG para manejo do Alzheimer, destacando minicurso eficaz, desafios no cuidado e importância da educação continuada e extensão universitária.

Conclusão: O treinamento contínuo dos ACS é fundamental para aprimorar o atendimento aos idosos com Alzheimer. Os participantes consideraram o minicurso um sucesso, evidenciando a eficácia da extensão universitária em atender às necessidades sociais. O projeto indica que a formação especializada dos ACS e a reestruturação das práticas de trabalho são essenciais para garantir um atendimento completo e eficaz para a população idosa. O estudo atua como um modelo para futuras iniciativas que desejam alavancar a educação acadêmica frente às necessidades da comunidade, fortalecendo a saúde pública.

Palavras-chave: agente comunitário de saúde; alzheimer; idoso.

Os autores agradecem ao Centro Universitário de Formiga- UNIFOR-MG.



CICLISMO E DOR LOMBAR: UM ESTUDO TRANSVERSAL DE GRANDE PORTE SOBRE PREVALÊNCIA E FATORES DE RISCO¹

Miguel Victor Silva Sousa²; Arthur Breda de Melo Passos²; Laura Fonseca Vaz do Amaral²; Izabely Arantes Santos³; José Carlos Leal⁴; Andrei Pereira Pernambuco⁵.

¹Resultados de projeto de Miguel Victor Silva Sousa, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG como voluntário.

²Graduando em Fisioterapia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Voluntário no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

³Graduando em Biomedicina do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista da FAPEMIG. E-mail: izabelyarantessantos@gmail.com.

⁴Professor da Universidade Federal de Roraima - UFRR, Boa Vista - RR, Brasil; Colaborador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: josé.leal@ufrr.br.

⁵Professor do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. Endereço: Rua Araxá, número 206, Bairro Morro do Sol, Itaúna-MG, CEP: 35680-284 E-mail: pernambucoap@ymail.com.

RESUMO

Introdução: O ciclismo é um esporte amplamente praticado; no entanto, suas altas exigências biomecânicas podem levar a queixas musculoesqueléticas, especialmente dor lombar (DL). Fatores como postura, modalidade do ciclismo e características individuais podem influenciar essa condição. **Objetivo:** Avaliar a prevalência de dor lombar entre ciclistas que buscaram serviços profissionais de Bike Fit e examinar sua associação com fatores sociodemográficos e relacionados à prática esportiva, incluindo idade, massa corporal, índice de massa corporal (IMC) e modalidade do ciclismo. **Metodologia:** Este estudo utilizou um delineamento transversal, observacional e retrospectivo, analisando dados de 1.521 ciclistas ($37,6 \pm 9,2$ anos, variando de 12 a 81 anos), atendidos por 15 profissionais de Bike Fit. Os dados foram coletados por meio de formulários eletrônicos e analisados estatisticamente por meio do teste do qui-quadrado de Pearson, V de Cramer, correlação de Spearman, d de Cohen e análise de regressão logística. **Resultados:** A dor lombar foi relatada por 29,2% dos ciclistas. Foram observadas associações significativas entre a ocorrência de dor lombar e a modalidade do ciclismo ($p \leq 0,01$, V de Cramer = 0,107), idade ($p \leq 0,01$, d de Cohen = -0,157) e massa corporal ($p = 0,03$, d de Cohen = -0,174). Essas três variáveis foram as únicas mantidas no modelo de regressão explicativo da dor lombar em ciclistas. **Conclusão:** Ciclistas mais jovens, com



maior massa corporal e praticantes de MTB apresentaram maior probabilidade de relatar dor lombar. Embora os tamanhos de efeito tenham sido pequenos, esses achados podem ajudar a identificar perfis de maior risco e subsidiar decisões clínicas nos contextos de Bike Fit e reabilitação.

Palavras-chave: bike fit; ciclismo; fatores de risco.

Os autores agradecem ao Centro Universitário de Formiga – MG, pelo apoio institucional.



CICLISMO E QUEIXAS NO PERÍNEO: UM ESTUDO EM LARGA ESCALA SOBRE PREVALÊNCIA E FATORES CONTRIBUINTES¹

Andrei Pereira Pernambuco²; Laura Fonseca Vaz do Amaral³; Miguel Victor Silva Sousa³; Izabely Arantes Santos³; Caio Fonseca Oliveira³; Gustavo Cardoso Vieira⁴; Marcelo Rocha de Moraes⁵; Guilherme Ribeiro Branco⁶.

¹Resultados parciais de projeto do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG.

²Centro Universitário de Formiga – MG (UNIFOR – MG), Formiga – MG, Brazil. Universidade de Itaúna (UIT), Itaúna – MG, Brazil. E-mail: pernambucoap@ymail.com.

³Centro Universitário de Formiga – MG (UNIFOR – MG), Formiga – MG, Brazil.

⁴Universidade de Itaúna (UIT), Itaúna – MG, Brazil.

⁵Universidade Católica de Brasília, Brasília - DF, Brazil.

⁶Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG, Brazil. Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, Brazil.

RESUMO

Introdução: O ciclismo, apesar de seus benefícios à saúde, pode causar lesões por contato prolongado do selim com a região perineal, levando a sintomas como dor, dormência e possíveis danos a estruturas geniturinárias e neuromusculares. Dormência genital afeta até 91% dos ciclistas e pode estar ligada à disfunção erétil em homens. Fatores como características corporais, flexibilidade e volume de treino contribuem para essas lesões. O ajuste adequado da bicicleta (Bike Fit) é uma estratégia usada para reduzir riscos e aumentar o conforto. No entanto, há escassez de dados sobre a prevalência dessas queixas e sua relação com variáveis físicas e de treinamento, o que motivou a realização deste estudo.

Objetivos: Investigar a prevalência de queixas perineais em ciclistas submetidos a sessões dinâmicas de ajuste de bicicleta e examinar suas associações com variáveis antropométricas e relacionadas ao treinamento. **Metodologia:** Este estudo retrospectivo transversal incluiu dados de 1521 ciclistas (84,4% homens; 15,6% mulheres) avaliados por 15 montadores profissionais de bicicletas no Brasil. Os dados foram coletados por meio de formulários estruturados e incluíram idade, sexo, massa corporal, altura, IMC, disciplina de ciclismo, frequência de treinamento, tempo de prática e presença de queixas perineais (dor, dormência ou ambas). As análises estatísticas incluíram testes de qui-quadrado, correlação de Spearman, medidas de tamanho de efeito e regressão logística. **Resultados:** A prevalência geral de queixas perineais foi de 12,4%.



Dor e dormência foram relatados por 5,6% e 5,9% dos participantes, respectivamente, enquanto 0,9% experimentaram ambos. Os ciclistas rodoviários mostraram uma prevalência significativamente maior (16,5%) em comparação com os ciclistas de MTB e triatlo ($p = 0,001$), embora com pequeno tamanho de efeito (V de Cramér = 0,101). A massa corporal e o IMC mostraram correlações fracas, mas significativas, com os sintomas. A regressão logística revelou que o ciclismo de estrada foi a única variável independente significativamente associada a queixas perineais ($OR = 1,713$; $p = 0,001$). **Conclusão:** As queixas perineais são relativamente frequentes entre os ciclistas e estão, fracamente, associadas a maior massa corporal, IMC e disciplina de ciclismo de estrada. Essas descobertas apoiam a importância de sessões individualizadas de ajuste de bicicleta para mitigar o risco.

Palavras-chave: períneo; ciclismo; feridas e lesões; dor pélvica; ergonomia.

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e ao Centro Universitário de Formiga (UNIFOR – MG) pelo apoio na pesquisa.



COMPREENSÃO DA ORIGEM DA MICROBIOTA DE UM QUEIJO MINAS ARTESANAL DE CASCA FLORIDA NATURAL (QMACFN) ANALISANDO-SE AS SUPERFÍCIES DO SEU FLUXOGRAMA DE PRODUÇÃO¹

Lara Luísa de Camargos Guimarães²; Hellen de Almeida Silva³; Laysa Neto de Faria⁴; Marcela Luiza Silveira⁵; Ariane Lana da Silva⁶; Leonardo Borges Acurcio⁷.

¹Resultados parciais do Trabalho de Conclusão de Curso.

²Graduanda em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: laraluisaguimaraes@gmail.com

³Graduanda em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: hellenvet22@gmail.com

⁴Graduanda em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: laysanetofariavet@gmail.com

⁵Graduanda em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: marcelaluiza831@gmail.com

⁶Graduanda em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: arianelana64@gmail.com

⁷Prof. Titular do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso; Email: leoacurcio@uniformg.edu.br

RESUMO

Introdução: O Queijo Minas Artesanal de Casca Florida Natural (QMACFN) é um alimento tradicional de alto valor sensorial e cultural, produzido a partir de leite cru e fermento natural (“pingo”). No entanto, sua fabricação enfrenta desafios sanitários devido à possível contaminação microbiológica ao longo do processo. **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo compreender a origem da microbiota presente nesse tipo de queijo, por meio da análise de superfícies e insumos ao longo do seu fluxograma de produção. **Metodologia:** Amostras foram coletadas com “swabs” estéreis em superfícies delimitadas (25 cm²) e nos insumos “pingo” e água, analisadas nos meios de cultura PCA, EMB e Sabouraud para detecção de aeróbios totais, enterobactérias, bolores e leveduras; respectivamente. Também foi aplicada a técnica de coloração de Gram para confirmação da etiologia dos isolados. **Resultados:** Os resultados revelaram contaminação por *Escherichia coli* na “Tela”, associada a defeitos como estufamento nos queijos. Crescimento expressivo de bolores e leveduras foi observado na “Pré-secagem” e no “Pano Ar”, o que pode indicar risco de dispersão aérea. Em contrapartida, superfícies como “Mesa Antes”, “Forma



Queijo”, “Mesa Pós” e a água não apresentaram crescimento microbiano, demonstrando boas práticas de higiene. Nos soros fermentos, observou-se presença inicial de enterobactérias no “Pingo Novo” e predominância de leveduras no “Pingo Velho” e nas análises subsequentes feitas na propriedade, indicando evolução microbiológica típica da fermentação. Apesar disso, foram detectadas enterobactérias como *Enterobacter* sp., *Klebsiella* sp. e *E. coli*, o que reforça a necessidade de atenção à qualidade higiênico-sanitária do processo. **Conclusão:** Conclui-se que o principal problema com microrganismos indesejáveis não está, necessariamente, dentro da queijaria, é preciso realizar mais análises.

Palavras-chave: queijo minas artesanal; microbiota; casca florida.



DEEPFAKES E OS DESAFIOS JURÍDICOS ATUAIS: A NECESSIDADE DE UM MARCO NORMATIVO PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ERA DA MANIPULAÇÃO DIGITAL¹

Elianee Christine Lemos²; Livia Caetano Araújo³; Lívia de Oliveira Mendonça³; Luana Maria Oliveira Mendonça³; Lunienka Costa de Carvalho³.

¹Pesquisa com resultados parciais/totais, realizada com a finalidade de desenvolvimento de conhecimento jurídico científico na seara do Direito Digital, na linha de pesquisa Sociedade, Educação e Formação Humana.

²Professora titular do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil. Doutora em Ciências Ambientais (UFLA/MG). Mestre em Direito Público (UNIFRAN/SP). Especialista em Direito Público (UVA/RJ). E-mail: eliannelemos@uniformg.edu.br.

³Graduanda em Direito pelo UNIFOR-MG, Formiga-MG; Técnica em Informática pelo IFMG-campus Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: A inteligência artificial (IA) impulsionou avanços significativos, mas seu uso inadequado, especialmente nas *deepfakes*, levanta questões jurídicas e éticas complexas. Essa tecnologia, baseada em *deep learning*, utiliza redes neurais artificiais capazes de identificar e reproduzir padrões complexos de comportamento humano, juntamente com bibliotecas de código aberto, oferecendo ferramentas e algoritmos para criar e disseminar sistemas de IA. Esta combinação, possibilita substituir rostos, simular movimentos e falas com base na clonagem da voz e da aparência, e ajustar os movimentos labiais para sincronizar com áudios manipulados, colocando em risco o debate público, comprometendo a integridade de processos sensíveis e violando direitos fundamentais. Embora o ordenamento jurídico brasileiro possua um arcabouço em desenvolvimento, ainda carece de regulamentação específica para enfrentar esses desafios. **Objetivo:** Analisar os impactos negligenciados da realidade virtual frente violação dos direitos fundamentais, especialmente diante da ausência de uma legislação brasileira contundente sobre o tema. **Metodologia:** Quanto à natureza do estudo, a pesquisa caracterizou-se por ser explicativa e expositiva, que pressupõe suas considerações em uma pesquisa descritiva e bibliográfica. A maioria dos estudos em Ciências Sociais é de natureza descritiva. **Resultados:** A legislação brasileira sobre *deepfakes* avança gradualmente. O debate sobre crimes cibernéticos começou com a Convenção



de Budapeste (2001/2004), à qual o Brasil aderiu em 2023. As Leis nº 12.735/2012 (“Azeredo”) e nº 12.737/2012 (“Carolina Dieckmann”) tratam da remoção de conteúdos racistas e da repressão a crimes virtuais, como invasão de dispositivos, mas não abrangem manipulações audiovisuais, como *deepfakes*. O Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados também não regulamentam diretamente as *deepfakes*, mas estabelecem arcabouço legal que protegem direitos fundamentais e disciplina tratamento de dados pessoais. Neste contexto, o Código Penal alterou recentemente o artigo 147-B, agravando penas para violência psicológica contra mulheres por meio de *deepfakes*. **Conclusão:** Apesar dos avanços legais, torna imprescindível consolidar um marco legal específico e eficaz para proteger direitos fundamentais no ambiente digital. Para coibir abusos, o ordenamento brasileiro apoia-se em normas vigentes, as quais mostram-se insuficientes para atender adequadamente os desafios digitais emergentes.

Palavras-Chave: *deepfakes*; inteligência artificial; ordenamento jurídico.

As autoras agradecem ao UNIFOR-MG pela possibilidade da pesquisa.



DESAPROPRIAÇÃO POR NECESSIDADE OU UTILIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE OS LIMITES DO DIREITO DE PROPRIEDADE E SEUS IMPACTOS SOCIAIS¹

Lívia Eduarda de Sousa²; Maria Fernanda de Lima Moura³.

¹Resultados parciais de projeto de Lívia Eduarda de Sousa, desenvolvido a partir de reflexões acadêmicas no contexto universitário do UNIFOR-MG

²Graduanda em Direito pelo UNIFOR-MG, Formiga-MG; Estagiária na Secretaria da Vara de Família, Sucessões e Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Formiga-MG; Proficiente em Inglês pela Escola Municipal de Línguas e Educação Múltipla Professora Helena Kemper Costa; Habilidada em Informática e certificada nos cursos de Assistente Contábil e de Atendente de Farmácia pela Dinâmica Cursos Profissionalizantes. E-mail: liviaeduarda2115@gmail.com

³Professora Mestre Titular no Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: mfernandamoura@yahoo.com.br

RESUMO

Introdução: A Constituição de 1988 consagra o direito de propriedade em seu artigo 5º. Contudo, esse direito não possui caráter absoluto, passível de relativização em determinadas hipóteses. Uma delas consiste na desapropriação por necessidade ou utilidade pública, que pode ocorrer independentemente de o imóvel estar habitado ou de sua função social, é um instrumento de intervenção estatal por meio do qual ocorre a transferência compulsória da propriedade privada ao domínio público, mediante prévia indenização em dinheiro, visando atender a fins de interesse coletivo. **Objetivo:** Pretende-se analisar a desapropriação por necessidade ou utilidade pública como uma modalidade de intervenção estatal prevista na Constituição, buscando compreender sua aplicação prática a partir de exemplos concretos, avaliando como esse instrumento tem afetado, ao longo do tempo, o direito à moradia e a realidade de comunidades atingidas, especialmente em contextos de grandes obras de infraestrutura urbana. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão sistemática de reportagens e estudos acadêmicos publicados nas plataformas *Agência Brasil*, *El País Brasil*, *RioOnWatch*, *Racismo Ambiental*, *Places Journal* e *SciELO*, fontes que abordam os impactos sociais dessa modalidade de desapropriação, concentrando-se em eventos a partir de 2010. **Resultados:** Constatou-se que, na maioria dos casos analisados, as indenizações pagas aos proprietários não correspondiam ao valor de mercado dos imóveis desapropriados, fazendo com que muitas famílias afetadas não conseguissem adquirir novas moradias



equivalentes. Os processos judiciais destinados à contestação desses valores mostraram-se longos e inacessíveis a muitas pessoas em situação de vulnerabilidade, que acabaram por aceitar valores insuficientes. Esse cenário resultou no afastamento de moradores de regiões centrais para áreas periféricas, agravando a segregação socioespacial. **Conclusão:** A desapropriação por necessidade ou utilidade pública, embora respaldada pela Constituição, tem sido utilizada de forma a fragilizar o direito à moradia digna. A ausência de diálogo, a subvalorização dos imóveis e a morosidade dos processos judiciais demonstram um uso do instituto mais alinhado a interesses econômicos do que ao bem coletivo. É fundamental realizar um sopesamento criterioso entre o interesse público e os direitos fundamentais afetados conforme a análise concreta de cada caso, considerando não apenas a legalidade formal da desapropriação, mas também seus impactos e necessidades reais.

Palavras-chave: Constituição de 1988; desapropriação; propriedade.

As autoras agradecem ao UNIFOR-MG pela possibilidade da pesquisa.



DESEMPENHO CLÍNICO DE UMA NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL DE PROBIÓTICOS EM CÃES COM DIARREIA: ESTUDO CLÍNICO, RANDOMIZADO, DUPLO-CEGO E CONTROLADO POR PLACEBO¹

Lara Luísa de Camargos Guimarães²; Marcela Luiza Silveira³; Leonardo Borges Acurcio⁷.

¹Resultados parciais do Trabalho de Conclusão de Curso.

²Graduanda em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: laraluisaguimaraes@gmail.com

³Graduanda em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: marcelaluiza831@gmail.com

⁴Prof. Titular do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso; Email: leoacurcio@uniformg.edu.br

RESUMO

Introdução: A diarreia é uma enfermidade recorrente na clínica de pequenos animais, frequentemente associada à presença de agentes microbianos como vírus, bactérias, fungos ou protozoários, que causam disbiose intestinal. Embora antibióticos e antifúngicos sejam usados no tratamento, seu uso pode agravar ainda mais a disbiose, dificultando a recuperação do animal. Nesse cenário, o uso de probióticos surge como alternativa promissora, por contribuir com a restauração da microbiota intestinal, reduzir o tempo de diarreia e diminuir a necessidade de antimicrobianos. Paralelamente, a reposição eletrolítica é fundamental para a reidratação do paciente, é comumente realizada com soluções endovenosas em ambiente hospitalar. Contudo, essa abordagem é limitada a locais com estrutura adequada, o que dificulta o tratamento domiciliar.

Objetivo: O objetivo do estudo é verificar a viabilidade da cepa probiótica em uma apresentação comercial refrigerada, líquida e saborizada com repositor eletrolítico oral para cães, além de avaliar a eficácia clínica do produto em comparação a um placebo. **Metodologia:** A metodologia inclui o uso da cepa probiótica, fornecida pelo ICB-UFMG, ativada em caldo MRS e incubada a 36°C por 24 horas. Após centrifugação e lavagem, será incorporada a uma solução contendo cálcio, cloro, magnésio, maltodextrina, potássio, sódio e saborizante de carne. A formulação será armazenada refrigerada (<7°C), e a viabilidade do microrganismo será monitorada, semanalmente, por plaqueamento em ágar MRS. Será realizado um ensaio clínico randomizado, duplo-cego e controlado por placebo com cães atendidos na Clínica de Medicina Veterinária da UNIFOR-



MG. Cada animal receberá o produto ou placebo por sete dias, com acompanhamento remoto via WhatsApp. A análise estatística será feita pelo teste t de Student ($p<0,05$). **Resultados esperados:** Espera-se que o produto reduza a duração da diarreia, melhore a recuperação clínica dos cães, se mostre viável para uso domiciliar e contribua para a redução do uso indiscriminado de antimicrobianos.

Palavras-chave: probióticos; diarreia canina; reposição eletrolítica.



DESINFORMAÇÃO CIENTÍFICA E INCERTEZA EPISTÊMICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS NO BRASIL, COLÔMBIA E MÉXICO¹

Estela Oliveira Mendes Lopes²; Hesley Machado Silva³; Gonzalo Peñaloza⁴; Paula Cardoso⁵; Graça Carvalho⁵.

¹Resultado de projeto desenvolvido no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG.

²Graduanda em Fonoaudiologia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Voluntário no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

³Prof. Titular da Universidade do Estado de Minas Gerais e Centro Universitário de Formiga (Brasil).

⁴Centro de Pesquisa e Estudos Avançados do IPN, México.

⁵Universidade do Minho, Braga, Portugal.

RESUMO

Introdução: A desinformação científica nas redes sociais, intensificada pela pandemia de covid-19, representou uma ameaça crítica à saúde pública e à educação global. Diante disso, torna-se essencial fortalecer a formação docente e a alfabetização científica para enfrentar narrativas pseudocientíficas, especialmente em contextos latino-americanos. **Objetivo:** À vista disso, o presente estudo tem como objetivo compreender as percepções de 161 professores de Ciências do Brasil, Colômbia e México em relação às fake news durante a pandemia de covid-19. **Metodologia:** A pesquisa realizou uma abordagem quantitativa e comparativa, analisando as opiniões de educadores de Ciências Naturais, 52 do Brasil, 51 da Colômbia e 58 do México. Usando um questionário, foram identificados padrões distintos de aceitação, rejeição e incerteza epistêmica. Suas perguntas e variáveis foram relacionadas à origem do vírus, à ocultação de medicamentos eficazes e à segurança das vacinas. Ademais, a análise dos dados foi realizada por meio de estatísticas descritivas, utilizando o software IBM SPSS. **Resultados:** Os professores demonstraram uma grande rejeição à narrativa de criação em laboratório (65%), particularmente na Colômbia (72%) e no México (71%), embora 31% dos professores brasileiros tenham respondido "sem opinião", revelando uma vulnerabilidade à desinformação. A crença na ocultação de medicamentos eficazes também foi geralmente negada em todos os países (39%), e mais prevalente no México e no Brasil (48% e 46%, respectivamente) do que na Colômbia (apenas 22%), refletindo contextos históricos de desconfiança institucional. A incerteza em



relação à segurança das vacinas também foi geralmente negada em todos os países (69%), México (81%), Brasil (63%) e Colômbia (62%), destacando lacunas críticas na formação de professores. **Conclusão:** Os resultados deste estudo evidenciam que, apesar da rejeição parcial às *fake news*, ainda existem fragilidades na formação crítica dos professores de ciências frente à desinformação científica. Essa vulnerabilidade, intensificada por fatores sociopolíticos e pela influência das redes sociais, reforça a urgência de investir em programas de formação docente que priorizem a alfabetização científica crítica. Desse modo, fortalecer o papel dos educadores como mediadores do conhecimento é essencial para promover uma sociedade mais informada, resiliente e comprometida com a ciência.

Palavras-chave: covid-19, desinformação científica; professores de ciências.



DETERMINAÇÃO ESPECTROFOTOMÉTRICA DE ESTIRENO DESPRENDIDO DE MATERIAL PLÁSTICO EM BEBIDAS ALCOÓLICAS SIMULADAS¹

Pedro Henrique Melo Silveira², Alex Magalhães de Almeida³.

¹Resultados parciais de projeto do primeiro autor intitulado “Desenvolvimento de um método espectrofotométrico para a detecção de estireno desprendido de material plástico para bebidas diversas” aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG.

²Graduando em Bacharelado de Fisioterapia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; voluntário de projeto de iniciação científica. E-mail: pedrohmelo1416@gmail.com.

³Prof. Adjunto – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG Formiga-MG, coordenador do projeto intitulado: Desenvolvimento de um método espectrofotométrico para a detecção de estireno desprendido de material plástico para bebidas diversas.

RESUMO

Introdução: O estireno é um composto orgânico, líquido a temperatura ambiente, apresentando-se oleoso, incolor, de aroma levemente adocicado, inflamável e solúvel em etanol, éter e cetona. É utilizado na produção de borrachas sintéticas, látex e resinas de poliéster. Pode ser encontrado no ar, no solo e na água, pela liberação acidental durante o processo produtivo e nos efluentes, ou pela disposição inadequada de produtos à base de estireno. O estireno pode causar alterações na saúde do ser humano, caracterizadas como desordens nervosas e ou cancerígenas. Embalagens plásticas são utilizadas no acondicionamento de bebidas e produtos alimentícios, desta forma resolveu-se por verificar a presença de estireno em bebidas contidas em embalagens plásticas. **Objetivo:** Estudar a detecção de estireno desprendido do plástico em bebidas alcoólicas simuladas em laboratório. **Metodologia:** Elaborou-se quatro misturas de água e etanol com os seguintes teores 8%, 16%, 24% e 30% de etanol, deixando essas misturas em frascos plásticos por 30 dias. Pelo fato do sistema conter água, propôs-se o uso de um sistema ternário homogêneo de solventes constituído por metilisobutilcetona- etanol-água que permitisse a determinação de estireno, e a determinação ocorreu em $\lambda = 350$ nm. Utilizou-se o reagente cromogênico 1-2-piridilazonaftol, dissolvido em metilisobutilcetona que em contato com o estireno forma um complexo com detectável por UV-VIS. **Resultados:** As misturas avaliadas em triplicata, utilizando o sistema de solventes indicaram a presença de estireno no comprimento de onda



selecionado. As amostras evidenciaram a presença de estireno entre 5 μ g/L a 8 μ g/L nas bebidas fabricadas em laboratório indicando um aumento gradativo em função do teor de álcool, porém os de 24%-30% estão muito próximos, indicando um ponto de saturação. **Conclusão:** Os experimentos até o momento mostram que é possível determinar a presença de estireno mediante espectrofotometria UV-VIS, revelando uma tendência em função do teor alcoólico, entretanto, percebe-se que há um ponto de saturação para valores entre 24%-30% de etanol nas bebidas, o que pode indicar uma limitação para o teor de estireno nas bebidas. E este é um aspecto que ainda deve ser estudado.

Palavras-chave: espectrofotometria UV-VIS; metilisobutilcetona; sistema ternário homogêneo de solventes.

Os autores agradecem ao Centro Universitário de Formiga, UNIFOR-MG, pelo uso de equipamentos e laboratórios, que permitiram a realização deste trabalho de iniciação científica.



DIREITO AO ESQUECIMENTO: COLISÃO ENTRE MEMÓRIA COLETIVA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA¹

Miquéve Miguel Bittencourt de Castro¹; Paloma Resende Silva²; Maria Fernanda Lima Moura³.

¹Resultado de estudos desenvolvidos no curso de Direito do UNIFOR-MG.

²Graduando do 4º período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. E-mail: bittencourtmiqueve@gmail.com.

³Graduanda do 4º Período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. E-mail: palomaresende.adm@gmail.com

⁴Professora do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. E-mail: mfernandamoura@yahoo.com.br

RESUMO

Introdução: O direito ao esquecimento consiste na possibilidade de impedir a reexposição de fatos verídicos, porém antigos e potencialmente lesivos à imagem e à dignidade de uma pessoa. Trata-se de tema que envolve colisão entre direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, o direito à intimidade, a liberdade de expressão e o direito à informação. No julgamento do Tema 786, o Supremo Tribunal Federal entendeu ser incompatível com a Constituição Federal a consagração do direito ao esquecimento como prerrogativa autônoma. Ainda assim, a Corte reconheceu a importância da ponderação entre os princípios constitucionais em conflito, especialmente diante de abusos ou exposições desnecessárias. Diante disso, este estudo tem como proposta examinar os fundamentos constitucionais envolvidos na controvérsia, bem como os impactos sociais e jurídicos decorrentes da sua adoção ou rejeição. **Objetivo:** O presente trabalho busca analisar, sob a ótica constitucional, os argumentos favoráveis e contrários à aplicação do direito ao esquecimento, a fim de apresentar uma reflexão crítica sobre os valores fundamentais em jogo, sem adotar posicionamento definitivo. **Metodologia:** Adota-se pesquisa bibliográfica, com base na doutrina constitucional e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, utilizando como método a análise sistemática dos princípios fundamentais previstos na Constituição de 1988. **Resultados parciais:** Espera-se demonstrar que o direito ao esquecimento envolve uma complexa colisão de direitos fundamentais, exigindo a ponderação entre os interesses da coletividade e a proteção individual. A depender do caso concreto, tanto a reexposição de fatos quanto sua supressão podem produzir



consequências relevantes. **Conclusão:** Conclui-se que, sob a ótica constitucional, a análise do direito ao esquecimento exige abordagem prudente e ponderada, considerando a coexistência de princípios fundamentais igualmente relevantes, sem que um necessariamente anule o outro.

Palavras-chave: direito ao esquecimento; dignidade; Constituição Federal.



DIREITO E TECNOLOGIA: UMA ANÁLISE JURÍDICO-TECNOLÓGICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS POR SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL¹

Naira de Almeida Alvarenga²; Fábio Antunes Gonçalves³.

¹Pesquisa desenvolvida no curso de Direito do UNIFOR-MG na disciplina de Direito Civil – Responsabilidade Civil.

²Graduanda no curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: naira.alvarenga01@gmail.com.

³Professor Titular da disciplina de Direito Civil – Responsabilidade Civil do UNIFOR-MG.

RESUMO

Introdução: Na contemporaneidade, os impactos sociais decorrentes do avanço das novas tecnologias, sobretudo da inteligência artificial, têm sido amplamente discutidos. No âmbito da responsabilidade civil, a atribuição de culpa por danos causados a terceiros é elemento basilar. Entretanto, trata-se de uma questão complexa quando tais danos são ocasionados por sistemas de inteligência artificial que possuem certo grau de autonomia, cuja atuação não se vincula diretamente à vontade humana, desafiando os fundamentos tradicionais da responsabilização civil. **Objetivo:** Analisar os mecanismos de responsabilização civil aplicáveis a danos causados por sistemas de inteligência artificial, à luz das teorias objetiva e subjetiva, considerando os desafios jurídicos inerentes a essa tecnologia. **Metodologia:** Para a realização desta pesquisa, adotou-se a metodologia de revisão bibliográfica com abordagem qualitativa. **Resultados:** A presente pesquisa demonstrou que a responsabilização civil por danos causados por inteligência artificial é um tema complexo e em evolução. Foram identificados desafios jurídicos relacionados à aplicação das teorias tradicionais de responsabilidade, além da necessidade de atualização normativa que acompanhe as mudanças trazidas pelas novas tecnologias. Ademais, destaca-se a importância de que as regulamentações possam garantir a segurança dos usuários, sem, contudo, embaraçar o desenvolvimento tecnológico, considerando que normas excessivamente rigorosas podem representar um entrave ao fomento da inovação no Brasil. **Conclusão:** A temática representa um desafio atual que demanda uma constante adaptação do Direito. É fundamental que as normas da atualidade sejam repensadas e equilibradas para acompanhar as transformações tecnológicas, garantindo a proteção dos direitos dos usuários sem comprometer o avanço da inovação.



Palavras-chave: dano; direito digital; sistemas autônomos.

XXI MOSTRA INTEGRADA DE PESQUISA E EXTENSÃO
Ciência, Tecnologia e Sociedade: Mulheres na ciência:
superando desafios e construindo o futuro
Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG
Formiga-MG, 19 e 20 de agosto de 2025
ISBN: 978-85-64736-21-4



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NEGLIGÊNCIA OU DIREITO GARANTIDO¹

Ruth Vanessa Gonçalves Silva²; Nélida Caseca Reis Machado³.

¹Pesquisa com resultados parciais decorrentes de discussão em sala de aula.

²Graduanda em Direito no Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG, E-mail: ruthvanessagoncalves@gmail.com

³Professora Titular no Curso de Direito e Orientadora do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG. E-mail: nelidacaseca@gmail.com.

RESUMO

Introdução: Nos termos do artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. A educação inclusiva, nesse contexto, emerge como instrumento essencial para a concretização do princípio da universalidade do direito à educação. No entanto, observa-se, na prática, um descompasso entre os preceitos normativos e a realidade vivenciada por estudantes com deficiência, especialmente aqueles com quadros severos de deficiência intelectual ou transtornos do espectro autista. A legislação educacional brasileira, embora avance no reconhecimento da inclusão como diretriz, revela lacunas significativas ao não contemplar adequadamente as especificidades de determinados casos- a saber, os casos de espectro autista severo no qual não há interação ou desenvolvimento cognitivo no sistema regular de ensino, entretanto, com terapias assistivas em espaços adequados, a possibilidade de desenvolvimento seria ampliada. **Objetivo:** Analisar a legislação que regulamenta a inclusão educacional à luz dos princípios constitucionais, destacando a necessidade de tratamento individualizado que atenda à diversidade das condições dos estudantes com deficiência. **Metodologia:** Análise bibliográfica. **Resultados:** Resultados esperados: A pesquisa parte da premissa de que o princípio da isonomia, consagrado no artigo 5º da Constituição, impõe ao Estado o dever de tratar desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades. Assim, a ausência de dispositivos legais que reconheçam e garantam atendimentos específicos configura omissão estatal e pode ser compreendida como violação do direito à educação. **Conclusão:** O atual modelo de inclusão evidencia a negligência estrutural e a desinformação que fragiliza a luta das famílias por uma educação pública de qualidade e acessível a todos em espaços adequados a cada situação.



Palavras-chave: desenvolvimento; educação; inclusão; legislação.

Os autores agradecem à FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica



EFEITOS DE DIFERENTES FONTES DE MAGNÉSIO SOBRE A PRODUTIVIDADE DO MILHO SAFRINHA CULTIVADO EM PIMENTA-MG¹

Alice Ferreira Faria²; Eduardo Rodrigues Martins³; Wellington Victor Seabra Alves³; Kátia Daniela Ribeiro⁴.

¹Plano de trabalho da primeira autora relativo a projeto de pesquisa aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa PIBIC/Fapemig.

²Graduanda em Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Bolsista da Fapemig. E-mail: aliceferariaaff@gmail.com.

³Graduando em Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Voluntário no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil.

⁴Professora Titular II. Orientadora do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil.

RESUMO

Introdução: O milho é importante para o agronegócio brasileiro, é cultivado na safra e na safrinha com alto potencial produtivo. Para garantir uma boa produtividade, é indispensável um manejo eficiente da fertilidade do solo, incluindo a correção do solo com magnésio, que é um nutriente importante para o desenvolvimento da planta. A escolha adequada da fonte de magnésio influencia diretamente na absorção do nutriente e no rendimento da cultura.

Objetivos: Avaliar o efeito de diferentes fontes de magnésio no desenvolvimento e na produtividade do milho safrinha cultivado em Pimenta-MG, buscando analisar seus efeitos sobre os parâmetros agronômicos da cultura, o rendimento final e identificar qual fonte se mostra mais eficiente nas condições locais do experimento. **Metodologia:** O experimento está sendo realizado na Fazenda Moenda, em Pimenta-MG. A área possui solo argiloso e foi preparada com aração, calagem, subsolagem e gradagem. A semeadura ocorreu em 08/03/2025, utilizando o híbrido KWS7500, em delineamento em blocos casualizados com quatro tratamentos (testemunha e três produtos comerciais contendo 25%, 32,3% e 45% de Mg total, respectivamente) e quatro repetições.

Serão analisados parâmetros agronômicos e de rendimento da cultura como altura de planta, diâmetro do colmo, comprimento e massa das raízes, peso de mil grãos e produtividade final. A colheita está prevista para 05/08/2025 e os dados serão analisados estatisticamente via software SISVAR por meio de análise de variância (ANOVA) e as médias dos tratamentos serão comparadas utilizando-se o teste de Scott-Knott, adotando-se o nível de significância de 5%.



Resultados esperados: Espera-se identificar a fonte de magnésio mais eficiente para as condições edafoclimáticas da região, contribuindo para o aumento da produtividade do milho safrinha e para o manejo racional da adubação. Os resultados deste estudo contribuirão para o aprimoramento das práticas agrícolas na região, servindo de base para recomendações técnicas futuras e promovendo maior sustentabilidade e eficiência na produção agrícola, visto que a utilização adequada da adubação do solo com magnésio pode melhorar o desenvolvimento da planta e otimizar o uso de insumos na cultura do milho.

Palavras-chave: agricultura; rendimento; fertilidade do solo.

Os autores agradecem à FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica.



EFEITOS DO BIKE FIT SOBRE CONFORTO, DESEMPENHO, BIOMECÂNICA E PREVENÇÃO DE LESÕES EM CICLISTAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA¹

Izabely Arantes Santos²; Arthur Breda de Melo Passos³; Laura Fonseca Vaz do Amaral⁴; Miguel Victor Silva Souza⁵; José Carlos Leal⁶; Andrei Pereira Pernambuco⁷.

¹Resultados parciais de projeto de Izabely Arantes Santos, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa PIBIC/FAPEMIG.

²Graduando em Biomedicina do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista da FAPEMIG. E-mail: izabelyarantessantos@gmail.com

³Graduando em Fisioterapia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Voluntário no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: arthur.passos922@gmail.com

⁴Graduando em Biomedicina do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Voluntário no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: laurafac2@gmail.com

⁵Graduando em Fisioterapia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Voluntário no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: miguels00s@gmail.com

⁶Professor da Universidade Federal de Roraima - UFRR, Boa Vista - RR, Brasil; Colaborador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: josé.leal@ufrr.br

⁷Professor do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: pernambucoap@ymail.com

RESUMO

Introdução: Ajustes posturais realizados por meio do bike fit são amplamente utilizados no ciclismo com o objetivo de melhorar o conforto, a eficiência mecânica e a simetria da pedalada, além de prevenir o surgimento de lesões musculoesqueléticas. Apesar da popularização dessas práticas, ainda existem lacunas importantes na literatura científica quanto à eficácia e à qualidade das evidências disponíveis. **Objetivo:** Avaliar, por meio de uma revisão sistemática, os efeitos do bike fit sobre conforto, desempenho, biomecânica e prevenção de lesões em ciclistas adultos. **Metodologia:** A busca foi realizada nas bases PubMed e Scopus até outubro de 2024. Foram incluídos estudos experimentais que investigaram intervenções relacionadas ao ajuste do selim (altura, recuo, inclinação e largura) ou da geometria da bicicleta, com análise de pelo menos um dos desfechos principais. O risco de viés foi avaliado com a ferramenta ROBINS-I, e a qualidade da evidência foi classificada pela abordagem GRADE. **Resultados:** Onze estudos preencheram os critérios de inclusão. A maioria relatou efeitos positivos ou neutros, especialmente nos domínios perceptivos



(conforto) e biomecânicos (cinemática e simetria). No entanto, a maioria dos estudos apresentou limitações metodológicas importantes, como amostras reduzidas, curta duração de acompanhamento e ausência de cegamento. A qualidade geral da evidência foi considerada muito baixa. **Conclusão:** Os ajustes realizados por meio do bike fit mostraram potencial benefício em múltiplos domínios, mas a fragilidade metodológica dos estudos disponíveis limita a capacidade de gerar recomendações definitivas.

Palavras-chave: bike fit; biomecânica; ciclismo.

Os autores agradecem à FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica



ESTÁGIO ACADÊMICO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DO FUTURO OPERADOR DO DIREITO NO CURSO DE DIREITO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA – UNIFOR-MG¹

Adryelle Almeida Elias²; Anna Beatriz Nogueira Arantes³; Lucas Chaves Mascarenhas⁴.

¹Pesquisa desenvolvida no âmbito de Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa FAPIC REITORIA.

²Graduada em História pela Universidade Estácio de Sá; Graduanda em Direito pelo Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG; Técnica em Administração pelo IFMG-campus Formiga. Voluntária no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: drica19032010@gmail.com.

³Graduanda em Direito pelo Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG; Bolsista no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: annabeatriznogueira11@gmail.com.

⁴Professor do Curso de Direito do UNIFOR-MG. E-mail: lucas.mascarenhas@uniformg.edu.br.

RESUMO

Introdução: O estágio acadêmico compõe etapa fundamental na formação jurídica e acadêmica, por promover a articulação entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem. No curso de Direito do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), o estágio surge como uma experiência transformadora, permitindo ao discente desenvolver competências técnicas, éticas e críticas essenciais ao exercício da futura profissão. Este resumo apresenta os principais aspectos do projeto de pesquisa que tem como foco compreender o impacto do estágio supervisionado na formação do estudante de Direito, destacando sua contribuição para a qualificação profissional e cidadã. Investiga-se a articulação entre universidade e campo de estágio, bem como a identificação das expectativas dos estudantes em relação à carreira jurídica.

Objetivo: Pretende-se identificar como a experiência prática, vivenciada nos núcleos de prática jurídica e em instituições públicas e privadas, influencia a atuação profissional futura. Os dados coletados serão analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, buscando interpretar percepções, práticas e desafios enfrentados durante o estágio. Busca-se avaliar a importância do estágio acadêmico com foco no desenvolvimento de habilidades técnica, além da formação ética e da compreensão crítica do sistema de justiça. **Metodologia:** A metodologia adotada é qualitativa, exploratória e descritiva, com base em revisão bibliográfica e aplicação de entrevistas e questionários aos discentes do



7º período em diante e egressos do curso. **Resultados esperados:** Espera-se, com o levantamento e análise de dados obtidos a partir das entrevistas, permitir melhorias nos programas de estágio, bem como contribuir com o fortalecimento do vínculo entre o ensino superior, a prática jurídica e as necessidades sociais contemporâneas, promovendo uma formação humanizada e comprometida com a ética e a justiça. O estágio acadêmico além de preparar tecnicamente o futuro profissional do Direito, também o insere em uma realidade complexa, desafiadora e em constante transformação, é indispensável para uma formação completa, reflexiva e socialmente responsável.

Palavras-chave: Estágio acadêmico. Formação jurídica. Prática profissional.

Os autores agradecem à FAPIC/REITORIA pela concessão da bolsa de iniciação científica



ESTRATÉGIAS E AVALIAÇÃO DA LEITURA NO ENSINO FUNDAMENTAL I: RELATO DE UMA AÇÃO NO CONTEXTO DO PIBID¹

Irian Antônia Assis²; Bruna Augusta Silva³; Sabrina Fernanda da Silva Martins³; Santuza Christina Rodrigues Araújo Faria³; Valéria Luzia Fernandes Carvalho⁴; Elizabeth Rocha de Carvalho Oliveira⁵.

¹Resultados parciais de projeto do primeiro autor, aprovado no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência do UNIFOR-MG com cessão de bolsa PIBID/CAPES.

²Graduanda em Pedagogia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista da CAPES. E-mail: irianantoniafernando@gmail.com

³Graduandas em Pedagogia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsistas da CAPES.

⁴Professora efetiva da rede municipal de ensino de Formiga-MG, Brasil; Supervisora de área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID - do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Bolsista da CAPES.

⁵Professora do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Coordenadora de área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID - do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Bolsista da CAPES.

RESUMO

Introdução: O domínio da leitura é uma habilidade fundamental no processo de alfabetização e no desenvolvimento das competências cognitivas, sociais e comunicativas dos alunos do Ensino Fundamental I. Além de promover a aquisição do conhecimento escolar, a leitura favorece a construção da autonomia intelectual e o exercício da cidadania. Diante dessa importância, torna-se essencial compreender as estratégias mais eficazes para o ensino da leitura e os instrumentos avaliativos que melhor contribuem para o monitoramento da aprendizagem. **Objetivo:** Analisar e aplicar estratégias pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da leitura em alunos do Ensino Fundamental I, aliadas a métodos avaliativos que possibilitem o acompanhamento contínuo da aprendizagem leitora. **Metodologia:** A atividade foi desenvolvida pelo Núcleo de Alfabetização do PIBID de Pedagogia do UNIFOR-MG. Inicialmente, foi realizada uma avaliação diagnóstica de leitura com os alunos do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, numa escola pública, no município de Formiga, MG, com apoio das professoras regentes. A partir dos resultados dessa triagem, foram selecionados 20 estudantes que apresentaram maiores dificuldades de fluência e compreensão leitora. Cada aluno foi acompanhado com uma ficha individual. Em seguida, foram desenvolvidas atividades individuais e coletivas, com uso de jogos pedagógicos, leitura



repetitiva e práticas lúdicas. **Resultados parciais:** Espera-se que as técnicas aplicadas promovam avanços significativos na fluência e compreensão leitora dos alunos. A utilização de instrumentos avaliativos contínuos permitirá acompanhar o progresso de cada estudante, subsidiando intervenções pedagógicas mais eficazes e personalizadas. **Conclusão:** A leitura, quando trabalhada por meio de estratégias contextualizadas, interativas e bem fundamentadas, pode gerar ganhos expressivos no desempenho escolar. Aliada a uma avaliação diagnóstica e formativa, essa prática contribui para a construção de uma base sólida para o letramento. O desenvolvimento dessa prática pedagógica contribuiu para que os graduandos bolsistas desenvolvessem competências para a docência e, de fato, conseguissem atuar no binômio teoria-prática tão importantes no seu percurso formativo.

Palavras chave: alfabetização; letramento; práticas pedagógicas.

Os autores agradecem à CAPES pela concessão da bolsa de iniciação à docência.



FAKE NEWS SOBRE O MEIO AMBIENTE: COMO PROFESSORES DE CIÊNCIAS BRASILEIROS, COLOMBIANOS E MEXICANOS REAGEM¹

Heslley Machado Silva²; Gonzalo Peñaloza³; Paula Cardoso⁴; Graça Carvalho⁴; Paulo Victor Cardoso Moraes⁶.

¹Resultados do projeto do primeiro autor, aprovado na Universidade de Vigo.

²Colaborador do Programa de Iniciação Científica e Professor do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

³CINVESTAV-IPN, Monterrey, México; Orientador do Programa de Iniciação Científica da CINVESTAV-IPN, Monterrey, México.

⁴UMinho, Braga, Portugal. Orientador do Programa de Iniciação Científica da UMinho, Braga, Portugal.

⁵Graduando em Biomedicina do UNIFOR-MG, Formiga-MG; voluntário no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG. E-mail: paulovictoer@gmail.com

RESUMO

Introdução: Houve um grande desenvolvimento da ciência sobre a infectologia e a epidemiologia da pandemia da covid-19, que culminou na descoberta de diversas vacinas. Essas vacinas foram eficazes e controlaram a disseminação do SARS-CoV-2. Por outro lado, ocorreu a difusão de notícias falsas sobre a doença, especialmente na internet e nas redes sociais. Considera-se que os professores e Ciências podem ser importantes agentes na contenção dessas *Fake News*, pelos seus saberes e capacidade de informar os alunos. **Objetivos:** Analisar a opinião de uma amostra de professores de ciências sobre “Fake News” em relação a covid-19 no Brasil, Colômbia e México. **Metodologia:** Foi utilizado um questionário em três países latino-americanos, que versou sobre os hábitos em redes sociais dos inquiridos e suas opiniões sobre notícias científicas falsas. Nesse recorte foram analisadas as questões relativas à *Fake News* sobre a pandemia, que abordaram, a origem laboratorial do vírus SARS-CoV-2, o risco de vacinas que foram produzidas rapidamente, e sobre a existência de medicamentos contra a covid-19 que não seriam divulgados por governos e indústria farmacêutica. **Resultados:** De uma forma geral, os professores dos três países discordaram das afirmações relativas à origem intencional do vírus e ao risco maior das vacinas contra a covid-19. No entanto, as respostas estão divididas sobre a existência de remédios eficazes e que essa informação seria negada à sociedade. O índice de professores nos três países que não tem opinião sobre as questões foi alto. Também foi detectado que os professores se informam muito por meio da internet e das redes sociais. **Conclusão:** A ausência



de opiniões por parte dos professores sobre as questões e o acesso frequente à internet e às redes sociais, pode indicar uma vulnerabilidade desses profissionais ao fenômeno das *Fake News* científicas. Isso também pode estar ocorrendo em relação à medicamentos sem eficácia, e essa amostra qualificada parece levantar dúvidas sobre o tema. Será necessário dar continuidade aos estudos, para verificar como a desinformação chega até às aulas e como poder-se-ia enfrentar a questão. Fica evidenciada a importância da formação continuada desses docentes.

Palavras-Chave: *fake news*; covid-19; professores; informação.

Os autores agradecem à FAPEMIG e ao Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) pelas bolsas e oportunidade de incentivo às pesquisas.



FEMINICÍDIO: A MITIGAÇÃO DA PLENITUDE DE DEFESA NO TRIBUNAL DO JÚRI¹

Abner Fellipe Oliveira Costa²; Ricardo Augusto de Bessas³.

¹Resultados parciais do Grupo de Estudos em Cidadania: os direitos individuais diante do sistema de segurança pública.

²Graduando do 10º período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: abner.oliveira501@gmail.com.

³Professor do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG, Formiga/MG. Mestre em Direitos Fundamentais (Universidade de Itaúna). Organizador do grupo de estudos Cidadania: os direitos individuais diante do sistema de segurança pública. E-mail: rabessas@gmail.com.

RESUMO

Introdução: O feminicídio, qualificado como homicídio praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, ganhou relevância no ordenamento jurídico brasileiro com a Lei nº 13.104/2015. Paralelamente, a tese da legítima defesa da honra, historicamente invocada para justificar o assassinato de mulheres em contextos passionais, tem sido objeto de crítica por afrontar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade de gênero. **Objetivo:** Este estudo visa analisar a incompatibilidade jurídica da tese de legítima defesa da honra com o ordenamento constitucional brasileiro, sobretudo no contexto do Tribunal do Júri, e sua utilização como tentativa de atenuar a responsabilidade penal em casos de feminicídio. **Metodologia:** Adotou-se uma abordagem qualitativa, por meio de análise bibliográfica e jurisprudencial, com foco em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). **Resultados:** Verificou-se que a invocação da legítima defesa da honra constitui resquício de uma cultura patriarcal, que perpetua a violência de gênero e viola preceitos constitucionais. O STF, ao julgar a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamento (ADPF) 779 em 2021, firmou entendimento de que tal tese não pode ser admitida em plenário do júri, por ofender os direitos fundamentais das mulheres e o princípio da dignidade da pessoa humana por se tratar de concepção moral retrógrada. **Conclusão:** A proibição da tese da legítima defesa da honra representa avanço na proteção dos direitos das mulheres e na efetivação da justiça de gênero. No âmbito do Tribunal do Júri, o respeito aos princípios constitucionais deve prevalecer sobre argumentos discriminatórios, reforçando a responsabilização penal em casos de feminicídio e contribuindo



para o combate à impunidade e à violência de gênero.

Palavras-chave: dignidade da mulher; tribunal do júri; violência de gênero.



FLAGRANTE PREPARADO E A FIGURA DO AGENTE PROVOCADOR: ANÁLISE CRÍTICA SOB A PERSPECTIVA DO GARANTISMO PENAL¹

Gustavo Jean Bittencourt de Castro²; Ricardo Augusto de Bessas³; Aline de Souza Godinho⁴.

¹Resultados parciais de Grupo de Estudo

²Graduando do 8º período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Monitor de Penal e Processo Penal; Membro do grupo de estudos Cidadania: os direitos individuais diante do sistema de segurança pública. E-mail: gusjean1@outlook.com

²Professor do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG, Formiga/MG, Brasil. Mestre em Direitos Fundamentais (Universidade de Itaúna). Organizador do grupo de estudos Cidadania: os direitos individuais diante do sistema de segurança pública. E-mail: rabessas@gmail.com

³Graduanda do 8º período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Membro do grupo de estudos Cidadania: os direitos individuais diante do sistema de segurança pública. E-mail: alinegodinhoo@gmail.com

RESUMO

Introdução: Este trabalho examina o flagrante preparado e a figura do agente provocador sob a perspectiva do garantismo penal, considerando os limites constitucionais da atuação estatal na persecução penal. Parte-se do princípio de que o Estado deve observar a legalidade e a dignidade da pessoa humana, sob pena de invalidar os atos investigatórios realizados. **Objetivo:** Analisar a natureza jurídica do flagrante preparado e discutir a legalidade da atuação do agente provocador diante da figura do crime impossível por força do contido na Súmula 145 do Supremo Tribunal Federal (STF) e sua repercussão no crime tráfico de drogas em situação de permanência e preexistência. **Metodologia:** Adotou-se o método dedutivo, com abordagem qualitativa, mediante pesquisa bibliográfica, análise jurisprudencial e estudo da legislação penal e processual penal. **Resultado:** Constatou-se que o flagrante preparado afronta o ordenamento jurídico por ofender os princípios da legalidade, da vedação do uso da prova ilícita e da boa-fé. A indução à prática delituosa compromete a voluntariedade do infrator violando direitos fundamentais, salvo quando o crime preexistir no momento da provocação. **Conclusão:** o flagrante preparado é incompatível com o garantismo penal e com o Estado Democrático de Direito. A atuação do agente provocador, estimulando a prática do ilícito penal, salvo nos casos legalmente autorizados fundada na preexistência delitiva, compromete a validade da prova e a legitimidade da persecução penal, devendo ser repudiada pelo sistema jurídico.



Palavras-chave: crime impossível; flagrante preparado; prova ilícita.



GALINHA FELIZ¹

Dênio Garcia Silva de Oliveira²; Claudio Alves Rodrigues³; Franciele Eugênia Alves³; Lourenço Alves Pereira dos Santos³

¹Resultados parciais de projeto do primeiro autor.

²Prof. Titular – UNIFOR-MG, Idealizador do projeto. Formiga-MG, Brasil.

³Graduando em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: O consumo de ovos é comum em muitas culturas, mas é importante refletir sobre a origem desses ovos e o impacto na vida das galinhas poedeiras. Enquanto algumas galinhas vivem em condições exploratórias, este projeto propõe criar as aves em um ambiente mais natural, onde possam viver soltas, explorar, empoleirar-se, construir ninhos e se alimentar de forma mais natural, com espaço adequado para se movimentar. Além disso, o projeto busca testar se galos combatentes, muitas vezes tratados com hormônios e medicamentos, ainda conseguem reproduzir, desafiando a ideia de que esses animais não podem se reproduzir devido aos tratamentos. Assim, a iniciativa promove uma criação mais ética e consciente, priorizando o bem-estar animal. **Objetivo:** Testar a eficiência reprodutiva de galos apreendidos em rinhas após ressocialização. **Metodologia:** Os galos utilizados são oriundos do projeto “Ressocialização e Reintrodução de Galos Combatentes em seu Habitat”. Após a ressocialização os galos foram escolhidos aleatoriamente e introduzidos no setor junto as galinhas na proporção de 1:10. Os ovos foram recolhidos e após uma seleção (excluídos os trincados, sujos e com deformidades) foram colocados na chocadeira artificial para serem chocados. Foram utilizados 5 galos. Foram coletados os dados eferentes a fecundidade, fertilidade e condições dos pintainhos ao nascimento. **Resultados:** Com início em 2024, o projeto é uma continuação do projeto de ressocialização dos galos. Em dois ensaios de verificação de eficiência reprodutiva foram colocados para chocar 120 (cento e vinte) ovos dos quais nasceram 82 (oitenta e dois) pintainhos (68,3%). **Conclusão:** A taxa de fertilidade e nascimento dos pintainhos demonstra que, mesmo após condições adversas, esses animais podem retornar ao ciclo reprodutivo natural quando recebendo cuidados adequados. Essa iniciativa reforça a importância de práticas mais éticas na criação de aves, contribuindo para a redução do impacto de atividades ilegais como as rinhas e



promovendo uma convivência mais harmoniosa entre os animais. Há uma evidência concreta da viabilidade da ressocialização, mas também incentiva uma reflexão sobre a responsabilidade social e ambiental na produção de alimentos e na preservação do bem-estar animal.

Palavras-chave: eficiência reprodutiva; maus tratos; pintainhos



IMPACTO DO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL NO COMPORTAMENTO DE MARITACAS (*Aratinga leucophthalma*) MANTIDAS EM CATIVEIRO¹

Barbara Giovana Benfica de Oliveira²; Milena Cristina Dias Castro²;
Rebeca Marques Mascarenhas³; Dênio Garcia Silva de Oliveira⁴.

¹Resultados de projeto de TCC do curso de Medicina Veterinária do UNIFOR-MG.

²Graduando em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG;

³Prof. Titular – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil;

⁴Prof. Titular e Coordenador da Fazenda Laboratório – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil.

RESUMO

Introdução: O enriquecimento ambiental é uma ferramenta essencial para a melhoria do bem-estar de psitacídeos em cativeiro, favorecendo a expressão de comportamentos naturais e reduzindo o estresse de cativeiro. **Objetivo:** Este trabalho teve como objetivo avaliar os efeitos do enriquecimento ambiental sobre o comportamento de duas *Aratinga leucophthalma* mantidas em cativeiro na Fazenda Laboratório do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG.

Metodologia: O trabalho foi dividido em três períodos: pré-enriquecimento (P1) onde foi para elaboração o etograma da espécie; enriquecimento (P2), quando diferentes formas de enriquecimento ambiental foram oferecidos às aves, abrangendo estímulos físicos, sociais, sensoriais, alimentares e cognitivos; e pós-enriquecimento (P3) no qual não se ofereceu enriquecimento ambiental. Cada período teve a duração de sete dias consecutivos e em todos períodos o comportamento das aves foi registrado utilizando o método de amostragem instantânea (Skan), totalizando 140 observações pontuais por período experimental. **Resultados:** Houve intensa interação das aves com os estímulos fornecidos. A interação com o enriquecimento foi observada em 38% dos registros no P2, acompanhada de redução nos comportamentos de manutenção (41% no P2) quando comparado ao P1 (51%). As interações sociais apresentaram redução tanto no P2 (15%) quanto no P3 (11%) quando comparado ao P1 (29%). O a interação que teve maior redução na frequência foi a vocalização, frequentemente associados ao estresse e nas interações sociais negativas. Observou-se ainda uma redução de cerca de 50% nas interações sociais negativas no P2 e P3 quando comparado ao P1. O aspecto mais relevante foi a diminuição dos comportamentos anormais no P2 (2%) e P3 (2%) quando comparado ao P1 (7%), sugerindo um efeito positivo e duradouro do enriquecimento ambiental. Os principais comportamentos anormais e



estereotipados observados foram: atos repetitivos (passing) e bicar as grades.

Conclusão: A implementação de diferentes modalidades de enriquecimento reduziu a frequência de comportamentos estereotipados e interações sociais negativas, além de promover a expressão de padrões comportamentais naturais. Esses resultados reforçam a importância do enriquecimento ambiental no desenvolvimento físico, mental e social das aves cativeiras, contribuindo para seu bem-estar e saúde em ambientes de cativeiro.

Palavras-chave: estresse; cativeiro; psitacídeos.



IMPACTO DO ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL NO COMPORTAMENTO DE ROSELAS (*Platycercus eximius*) MANTIDAS EM CATIVEIRO¹

Milena Cristina Dias Castro¹; Barbara Giovana Benfica de Oliveira¹;
Rebeca Marques Mascarenhas²; Dênio Garcia Silva de Oliveira³.

¹ Graduando em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG;

² Prof. Titular – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil;

³ Prof. Titular e Coordenador da Fazenda Laboratório – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil.

RESUMO

Introdução: As aves, particularmente os psitacídeos, cognitivamente muito desenvolvidos e, quando mantidas em cativeiro, enfrentam grandes desafios relacionados à privação de estímulos naturais e ao confinamento, o que pode resultar em estresse, depressão e distúrbios comportamentais. A prática de enriquecimento ambiental visa modificação do ambiente do animal com o objetivo de estimular sua exploração e promover comportamentos naturais, visando a saúde física, psicológica e comportamental. **Objetivo:** Este trabalho teve como objetivo avaliar os efeitos do enriquecimento ambiental sobre o comportamento de duas *Platycercus eximius* mantidas em cativeiro na Fazenda Laboratório do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG. **Metodologia:** O trabalho foi dividido em três períodos: pré-enriquecimento (P1) onde foi para elaboração o etograma da espécie; enriquecimento (P2), quando diferentes formas de enriquecimento ambiental foram oferecidos às aves, abrangendo estímulos físicos, sociais, sensoriais, alimentares e cognitivos; e pós-enriquecimento (P3) onde não se ofereceu enriquecimento ambiental. Cada período teve a duração de sete dias consecutivos e em todos períodos o comportamento das aves foi registrado utilizando o método de amostragem instantânea (Skan), totalizando 140 observações pontuais por período experimental. **Resultados:** O enriquecimento ambiental promoveu maior interação com o ambiente visto que 12% dos registros no P2 mostram interação com os enriquecimentos oferecidos. Os comportamentos de manutenção foram reduzidos no P2 (53%) em comparação ao P1 (74%) e P3 (68%). Essa redução pode estar associada ao desvio foco das aves das atividades habituais para novas interações. Os comportamentos de alimentação apresentaram um leve aumento no P2 (15%) em relação ao P1 (10%) e P3 (13%). Esse resultado pode estar relacionado ao estímulo do forrageamento gerado pelo enriquecimento



ambiental. Os comportamentos anormais foram ligeiramente reduzidos no P2 (2%) em comparação ao P1 (3%) e P3 (3%). Embora essa variação seja pequena, a tendência de redução no PE-2 pode sugerir um efeito benéfico do enriquecimento ambiental. **Conclusão:** O enriquecimento ambiental contribui para o bem-estar das roselas, mas sua efetividade pode ser ampliada com a diversificação e adaptação contínua dos enriquecimentos para maximizar seus benefícios e garantir uma melhor qualidade de vida para os psitacídeos em cativeiro.

Palavras-chave: estresse; cativeiro; psitacídeos.



IMPLANTAÇÃO E ANÁLISE DO CUSTO DA CESTA BÁSICA DE FORMIGA (CCB-FGA): ANÁLISE DA SÉRIE TEMPORAL 2024/2025¹

Letícia Fernandes²; Maria Eliza Maia Rabelo³; Jussara Maria Silva Rodrigues Oliveira⁴.

¹Resultados parciais do projeto aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão das bolsas pelo Sicoob-Credifor.

²Graduanda em Ciências Contábeis, Centro Universitário de Formiga, Formiga-MG; Bolsista do Sicoob-Credifor. E-mail: leticiaarmy9@gmail.com

³Graduanda em Administração, Centro Universitário de Formiga, Formiga-MG; Bolsista do Sicoob-Credifor. E-mail: mariarabelo1702@gmail.com

⁴Prof. Titular – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: A cesta básica, composta por alimentos e produtos considerados indispensáveis à manutenção da vida, constitui-se em um indicador representativo do poder de compra dos cidadãos e das condições objetivas de reprodução social. A aferição de seu custo em escala local permite captar com maior acurácia as variações regionais de preços, revelando tendências econômicas específicas do território e oferecendo subsídios relevantes para a elaboração de estratégias governamentais voltadas à promoção do bem-estar social e à redução das desigualdades socioeconômicas. No âmbito nacional, esse levantamento é tradicionalmente conduzido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), servindo como parâmetro para análises comparativas e formulação de políticas públicas. Já a análise do Custo da Cesta Básica no município de Formiga-MG (CCB-FGA) permite caracterizar e mensurar a dinâmica socioeconômica local, sobretudo no que tange à capacidade aquisitiva da população e a acessibilidade aos bens essenciais de subsistência. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho foi mensurar e divulgar mensalmente (entre os dias 10 e 15) o CCB-FGA no município de Formiga-MG entre agosto/2024 e julho/2025 (últimos doze meses). **Material e Métodos:** O CCB-FGA foi obtido a partir dos treze produtos e suas respectivas provisões mensais, definidos para a Região 1 (Minas Gerais e outros estados), conforme Decreto-Lei nº 399 de 1938, incorporando o Decreto nº 11.936, publicado em 5 de março de 2024, dispondo “sobre a composição da cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e



*Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar” e alinhado à metodologia empregada pelo DIEESE, órgão oficial responsável por esse levantamento. Para efeito de comparação, utilizou-se a cidade de Belo Horizonte-MG como referência. **Resultados:** Nos últimos 12 meses, o valor médio da cesta básica em Belo Horizonte (CCB-DIEESE) foi de R\$ 701,94, enquanto o CCB-FGA foi de R\$ 638,03. A diferença média em termos percentuais foi de 10,03% a menos para o CCB-FGA comparado a Belo Horizonte. **Conclusão:** O CCB-FGA foi menor que na capital mineira devido a proximidade com as zonas de produção agrícola (que tem menores custos de transporte e logística), além de estruturas de mercado menos competitivas. Nas capitais, a maior demanda, maior poder aquisitivo dos consumidores e os custos operacionais elevados, como aluguéis e salários, tendem a elevar os preços dos produtos, refletindo-se em uma cesta básica mais cara. Essas diferenças estruturais e econômicas entre o interior e as capitais explicam a variação nos preços da cesta básica, como visto em Formiga-MG.*

Palavras-chave: variação de preços; IPC; Formiga-MG.

Os autores agradecem ao Sicoob-Credifor pela concessão das bolsas de iniciação científica.



ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DE FORMIGA (IPC-FGA): ANÁLISE DA SÉRIE TEMPORAL 2024/2025¹

Maria Eliza Maia Rabelo²; Letícia Fernandes³; Jussara Maria Silva Rodrigues Oliveira⁴.

¹Resultados parciais do projeto aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão das bolsas pelo Sicoob-Credifor.

²Graduanda em Administração, Centro Universitário de Formiga, Formiga-MG; Bolsista do Sicoob-Credifor. E-mail: mariarabelo1702@gmail.com

³Graduanda em Ciências Contábeis, Centro Universitário de Formiga, Formiga-MG; Bolsista do Sicoob-Credifor. E-mail: leticiaarmy9@gmail.com

⁴Prof. Titular – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG

RESUMO

Introdução: A aferição das variações nos preços praticados nas distintas categorias de bens e serviços constitui em um instrumento essencial para a análise do comportamento dos mercados, na identificação de tendências macroeconômicas e na avaliação da evolução do poder de compra da população. Nesse contexto, distintos índices de preços são utilizados, cada qual concebido para atender a objetivos específicos no âmbito da política econômica. No Brasil, a inflação oficial é aferida por meio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), cuja metodologia e execução da coleta de dados são atribuídas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com abrangência nacional. Todavia, o IPCA, por sua natureza agregada, pode não captar com precisão as oscilações de preços em escala local, as quais são mais adequadamente representadas por indicadores regionais, como o Índice de Preços ao Consumidor (IPC). **Objetivo:** O objetivo deste trabalho foi mensurar e divulgar mensalmente (entre os dias 10 e 15) o IPC no município de Formiga-MG entre agosto/2024 e julho/2025 (últimos doze meses). **Metodologia:** O IPC de Formiga-MG (IPC-FGA) foi obtido a partir das fórmulas empregadas pelo IBGE no cálculo do IPCA, e os fatores de impacto (pesos) de cada item foram adaptados a partir de Belo Horizonte-MG. Mensalmente, entre os dias 01 e 08, coletaram-se os preços médios de 209 itens, divididos em 9 grupos, nos estabelecimentos de maior relevância econômica da cidade. Na inexistência de bens e/ou serviços localmente, mas contemplados na planilha original, os pesos foram redistribuídos dentro do grupo. **Resultados:** O IPCA-Brasil acumulou um



alta de +5,35% nos últimos 12 meses, sendo +2,99% só no ano de 2025; já o IPC-FGA acumulou uma alta de +6,15% nos últimos 12 (doze) meses, sendo +3,54% só no ano de 2025. **Conclusão:** O IPCA-Brasil esteve abaixo do IPC-FGA entre agosto/2024 e junho/2025. O grupo “Alimentação e Bebidas” foi decisivo para a manutenção da inflação local em níveis mais elevados. Em termos nacionais, a inflação é fortemente influenciada por componentes indisponíveis em Formiga, como passagens aéreas e bilhete de metrô. Tanto o IPCA quanto IPC-FGA medem a inflação para famílias com rendimento de até 40 salários mínimos, mas a percepção da inflação depende de fatores locais, afetando de maneira distinta as famílias que possuem rendimentos similares.

Palavras-chave: variação de preços; IPC; Formiga-MG.

Os autores agradecem ao Sicoob-Credifor pela concessão das bolsas de iniciação científica.



MARCO TEMPORAL NA LEI: NOVA INSEGURANÇA E RESOLUÇÃO DEFINITIVA¹

Natália Ferreira Pontes²; Nélida Caseca Reis Machado³.

¹Pesquisa com resultados parciais desenvolvida no projeto de Iniciação Científica denominado Constituição, Estado e as minorias indígenas, financiada pela FAPEMIG.

²Graduanda em Direito no Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG, E-mail: nataliafpontess@gmail.com.

³Professora Titular no Curso de Direito do Centro Universitário de Formiga e Orientadora do Programa de Iniciação Científica Constituição, Estado e as minorias indígenas. E-mail: nelidacaseca@gmail.com.

RESUMO

Introdução: Em outubro de 2023, foi sancionada a Lei 14.701, prevendo que os povos indígenas têm direito à posse das terras habitadas ou disputadas em 5 de outubro de 1988. Essa tese, posse das terras habitadas ou disputadas em 5 de outubro de 1988, é conhecida como o marco temporal para a demarcação de terras indígenas, tendo sido afastada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no Recurso Extraordinário (RESP) nº 1017365 no caso Xokleng. Em virtude dessa Lei, a questão foi novamente submetida ao STF por meio de cinco ações: ADC 87, ADI 7.582, ADI 7.583, ADI 7.586 e ADO 86, desta vez no controle concentrado de constitucionalidade, reabrindo a discussão do RESP nº 1017365, em controle difuso. **Objetivo:** Demonstrar a insegurança que a Lei nº 14.701/2023 trouxe aos indígenas, na totalidade, cientes de que o marco temporal não foi acolhido pelo STF, entendendo eles que a decisão do STF era definitiva. **Metodologia:** Pesquisa bibliográfica a partir dos andamentos do processo, por ser um ensaio teórico crítico. **Resultados parciais:** No dia 23/06/2025, na última reunião da conciliação promovida por Gilmar Mendes no STF, não houve consenso sobre todos os itens da Lei, nem houve a participação total dos indígenas, mas como parte do consenso, elaborou-se uma minuta com sugestões de um anteprojeto a ser enviado ao Congresso Nacional para alteração na Lei 14.701 de 2023. **Conclusão:** A princípio, a lei do marco temporal diverge do posicionamento do STF e pode gerar um embate na proteção dos indígenas, porque dificulta demarcações e revisão de limites, impedindo, seus direitos constitucionais, art. 231 e seguintes que tratam do acesso à terra e difusão de suas culturas. Tanto que o próprio tribunal tentou resolver a disputa mediante consenso, alcançando parcialmente, devendo o cerne



da disputa ser ainda analisado no controle concentrado, nos moldes processuais e, desta vez, definitivamente.

Palavras-chave: direitos indígenas; marco temporal; discussão definitiva.

Os autores agradecem à FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica.



MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA A EFETIVAÇÃO DA PACIFICAÇÃO SOCIAL E A RACIONALIZAÇÃO DA JURISDIÇÃO¹

Aparecida Freire Costa Vieira²; Joelma Nalva de Oliveira Soares²; André Hostalácio Freitas³; Fábio Antunes Gonçalves³; Lucas Chaves Mascarenhas⁴; Maria Fernanda de Lima Moura⁵.

¹Pesquisa desenvolvida no âmbito do grupo de estudos do curso de Direito do UNIFOR-MG: "Mediação, Conciliação e Arbitragem".

²Graduanda do Curso de Direito do UNIFOR-MG. E-mail: cidinhavvieira16@gmail.com,

²Graduanda do Curso de Direito do UNIFOR-MG. E-mail: joelminha26@gmail.com,

³Professor do Curso de Direito do UNIFOR-MG. E-mail: andre@uniformg.edu.br,

³Professor do Curso de Direito do UNIFOR-MG. E-mail: fabio@uniformg.edu.br,

⁴Professor do Curso de Direito do UNIFOR-MG. E-mail: lucas.mascarenhas@uniformg.edu.br,

⁵Professora do Curso de Direito do UNIFOR-MG. E-mail: mfernandamoura@uniformg.edu.br.

RESUMO

Introdução: Nas últimas décadas, o Poder Judiciário brasileiro enfrenta uma crise estrutural marcada pelo excesso de processos e lentidão na prestação jurisdicional. A Constituição de 1988, ao ampliar direitos e fortalecer a cidadania, intensificou a demanda por justiça, mas o modelo tradicional de resolução de conflitos centrado na sentença judicial revelou-se insuficiente. Destarte, a mediação e a conciliação emergem como alternativas eficazes para a pacificação social, alinhadas a princípios como diálogo, autonomia das partes e solução personalizada de litígios. Ainda representam na órbita das Justiças Estadual ou Federal, um marco na transição de paradigmas, oferecendo diretrizes práticas para a implementação alternativas de solução de conflitos. Esses mecanismos contribuem para superação de conflitos e sua consolidação tem-se revelado como ferramenta de transformação cultural e operacional no Judiciário. **Objetivo:** Analisar a mediação e a conciliação como estratégias prioritárias para a racionalização da jurisdição e a promoção da pacificação social no âmbito da Justiça, de modo a discutir a crise do Judiciário brasileiro e a necessidade de métodos consensuais de solução de conflitos; examinar o marco legal e normativo que fundamentam a mediação e a conciliação; identificar os desafios para a transição da "cultura da sentença" para a "cultura da pacificação". **Metodologia:** O estudo baseia-se em revisão bibliográfica e exame crítico do CPC/2015. **Resultados:** redução da judicialização; diminuição do volume de processos por meio da adoção de acordos prévios e soluções



personalizadas; mudança cultural; consolidação da "cultura da pacificação" entre magistrados, servidores e advogados, superando a resistência ao novo paradigma. **Conclusão:** Mediação e conciliação não são apenas alternativas à judicialização, mas instrumentos essenciais para concretizar os valores constitucionais de fraternidade e solução pacífica de controvérsias. A crise do Judiciário exige uma reestruturação profunda, que priorize, especialmente, a solução de conflitos pela mediação e conciliação, de modo a efetivação da pacificação social.

Palavras-chave: conciliação; mediação; pacificação social.

Os autores agradecem aos organizadores da MIPE.



NANOPARTÍCULAS NO MANEJO DA CERCOSPORIOSE DO CAFEEIRO¹

Ruan de Jesus Marques Rezende²; Rayniê Lopes de Rezende³; Júlia Marques Oliveira⁴.

¹Projeto de Iniciação Científica aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa PIC/REITORIA.

²Graduando em engenharia agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista da FAPIC. E-mail: ruanrezende716@gmail.com

³Graduando em engenharia agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG; PICV.

⁴Prof. Adjunto – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: A cercosporiose, causada pelo fungo *Cercospora coffeicola*, é uma das principais doenças do cafeeiro no Brasil, especialmente em lavouras jovens ou conduzidas sob desequilíbrios nutricionais. Seus impactos agronômicos incluem a desfolha precoce e o retardamento do amadurecimento dos frutos, o que compromete a produtividade e a qualidade do café. **Objetivo:** Frente à crescente preocupação com a sustentabilidade na agricultura, o presente projeto tem como objetivo avaliar a eficácia de nanopartículas de óxido de cobre (CuO) como alternativa ao uso de fungicidas convencionais no controle da cercosporiose, bem como a possibilidade de sua associação com doses reduzidas desses produtos. **Metodologia:** O experimento será conduzido no município de Candeias, Minas Gerais, em lavoura da cultivar Catuaí 99, com quatro anos de produção e sob manejo convencional. O delineamento experimental adotado será o de blocos casualizados, com quatro repetições. Os tratamentos a serem avaliados incluem: (1) testemunha negativa (sem aplicação de nanopartículas ou fungicidas); (2) nanopartículas de cobre + fungicidas em dose integral; (3) nanopartículas de cobre + fungicidas em dose reduzida (50%); e (4) somente nanopartículas de cobre. As nanopartículas terão tamanho de 40 nm e concentração de 250 mg/L, serão dispersas em água destilada e aplicadas por meio de solução sonificada. As aplicações seguirão o calendário fitossanitário da propriedade, desde a pós-colheita até o período de granação dos frutos. Serão realizadas avaliações semanais da incidência e severidade da cercosporiose, utilizando escala diagramática e cálculo da área abaixo da curva de progresso da doença (AACPD), além da determinação da produtividade final da lavoura em sacas de 60 kg/ha. **Resultados Esperados:** Espera-se que o uso



das nanopartículas de cobre promova controle eficiente da doença, com redução da dependência de fungicidas químicos e menor impacto ambiental, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias de manejo mais sustentáveis para a cafeicultura brasileira.

Palavras-chave: *Coffea arabica*; nanotecnologia agrícola; sustentabilidade.



O JOGO “SOLETRANDO” COMO ESTRATÉGIA LÚDICA DE ALFABETIZAÇÃO¹

Karina Silva de Oliveira²; Ana Paula de Almeida Couto³; Lavínia Fátima Fonseca Campos³; Alessandra Mirtes Silva Fernandes⁴; Elizabeth Rocha de Carvalho Oliveira⁵; Lília Rosário Ribeiro⁵.

¹Resultados parciais de projeto do primeiro autor, aprovado no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência do UNIFOR-MG com cessão de bolsa PIBID/CAPES.

²Graduanda em Pedagogia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista da CAPES. E-mail: karinaoliveira404@gmail.com

³Graduandas em Pedagogia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsistas da CAPES.

⁴Professora efetiva da rede municipal de ensino de Formiga-MG, Brasil; Supervisora de área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID - do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Bolsista da CAPES.

⁵Professoras do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Coordenadoras do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID - do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Bolsistas da CAPES.

RESUMO

Introdução: Os recursos pedagógicos são ferramentas importantes no processo de alfabetização, pois tornam a aprendizagem mais atrativa, prazerosa e acessível. Ao incorporar atividades lúdicas e criativas, o educador proporciona uma experiência significativa, favorecendo o desenvolvimento da autoestima e da autonomia dos alunos. O jogo “Soletrando” promove o aprimoramento da ortografia e do vocabulário de forma divertida, tornando-se um recurso eficaz para o processo de alfabetização. **Objetivo:** Estimular a aprendizagem da grafia correta das palavras, fortalecer a oralidade, ampliar o vocabulário e desenvolver habilidades como concentração, autoconfiança, autonomia e superação da timidez em estudantes em fase de alfabetização. **Metodologia:** A atividade foi desenvolvida com estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública localizada no município de Formiga-MG. Para tornar a proposta mais atrativa, foi confeccionada uma televisão de papelão, simulando um programa de soletração. A caixa foi decorada com elementos coloridos e chamativos. Utilizaram-se fichas com palavras diversas, que serviram de base para os desafios. A turma foi dividida em duas equipes, e cada aluno foi convidado a soletrar as palavras apresentadas. Vencia a equipe com maior número de acertos. **Resultados:** A aplicação do jogo “Soletrando” contribuiu para a criação de um ambiente de aprendizagem lúdico e eficaz. Os alunos demonstraram



concentração e maior interesse na ortografia das palavras. Notou-se um espírito competitivo saudável e o desejo de se preparar para outras atividades semelhantes. A dificuldade de alguns alunos em se expressar em público foi percebida como uma oportunidade de trabalhar a oratória e a superação da timidez. **Conclusão:** O jogo “Soletrando” mostrou-se uma estratégia pedagógica eficiente ao aliar ludicidade e aprendizagem. O uso criativo e planejado de materiais simples favoreceu um ambiente acolhedor e estimulante, demonstrando que ações de baixo custo podem gerar resultados significativos no processo de alfabetização.

Palavras Chave: aprendizagem; jogos pedagógicos; PIBID.

Os autores agradecem à CAPES pela concessão da bolsa de iniciação à docência.



O PÊNDULO DEMOCRÁTICO: OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL¹

Ana Luísa De Souza Assis²; Gabriela Costa Viana³; Gean Carlos Sousa⁴;
Kauê Miranda Mendes⁵; Maria Fernanda de Lima Moura⁶.

¹Pesquisa com resultados parciais decorrentes de discussões no grupo de estudos Direitos Humanos Fundamentais;

²Graduanda do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: analuisasouza345@gmail.com;

³Graduanda do curso de direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: gabrielaviana784@gmail.com;

⁴Graduando do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: geancarlossousa86@gmail.com;

⁵Graduando do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, E-mail: Kae.7545842@gmail.com;

⁶Professora titular do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG, e coordenadora do grupo de pesquisas “Direitos Humanos Fundamentais”.

RESUMO

Introdução: Desde a instauração da democracia e da república no Estado brasileiro em 1889, esse sistema sofreu rupturas constantes por períodos extremistas e autoritários. Tais interrupções da democracia, resultaram em impactos diretos na cultura sociopolítica nacional e nas ações governamentais.

Objetivo: refletir sobre os aspectos históricos e políticos no que tange as possíveis causas da fragilidade da democracia no Brasil. **Metodologia:** A pesquisa tem caráter bibliográfico, por ser um ensaio teórico, e os dados serão analisados pelo método hipotético-dedutivo. **Resultados parciais:** Por esse estudo busca-se compreender a fundo e históricamente, o sistema político e governamental brasileiro, por meio de suas Constituições e ações designadas pelo Estado, e seus devidos impactos sobre a democracia e sua durabilidade vigente.

Conclusão: Os atos de ruptura democrática ao longo da história brasileira são frutos de diversos fatores internos e externos da política e da cultura educacional. Nota-se que grande parcela social, desconhece as leis aplicadas, seus conceitos e impactos sociais, causando fragilidade referente às práticas republicanas e democráticas, acarretando abertura ao extremismo político-ideológico.

Palavras-chave: constitucionalismo; democracia; ruptura.



OFENDÍCULOS: LEGÍTIMA DEFESA PREORDENADA OU EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO? UMA ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA DOUTRINÁRIA¹.

**Altair Resende de Alvarenga²; Miquéve Miguel Bittencourt de Castro³;
Yasmim Lara de Souza⁴**

¹Resultados de estudos sobre a divergência doutrinária sobre a natureza jurídica dos ofendículos.

²Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Formiga/MG, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad Del Museo Social Argentino – (UMSA) e Professor de Direito Penal I, II, III, IV e Direito Civil VI do UNIFOR-MG.

³Graduando do 4º período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. E-mail: bittencourtmiqueve@gmail.com.

⁴Graduanda do 4º Período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG. E-mail: yasmimlsouza58@gmail.com.

RESUMO

Introdução: Os ofendículos, também denominados ofensáculas, consistem em dispositivos destinados à proteção preventiva de bens jurídicos, especialmente a propriedade e a inviolabilidade do domicílio. Exemplos comuns incluem cercas elétricas, arames felpados e cacos de vidro sobre muros. Sua instalação ocorre de forma antecipada, sem a exigência de uma agressão atual ou iminente. No âmbito do Direito Penal, contudo, há relevante divergência doutrinária acerca de sua natureza jurídica. De um lado, parte da doutrina os enquadra como manifestação de legítima defesa preordenada; de outro, há quem sustente tratar-se de exercício regular de um direito, dada a ausência de agressão concreta no momento da instalação e funcionamento desses meios defensivos. Diante disso, este estudo tem como proposta apresentar e discutir essa divergência doutrinária, analisando os fundamentos de cada entendimento e suas implicações no campo penal. **Objetivo:** O presente trabalho busca investigar, sob a ótica penal, a correta classificação dos ofendículos no sistema das excludentes de ilicitude, avaliando se sua utilização se enquadra como legítima defesa previamente organizada ou como exercício regular de um direito, com ênfase nos requisitos do art. 23, caput e incisos, e do art. 25, ambos do Código Penal. **Metodologia:** Adota-se pesquisa bibliográfica, baseada na análise da legislação penal brasileira, na doutrina majoritária e minoritária, e na interpretação sistemática dos princípios penais. **Resultados esperados:**



Espera-se demonstrar que, no campo penal, os ofendículos se ajustam mais adequadamente ao exercício regular de um direito, uma vez que não pressupõem agressão atual ou iminente — requisito essencial da legítima defesa —. Ademais, sustenta-se que, se presentes os critérios de visibilidade, proporcionalidade e não letalidade, a conduta do agente permanece amparada pela ordem jurídica, afastando-se a ilicitude penal. **Conclusão parcial:** Conclui-se que, sob a ótica penal, a tese do exercício regular de um direito oferece maior segurança jurídica e coerência dogmática na análise dos ofendículos.

Palavras-chave: excludente de ilicitude; exercício regular do direito; ofendículos.



OLHAR PARA O FUTURO: AVALIAÇÃO DA SAÚDE VISUAL DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE FORMIGA-MG¹

Geovana Caetano Martins da Silva²; Lília Rosário Ribeiro³.

¹Resultados parciais de projeto de aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa FAPEMIG.

²Geovana Caetano Martins da Silva - Graduanda em Fisioterapia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista da FAPEMIG. E-mail: geosilva1008@gmail.com

³Lília Rosário Ribeiro - Doutora em Genética e Melhoramento de Plantas, pela Universidade Federal de Lavras; Prof. Titular – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Colaboradora do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: A visão é um dos sentidos mais utilizados por crianças e adolescentes em idade escolar e, ao mesmo tempo, um enorme desafio para a saúde pública. Alterações visuais não diagnosticadas podem comprometer o desempenho escolar e a qualidade de vida. A triagem da acuidade visual surge como uma estratégia simples e viável de ser aplicada no ambiente escolar, para a identificação precoce de alterações da visão. **Objetivo:** Realizar a triagem da acuidade visual em alunos do ensino fundamental de uma escola pública localizada no município de Formiga-MG. **Materiais e métodos:** Trata-se de um estudo observacional-descritivo com abordagem quantitativa, desenvolvido com estudantes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública de Formiga-MG em parceria com o projeto Miguilim. A avaliação da acuidade visual foi realizada utilizando a tabela de Snellen, e foi considerada normal quando superior a 0,7. **Resultados:** Dos 292 alunos matriculados na escola, 216 (73,9%) foram triados. Entre os avaliados 13 (4,45%) apresentaram baixa acuidade visual, e foram encaminhados para exame oftalmológico especializado. **Conclusão:** A visão exerce papel essencial no desempenho escolar e na inclusão social. A realização de triagens periódicas permite a identificação precoce de alterações visuais, muitas vezes assintomáticas, e viabiliza o encaminhamento adequado, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes.

Palavras-chave: distúrbios da visão; educação; saúde pública.



Os autores agradecem à FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica



OPALAS COLORIDAS DO TRIÂNGULO MINEIRO- MINERALIZAÇÃO NOS BASALTOS FORMAÇÃO SERRA GERAL¹

Anísio Cláudio Rios Fonseca²; Vítor de Carvalho Maia³.

¹Resultados parciais de pesquisa em parceria com discente bolsista da Fundação Victor Dequech, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

²Professor pesquisador e Curador do Laboratório de Mineralogia do UNIFOR-MG. E-mail: anisiogeo@uniformg.edu.br.

³Graduando em Geologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: vitorcm321@gmail.com.

RESUMO

Introdução: Opalas ocorrem profusamente associadas a diversos tipos de rochas. São abundantes no estado do Rio Grande do Sul e Piauí. São formadas, principalmente, de sílica amorfa hidratada. Exibe colorações variadas conforme o local de origem, e são muito famosas as opalas negras da Austrália, e muito apreciadas em joalheria e como mineral de coleção, alcançando elevados valores. Amostras coletadas na região de Porto Colômbia- SP e Itapagipe-MG exibem boa transparência e cores que variam do laranja- avermelhado a amarelo, o que as tornam potenciais recursos para o ramo de joalheria. Ocorrem associadas ao quartzo, calcita e zeólitas em basaltos vesiculares. **Objetivo:** Identificar e avaliar as opalas quanto suas características físicas e morfológicas, paragenese, relevância para o mercado joalheiro colecionismo, análises por microscopia eletrônica de varredora e sistema de energia dispersiva (EDX), raios-X. **Metodologia:** As amostras foram obtidas por intermédio de um comerciante de Frutal-MG para identificação em laboratório. Primeiramente, foram analisadas com microscópio estereoscópico e fotografadas. Foram realizados ensaios de praxe como determinação da densidade com balança analítica e aparato inox, perda ao fogo na Mufla, fluorescência com UV-L e UV-C, dureza, cor, traço, brilho e morfologia do material aluvial e na rocha matriz. **Resultados:** Ao microscópio foi observado que as amostras possuem poucas falhas e inclusões, com boa distribuição de cor. A perda ao fogo correspondeu a 17,4% de água de constituição. A densidade variou de 1,7969- 1,7236 g/cm³, brilho vítreo, ausência de fluorescência, cor amarela e avermelhada, transparente, traço branco, dureza em torno de 6 na escala de Mohs. **Conclusão:** Com os ensaios preliminares já foi possível identificar o material como opala de boa cor para o mercado joalheiro. Como as zeólitas regionais,



podem constituir importante complemento econômico na atividade minerária do triângulo mineiro, o que já tem acontecido pontualmente.

Palavras-chave: sílica; basalto; joalheria.

Os autores agradecem ao UNIFOR-MG pela cessão dos laboratórios para realização dos ensaios preliminares.



OS IMPACTOS DA VEDAÇÃO À DISPENSA DISCRIMINATÓRIA EM CONFRONTO COM O DIREITO POTESATIVO DE DISPENSAR¹

Davi Marçal Silva²; Ana Flávia Paulinelli Rodrigues Nunes³.

¹Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido na área do Direito do Trabalho.

²Graduando em Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: davimarcal08@yahoo.com.br.

³Mestre em Direito do Trabalho pela PUC Minas, Graduada em Direito pela Faculdade Milton Campos, Pós-Graduada e Especialista em Direito do Trabalho. Advogada e Professora de Direito do Trabalho do UNIFOR-MG.

RESUMO

Introdução: A “dispensa discriminatória” é entendida como a rescisão contratual arbitrária motivada por atributos pessoais do trabalhador, como sexo, idade, cor, deficiência, religião, etnia, orientação sexual ou condição de saúde, sem que se leve em consideração o seu desempenho profissional. Lado outro, o “direito potestativo de dispensar” garante ao empregador a prerrogativa de romper o contrato de forma unilateral e sem justificativa, desde que não infrinja a legislação vigente. Os dois institutos subsistem simultaneamente no ordenamento jurídico, porém, na prática, é desafiador conciliá-los, uma vez que a ampla liberdade de rescisão contratual pode, muitas vezes, ocultar motivações discriminatórias difíceis de comprovar, gerando insegurança jurídica e tensionando os limites entre poder diretivo e proteção à dignidade do trabalhador. Esse entrave tem levado a uma atuação inconsistente dos Tribunais do Trabalho, com julgados que demonstram a falta de uniformidade no entendimento de cada juízo. **Objetivo:** Analisar os contornos da “vedação à dispensa discriminatória” e do “direito potestativo de dispensar”, esclarecendo o ponto de tensão entre ambos e propondo uma hipótese de solução que os harmonize. **Metodologia:** científica e jurisprudencial. **Resultados:** A regulamentação acerca do direito potestativo de dispensar e da dispensa discriminatória, nos termos atuais, é suficiente para resguardar o trabalhador de uma rescisão contratual arbitrária ou há a necessidade de se propor uma interpretação teleológica no ordenamento jurídico vigente, para dar efetividade na garantia desse direito. **Conclusão:** Para dar efetividade à garantia do direito à dispensa não discriminatória, especialmente diante da existência do direito potestativo do empregador de rescindir o contrato de trabalho, é imprescindível adotar uma interpretação teleológica da Súmula 443 do Tribunal Superior do Trabalho. Essa interpretação deve considerar a finalidade da norma, que é coibir práticas discriminatórias nas relações laborais, mesmo quando encobertas pela



aparência de legalidade formal da dispensa imotivada. Assim, propõe-se a inversão do ônus da prova para o empregador sempre que houver elementos mínimos que indiquem possível discriminação na dispensa, assegurando-se, dessa forma, a máxima proteção ao trabalhador e a efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana no âmbito das relações empregatícias.

Palavras-chave: direito potestativo de dispensar; dispensa discriminatória; princípio da igualdade.



PALHA DE MILHO COMO SUPORTE ORGÂNICO DE TROCADOR DE ÍONS NA FORMA DE BASTONETE USADO NA ANALISE DE METAIS EM ÁGUAS¹

Luisa Castro Goulart²; Alex Magalhães de Almeida³.

¹Resultados parciais de projeto do primeiro autor, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG.

²Graduanda do curso de Bacharelado em Biomedicina no Centro Universitário de Formiga-MG, UNIFORMG. Voluntária de iniciação científica e Participante do projeto Uso de bastonetes orgânicos na avaliação de metais em águas para consumo humano. E-mail: luisagoulart21@gmail.com.

³Prof. Adjunto – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. Coordenador do projeto: “Uso de bastonetes orgânicos na avaliação de metais em águas para consumo humano”. E-mail: alex@uniformg.edu.br.

RESUMO

Introdução: O desenvolvimento de um material utilizando palha de milho triturada e moldada em formato que permite sua inserção no ambiente aquático, sem sofrer deformações ou perda de massa, apresenta-se como uma opção viável para o manejo sustentável dos recursos hídricos. **Objetivo:** Desenvolver e otimizar bastonetes confeccionados com palha de milho triturada para determinação de metais em águas correntes e analisar o desempenho do material desenvolvido quanto à sua estabilidade em meio aquoso. **Metodologia:** Estudou-se a melhor composição do bastonete com fécula de mandioca e/ou zeólita, avaliando diferentes proporções desses materiais visando aprimorar sua melhor funcionalidade em meio aquático. As etapas iniciais da pesquisa estão sendo realizadas em bancada de laboratório, e, posteriormente, serão conduzidas medições em campo na região da Fazenda Laboratório do Centro Universitário de Formiga. **Resultados esperados:** Espera-se obter um material biodegradável, estável e funcional em meio aquático, a partir da palha de milho triturada, com adição de fécula de mandioca e zeólita. A adaptação da composição visa aprimorar o desempenho dos bastonetes em águas correntes, contribuindo para o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis com potencial aplicação em contextos ambientais.

Palavras-chave: bastonetes biodegradáveis; fécula de mandioca e zeólita; aplicação ambiental.



Os autores agradecem ao Centro Universitário de Formiga pelo uso dos laboratórios e equipamentos disponibilizados para a execução do projeto.



PERCEPÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO CENTRO-OESTE DE MINAS GERAIS SOBRE O MANEJO CONSERVACIONISTA DO SOLO¹

Carlos Henrique Leal²; Alice Ferreira Faria³; Kátia Daniela Ribeiro⁴.

¹Resultados parciais de projeto de pesquisa aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa PIBIC/Fapemig.

²Graduando em Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Bolsista da Fapemig. E-mail: ch753623@gmail.com.

³Graduanda em Engenharia Agronômica do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Voluntária no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil.

⁴Professora Titular II. Orientadora do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil.

RESUMO

Introdução: A conservação dos recursos naturais, em especial do solo, é um fator determinante para garantir a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar, visto que a degradação dos solos representa uma ameaça global à produtividade das lavouras. **Objetivo:** Identificar, descrever e avaliar as práticas de manejo conservacionista do solo utilizadas em propriedades agrícolas localizadas na região Centro-Oeste de Minas Gerais, buscando compreender as percepções e experiências dos produtores rurais. **Metodologia:** A investigação está sendo conduzida por meio de uma abordagem que une pesquisa bibliográfica com levantamento de dados em campo. Atualmente, a etapa de coleta de dados está em andamento, sendo realizada com a aplicação de questionários a produtores dos municípios de Córrego Fundo, Piumhi, Pains, Formiga, São Roque de Minas, Arcos e Pedra do Indaiá. A amostragem utilizada é do tipo não probabilística, definida por conveniência, conforme a disponibilidade dos participantes. Os dados obtidos até o momento foram analisados por meio de métodos qualitativos e quantitativos, com foco na percepção dos agricultores, nas características das propriedades e nas técnicas conservacionistas adotadas. Todos os procedimentos foram conduzidos em conformidade com os princípios éticos de pesquisa com seres humanos, assegurando a confidencialidade das informações e o consentimento livre e esclarecido dos participantes. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIFOR-MG, conforme parecer nº 6.932.223, CAAE 78809924.5.0000.5113. **Resultados:** O total de participantes, até o momento, foram 16 produtores rurais, cujas respostas



permitiram observar que 15 das propriedades são próprias e 11 propriedades se enquadram na agricultura familiar. As propriedades contam com a produção de grãos e pecuária e seguem orientações técnicas para a condução da lavoura. Verificou-se também que 87,3% das propriedades fazem todas as operações agrícolas em nível, 62,5% possui terraços e 93,8% dos entrevistados procuram informações sobre as práticas de conservação do solo. **Conclusão:** Os produtores rurais entrevistados possuem conhecimento limitado sobre práticas de manejo conservacionista do solo. No entanto, demonstram disposição e interesse em adquirir novos conhecimentos e aprimorar suas práticas, o que revela uma abertura positiva para a adoção de técnicas mais sustentáveis no futuro.

Palavras-chave: agricultura; degradação do solo; sustentabilidade.

Os autores agradecem à FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica.



PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS SOBRE FAKE NEWS RELACIONADAS ÀS VACINAS: UM ESTUDO NO BRASIL, COLÔMBIA E MÉXICO¹

Aline Bertilha Carlota Faria²; Hesley Machado Silva³; Gonzalo Peñaloza⁴;
Paula Cardoso⁵; Graça Carvalho⁵.

¹Informação sobre o trabalho - tema: Percepções de Professores de Ciências sobre Fake News Relacionadas às Vacinas: Um Estudo no Brasil, Colômbia e México

²Informação sobre os autores - Graduanda em Fonoaudiologia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Voluntário no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

³Informação sobre os autores - Prof. Titular da Universidade do Estado de Minas Gerais e Centro Universitário de Formiga (Brasil).

⁴Informação sobre os autores - Centro de Pesquisa e Estudos Avançados do IPN, México.

⁵Informação sobre os autores - Universidade do Minho, Braga, Portugal.

RESUMO

Introdução: A divulgação de notícias falsas científicas, especialmente aquelas relacionadas às vacinas, representa um desafio crescente para a sociedade e, particularmente, para os professores de Ciências, que desempenham um papel fundamental na mediação do conhecimento científico. O uso intensivo das redes sociais e da internet tem ampliado significativamente o alcance da desinformação, afetando a percepção pública sobre temas relacionados à saúde e à ciência. **Objetivo:** Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo compreender as percepções de professores de Ciências do Brasil, Colômbia e México em relação às *fake news* sobre vacinas. **Metodologia:** Buscou-se identificar como esses educadores reagem à desinformação e quais fatores podem influenciar sua vulnerabilidade ou resistência a informações falsas. A pesquisa realizou uma abordagem quantitativa, utilizando um questionário online aplicado a 161 professores dos anos iniciais do ensino fundamental, 52 do Brasil, 51 da Colômbia e 58 do México. O instrumento incluiu questões sobre hábitos de uso das redes sociais, fontes de informação e o nível de concordância com afirmações falsas relacionadas às vacinas. A análise dos dados foi realizada por meio de estatísticas descritivas, utilizando o software IBM SPSS. **Resultados:** Os resultados revelaram padrões diferentes entre os três países. Os professores colombianos apresentaram maior concordância com afirmações falsas sobre vacinas, diminuindo maior vulnerabilidade à desinformação. Já os professores brasileiros apresentaram um elevado índice



de respostas na categoria “sem opinião”, o que pode refletir insegurança ou ausência de posicionamento crítico frente ao tema. Por outro lado, os professores mexicanos foram os que mais discordaram das fake news, evidenciando maior resistência à desinformação. Outro dado relevante é que a maioria dos participantes relatados utilizam a internet e as redes sociais como principais fontes de informação, o que os torna mais expostos a conteúdos de baixa confiabilidade. Diante desses achados, o estudo destaca a necessidade urgente de investimentos em formação continuada para os professores de Ciências, com foco na alfabetização científica e midiática. **Conclusão:** A neutralidade ou omissão frente à desinformação — especialmente observada entre os docentes brasileiros — é preocupante e pode comprometer sua função social de promoção do pensamento crítico e da confiança na ciência. Estratégias educativas devem ser adaptadas às realidades de cada país, respeitando suas especificidades socioculturais. Fortalecer a formação crítica dos professores é essencial para combater a desinformação e contribuir para uma sociedade mais informada e cientificamente alfabetizada.

Palavras-chave: fake news; vacinas; professores de ciências; desinformação; educação científica.



PERFIL E A PREVALÊNCIA DE LESÕES ENTRE OS PRATICANTES DE BEACH TENNIS EM UMA CIDADE DO CENTRO-OESTE DE MINAS¹

Gustavo Malachias Silva²; Paulo Márcio Montserrat³; José Carlos Leal⁴.

¹Resultados parciais do projeto de Gustavo Malachias Silva, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG.

²Graduando em Educação Física do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista PICV. gustavomalachias10@gmail.com.

³Professor do Centro Universitário de Formiga – Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; paulomarcio@uniformg.edu.br

⁴Professor do Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima, Roraima-RR; Brasil. jose.leal@ufr.br

RESUMO

Introdução: Esporte que combina tênis tradicional, vôlei de praia e badminton, o *beach tennis*, que surgiu na Itália, mas chegou ao Brasil em 2008 e vem crescendo muito, no mundo inteiro, devido à facilidade com que a pessoa aprende a jogar e pela diversão que ele proporciona. A popularidade do esporte promove socialização, entretenimento, mas acarreta algumas preocupações como a prevalência de lesões principalmente em praticantes amadores e sem orientações adequadas. **Objetivo:** Identificar a frequência e as características das lesões auto referidas por praticantes de *beach tennis* em Formiga MG.

Metodologia: Este é um estudo transversal, de abordagem quantitativa, com caráter observacional e descritivo, realizado com praticantes de *beach tennis* em Formiga-MG. Os dados serão coletados por meio de um questionário online, elaborado no Google Forms, contendo 19 perguntas objetivas divididas em três partes: informações sociodemográficas, perfil esportivo e histórico de lesões. A participação será voluntária e anônima, mediante aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As respostas serão organizadas no Microsoft Excel® e analisadas com o software IBM SPSS Statistics (v.18.0), utilizando estatísticas descritivas e inferenciais. A normalidade dos dados será verificada pelos testes de Kolmogorov-Smirnov ou Shapiro-Wilk. Serão aplicados testes estatísticos apropriados (paramétricos ou não paramétricos) conforme a distribuição dos dados, adotando-se nível de significância de $p < 0,05$.

Resultados esperados: Espera-se que a pesquisa identifique o perfil sociodemográfico e esportivo dos praticantes de *beach tennis* em Formiga-MG,



incluindo idade, sexo, frequência e tempo de prática, além de levantar dados sobre a ocorrência de lesões, os tipos mais comuns, as regiões corporais afetadas e os possíveis fatores associados. Com esses resultados, pretende-se contribuir para a compreensão dos riscos da modalidade, subsidiar ações preventivas, orientar praticantes e profissionais da área, e incentivar novas pesquisas relacionadas ao tema.

Palavras-chave: *beach tennis; lesões; questionário.*

Os autores agradecem ao UNIFOR-MG pela viabilização do estudo



PERTINÊNCIA E RESSIGNIFICAÇÃO: O PAPEL DOS SINDICATOS NA CONTEMPORANEIDADE¹

Pedro Henrique Pereira²; Ana Flávia Paulinelli Rodrigues Nunes³.

¹Resultados parciais de estudos desenvolvidos no curso de Direito do UNIFOR-MG.

²Graduando em Direito pelo UNIFOR-MG; Licenciado em Matemática pelo Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, Licenciado em Ciências Sociais, História, Letras Português-Inglês e Pedagogia pelo Centro Universitário ETEP. E-mail: pedrohenriq06@gmail.com.

³Mestre em Direito do Trabalho pela PUC Minas, Graduada em Direito pela Faculdade Milton Campos, Pós-Graduada e Especialista em Direito do Trabalho. Advogada e Professora de Direito do Trabalho do UNIFOR-MG.

RESUMO

Introdução: Historicamente, o sindicato dos trabalhadores constitui a principal forma de representação da classe trabalhadora. Sua criação foi uma resposta a contextos marcados por intensa desigualdade e extrema precarização das condições laborais. O conjunto de direitos sociais que hoje atende toda a população é fruto de suas reivindicações, como o movimento pela democratização da saúde, que culminou na criação do Sistema Único de Saúde (SUS); a luta pela jornada de trabalho reduzida, pelo salário mínimo, pelas férias remuneradas, pelo 13º salário, pela licença-maternidade, pelo seguro-desemprego, entre outros direitos. Contudo, diante dos novos contornos do Direito do Trabalho e da consequente precarização das relações laborais, oriundos da globalização, do avanço tecnológico, das novas formas de trabalho e das reformas legislativas, sua incumbência tem sido alvo de questionamentos e muito se discute acerca da sua pertinência no contexto contemporâneo. **Objetivo:** nesse viés, esta pesquisa buscou analisar a pertinência do papel do sindicato dos trabalhadores frente ao contexto contemporâneo, especialmente no que diz respeito à globalização e seus desdobramentos. **Material e métodos:** utilizou-se o método histórico-descritivo, por meio da pesquisa bibliográfica, científica e jurisprudencial. **Resultados parciais:** os sindicatos ainda têm um papel importante na defesa dos direitos dos trabalhadores, mesmo diante dos desafios e mudanças que o mundo do trabalho tem enfrentado, porém é necessária uma ressignificação para que se mantenham eficazes; ou o sindicato perdeu espaço diante das mudanças estruturais ocorridas nas formas de execução do trabalho, tornando-se obsoleto e desnecessário na luta pelo trabalho digno. **Conclusão:** apesar dos inúmeros entraves que permeiam as



relações de trabalho na contemporaneidade, a atuação dos sindicatos permanece cada vez mais importante e não pode ser negligenciada. Entretanto, é imprescindível que essas entidades ressignifiquem sua atuação e sentido, a fim de se adaptarem às novas realidades da esfera laboral e de preservarem tanto os direitos quanto à dignidade dos trabalhadores.

Palavras-Chave: globalização; ressignificação; sindicato.



PIBID COMO SUPORTE PEDAGÓGICO: EXPERIÊNCIA EM SALA DE REFORÇO NA ESCOLA CAMPO¹

Adriene Rafaela Silva²; Aline Fonseca da Cunha³; Bianca Vanessa Dias Mendonça³; Mariana Bernardes Arantes⁴; Luciane Alves Gianasi⁵; Lília Rosário Ribeiro⁵.

¹Resultados parciais do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID UNIFOR-MG com cessão de bolsa da CAPES.

²Graduanda em Pedagogia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista da CAPES. E-mail: arsfaella@hotmail.com

³Graduandas em Pedagogia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsistas da CAPES. ⁴Professora da rede municipal de ensino, Formiga-MG, Bolsista da CAPES. ⁵Professoras do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Coordenadoras do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID - do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Bolsistas da CAPES.

RESUMO

Introdução: A realidade da escola campo evidencia, com frequência, a presença de alunos com dificuldades significativas de aprendizagem, que, muitas vezes, não conseguem acompanhar o ritmo das atividades regulares. Diante desse cenário, torna-se necessário pensar em estratégias pedagógicas que possibilitem a esses estudantes novas oportunidades de aprendizagem, valorizando seus ritmos, interesses e trajetórias. A atuação do PIBID na escola campo surge como possibilidade concreta de intervenção pedagógica. **Objetivo:** Relatar a experiência das bolsistas do PIBID na implementação e condução de uma sala de reforço escolar, no contraturno, destinada a estudantes com dificuldades de aprendizagem, buscando promover avanços no desempenho escolar por meio de práticas pedagógicas diferenciadas e individualizadas. **Metodologia:** A sala de reforço foi organizada como um espaço pedagógico acolhedor e interativo, funcionando no contraturno das aulas regulares, sem interferir nas atividades de apoio já ofertadas pela rede municipal de Formiga-MG. As atividades foram planejadas com base nas necessidades específicas de cada estudante, utilizando jogos pedagógicos, textos adaptados à realidade dos alunos, apostilas e exercícios personalizados. O trabalho tem sido desenvolvido ao longo do período de vigência do PIBID na escola campo, com acompanhamento contínuo dos estudantes atendidos. **Resultados:** A proposta tem mostrado impactos positivos, tanto na motivação e autoestima dos



estudantes quanto na formação prática das bolsistas de iniciação à docência. A sala de reforço contribui para o progresso na aprendizagem, especialmente nas áreas de leitura, escrita e raciocínio lógico. Observa-se maior engajamento, autoestima e disposição dos alunos para participar das atividades. Também têm sido realizadas comparações entre os resultados de avaliações externas aplicadas antes e após a participação na sala de reforço, com indícios preliminares de melhora no desempenho. As bolsistas relatam avanços na prática pedagógica e maior sensibilidade para lidar com as dificuldades dos estudantes. **Conclusão:** A experiência do PIBID na sala de reforço demonstrou a importância de práticas pedagógicas diferenciadas para a superação das dificuldades de aprendizagem. O espaço criado no contraturno contribuiu para o desenvolvimento dos alunos e para a formação docente das bolsistas de iniciação à docência, ressaltando o potencial do programa que articula teoria e prática no contexto escolar.

Palavras-chave: alfabetização; leitura; PIBID; séries iniciais.

Os autores agradecem à CAPES pela concessão da bolsa de iniciação à docência.



PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO TRIBUNAL DO JÚRI: CONTROVÉRSIA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL¹

Daniel Calixto Martins Ribeiros²; Ricardo Augusto de Bessas³.

¹Resultado de estudos desenvolvidos no curso de Direito do UNIFOR-MG.

²Graduando do 8º período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Membro do grupo de estudos Cidadania: os direitos individuais diante do sistema de segurança pública. E-mail: danielcmr03@gmail.com.

³Professor do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG, Formiga/MG. Mestre em Direitos Fundamentais (Universidade de Itaúna). Organizador do grupo de estudos Cidadania: os direitos individuais diante do sistema de segurança pública. E-mail: rabessas@gmail.com.

RESUMO

Introdução: O Tribunal do Júri, previsto no artigo 5º, inciso XXXVIII, da Constituição Federal, consagra a soberania dos veredictos nos crimes dolosos contra a vida. Contudo, a aplicação do Tema 1.068 do Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário n. 1.235.340), admitindo a execução provisória da pena após condenação pelo Júri, levanta controvérsia quanto à sua compatibilidade com o princípio da presunção de inocência, assegurado no artigo 5º, inciso LVII, da mesma Carta.

Objetivo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar os reflexos jurídicos e constitucionais da aplicação do Tema 1.068, especialmente no que tange à tensão entre a execução provisória da pena e a garantia da presunção de inocência, observando os impactos sobre a plenitude de defesa.

Metodologia: Utiliza-se o método qualitativo, com base em revisão bibliográfica, análise doutrinária e jurisprudencial. **Resultado:** Constata-se que a execução provisória da pena compromete o núcleo do princípio da presunção de inocência e fragiliza o devido processo legal, especialmente diante da ausência de fundamentação nas decisões do Júri. Tal medida pode, ainda, gerar desestímulo à presença do acusado no plenário prejudicando sua plenitude de defesa diante da possibilidade da iminente privação de liberdade em caso de condenação.

Conclusão: A busca por celeridade e efetividade na persecução penal não pode se sobrepor às garantias constitucionais fundamentais. O respeito ao trânsito em julgado deve prevalecer como limite inafastável à execução da pena, assim como acontece para os crimes não dolosos contra a vida, assegurando a integridade do Estado Democrático de Direito e a proteção aos direitos fundamentais.



Palavras-chave: execução provisória da pena; presunção de inocência; tribunal do júri.



PRINCÍPIO DA IGUALDADE, ARTIGO 5º, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL 1988¹

Maria Fernanda Moura²; Gabriel Alcântara Fernandes³.

¹O objetivo desse trabalho é discutir a importância do princípio da igualdade e sua aplicação na nossa Constituição.

²Professora Mestre Maria Fernanda Moura. ³Gabriel Alcântara Fernandes, Graduando em Direito pelo Centro Universitário de Formiga UNIFOR/MG: Email: gabrielalcantarajuridico@gmail.com

RESUMO

Introdução: O princípio da igualdade é um dos fundamentos essenciais do Estado Democrático de Direito, previsto no artigo 5º, caput, da Constituição Federal de 1988. Seu propósito é assegurar tratamento equânime a todos os indivíduos perante o ordenamento jurídico, respeitando suas diferenças e particularidades. A igualdade deve ser compreendida não apenas sob a perspectiva formal — que propõe tratar todos de forma idêntica —, mas principalmente sob a ótica material, que visa corrigir desigualdades históricas e sociais. Nesse contexto, ações afirmativas e políticas públicas específicas são instrumentos legítimos para a promoção da justiça social e efetiva concretização dos direitos fundamentais. **Objetivo:** Este estudo tem por objetivo analisar a aplicação do princípio da igualdade no sistema jurídico brasileiro, com foco em sua evolução doutrinária e jurisprudencial. Busca-se demonstrar como a igualdade material é fundamental para a efetivação dos direitos fundamentais e para a promoção da justiça social, especialmente em contextos de exclusão e discriminação motivadas por gênero, raça, orientação sexual, deficiência ou classe social. **Metodologia:** Adota-se abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados dispositivos constitucionais, normas infraconstitucionais, decisões dos tribunais superiores, bem como obras doutrinárias e artigos acadêmicos. Estudam-se ainda casos concretos em que o princípio da igualdade foi determinante para o desfecho judicial, com atenção às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), que tem conferido interpretação progressista ao princípio, reafirmando-o como valor constitucional essencial. **Resultado:** Espera-se demonstrar que a igualdade, especialmente sob a ótica material, é um instrumento indispensável à justiça social. O estudo pretende evidenciar a importância de políticas públicas e



decisões judiciais que enfrentem desigualdades reais epromovam a cidadania plena. **Conclusão:** Conclui-se que a efetivação do princípio da igualdade é condição para garantir liberdade, dignidade e respeito aos direitos humanos a todos os indivíduos, independentemente de suas condições pessoais ou sociais.

Palavras-chave: igualdade; minorias; justiça social.



PRODUÇÃO DE SÊMEN ANTES E DEPOIS DA DOMA NATURAL DE TOUROS EM UMA CENTRAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL¹

Luana Raquel Brito²; Clara Alves Silva³; Maurício de Faria Silva⁴; Nilson Dornellas de Oliveira⁵; Leonardo Trindade Ituassu⁶; Telma da Mata Martins⁷.

¹Resultados finais do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo primeiro autor, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Medicina Veterinária.

²Ex-aluna do Curso de Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Autora do Trabalho de Conclusão de Curso.

³Graduanda do Curso de Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Colaboradora e Autora do Resumo submetido a MIPE. E-mail: alvessilvaclara0@gmail.com

⁴Médico Veterinário da Tairana Central de Inseminação Artificial, Presidente Prudente-SP, Brasil; Colaborador do Trabalho de Conclusão de Curso.

⁵Instrutor de Cursos de Doma e Manejo Natural de Bovinos, Catas Altas da Noruega-MG, Brasil; Colaborador do Trabalho de Conclusão de Curso.

⁶Professor Titular do Curso de Graduação em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso.

⁷Professora Titular do Curso de Graduação em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Coorientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

RESUMO

Introdução: A crescente conscientização sobre os benefícios da aplicação dos princípios do bem-estar animal tem alterado de forma significativa a rotina de manejos de touros mantidos em Centrais de Coleta e Processamento do Sêmen. Nesse contexto, a implementação de técnicas de doma natural e manejo racional visa diminuir situações estressantes relacionadas ao comportamento de dominância dos reprodutores. **Objetivo:** O estudo avaliou a produção de sêmen de touros antes e após a adoção de técnicas de doma natural e boas práticas de manejo, em uma Central de Reprodução, localizada em Presidente Prudente-SP. **Metodologia:** A partir de uma demanda da Central Tairana, foi realizado um treinamento para os colaboradores, entre 30 de maio e 3 de junho de 2022, e nesse período foram domados os touros mais ariscos, que eram coletados com eletroejaculador em bretes de contenção, e aqueles que não saíam dos seus piquetes por mau temperamento e risco de acidentes. Foram analisados dados da produção de sêmen de 95 touros alojados na Central durante dois meses antes e depois do processo de doma e mudanças no manejo. No pavilhão de coleta de sêmen, o fluxo de entrada e saída dos animais foi flexibilizado,



diminuindo o tempo de espera e a concentração de touros, o que resultou em um ambiente de trabalho mais tranquilo e seguro. As coletas foram concentradas no turno matutino, visando melhorar o conforto térmico dos animais, e foram realizadas de dois em dois dias. No fluxo de coletas, foram priorizados os taurinos nos horários mais frescos, seguidos de raças sintéticas e zebuíños. Após a doma e adaptação à nova rotina de manejo, todos os touros passaram a ser coletados por meio de vagina artificial no pavilhão central. **Resultados:** Em média, foram produzidas 1.248 e 1.346 doses de sêmen por ejaculado em abril e maio, respectivamente. Em junho e julho, as médias foram de 1.744 e 1.683 doses inseminantes por touro, resultando em aumento geral de 24% na produtividade, comparando os dois períodos. **Conclusão:** A doma natural e o manejo racional são estratégias promissoras para aumentar a produtividade dos touros mantidos em Centrais de Inseminação Artificial.

Palavras-chave: bem-estar animal; doma racional; reprodução bovina.

Os autores agradecem à Tairana Central de Inseminação Artificial pela concessão dos dados analisados no presente estudo.



PUBLICIDADE ENGANOSA E ABUSIVA NAS REDES SOCIAIS: ANÁLISE DO PAPEL DOS INFLUENCIADORES E RESPONSABILIDADE DAS PLATAFORMAS¹

Roberta Geralda de Faria¹; Fábio Antunes Gonçalves².

¹Graduanda do 8º período do Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga/MG; Monitora de Direito Civil. E-mail: robertafaria09@gmail.com.

²Professor do Curso de Direito do UNIFOR-MG. E-mail: fabio@uniformg.edu.br.

RESUMO

Introdução: Com o crescimento das redes sociais como meio de comunicação e consumo, a publicidade digital tornou-se uma poderosa ferramenta de influência. No entanto, esse cenário também tem sido marcado por práticas abusivas e enganosas, que exploram a confiança dos seguidores e comprometem a transparência das relações de consumo. Influenciadores, ao promoverem marcas, muitas vezes, não deixam claro o caráter publicitário de seus conteúdos, o que pode induzir o público ao erro. Além disso, as plataformas digitais desempenham um papel crucial nesse contexto, pois são responsáveis por criar mecanismos de controle e fiscalização para coibir tais práticas. Dessa forma, os influenciadores digitais possuem responsabilidade pelos conteúdos que divulgam, devendo repelir informações falsas e práticas enganosas. Caso causem danos a terceiros, devem responder judicialmente, garantindo transparência e proteção ao consumidor no ambiente digital. **Objetivo:** O objetivo é analisar criticamente a prática da publicidade enganosa e abusiva nas redes sociais, com ênfase no papel desempenhado pelos influenciadores digitais e na responsabilidade das plataformas, além de compreender como essas práticas afetam os consumidores, especialmente em relação à transparência e à ética na divulgação de produtos e serviços. Além disso, pretende-se avaliar as medidas regulatórias existentes, propondo reflexões sobre a necessidade de maior fiscalização e conscientização. **Metodologia:** O estudo baseia-se em revisão bibliográfica e documental de legislações, artigos e normas. Também analisa casos reais de publicidade abusiva nas redes sociais. **Resultados:** Compreensão dos riscos da publicidade enganosa e abusiva nas redes sociais, destacando a responsabilidade dos influenciadores e das plataformas digitais. Também se busca promover reflexões sobre a necessidade de maior fiscalização, transparência nas ações publicitárias e fortalecimento da proteção



ao consumidor no ambiente digital. **Conclusão:** A publicidade enganosa e abusiva nas redes sociais representa um risco real aos consumidores. É essencial que influenciadores atuem com transparência e que plataformas assumam sua responsabilidade na fiscalização. O fortalecimento da legislação e da educação digital é fundamental para garantir um ambiente online mais ético e seguro.

Palavras-Chave: publicidade enganosa e abusiva; redes sociais; responsabilidade.



QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: FATORES DE RISCO E IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE¹

Ana Luísa Brisda Alves²; Giovanna Ferreira Ditz³; Poliana Lúcio Lacerda Pinheiro⁴; Ivani Pose Martins⁵; Luciana Soares Rodrigues⁶.

¹Pesquisa aprovada no programa de iniciação científica do UNIFOR-MG

²Graduanda em Fisioterapia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Voluntária do Projeto de Iniciação Científica. E-mail: brisdaanaluisa@gmail.com

³Graduanda em Enfermagem do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Voluntária do Projeto de Iniciação Científica. E-mail: ditzgiovanna@gmail.com

⁴Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, Docente e coordenadora do curso de Enfermagem do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: polianallacerda@gmail.com

⁵Doutora em Ciências, pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, Brasil. Docente do curso de Enfermagem do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil. E-mail: ivani@uniformg.edu.br

⁶Doutora em Ciências da Saúde, Docente do curso de Enfermagem do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Orientadora no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: lusoarero@yahoo.com.br

RESUMO

Introdução: A qualidade de vida no trabalho constitui um constructo multidimensional que envolve aspectos físicos, psicológicos e sociais relacionados ao ambiente laboral. A percepção dos trabalhadores sobre suas condições de trabalho e o contexto organizacional exerce influência direta sobre sua saúde, satisfação e produtividade. Entre os fatores determinantes para uma vivência laboral positiva destacam-se as condições ergonômicas, a organização das atividades, o clima institucional e as relações interpessoais. A precariedade desses elementos pode desencadear adoecimento, insatisfação profissional, comprometimento na comunicação e no desempenho das funções. Nesse sentido, intervenções voltadas à promoção do bem-estar, mostram-se eficazes para melhorar os indicadores de qualidade de vida no trabalho. A interpretação sobre tais fatores pode variar significativamente entre diferentes categorias profissionais dentro de uma mesma instituição, reforçando a necessidade de estratégias específicas e contextualizadas. **Objetivo:** Avaliar a qualidade de vida no trabalho dos funcionários de uma instituição de ensino superior em Minas Gerais. **Metodologia:** Estudo quantitativo, descritivo e de corte transversal, realizado com 89 funcionários de uma Instituição de Ensino Superior de Minas Gerais. A coleta de dados foi conduzida no ambulatório da instituição, após aprovação do Comitê de Ética e assinatura do Termo de Consentimento. Foram



utilizados, um instrumento de Avaliação do Perfil Sociodemográfico, Clínico e Ocupacional e um questionário para Avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho. Foram empregados estetoscópio, esfigmomanômetro, aparelho de glicemia capilar, balança digital e régua antropométrica para coletas de medidas clínicas. Os dados foram organizados em tabelas no Excel e analisados por meio de estatística descritiva. A tabulação do questionário de Qualidade de Vida, foi feita com um software criado especificamente para esse fim. **Resultados:** Revelaram fatores de risco entre os participantes, que impactam negativamente a qualidade de vida laboral, como dores frequentes, doenças crônicas, automedicação, sedentarismo e sobrepeso. Observou-se leve redução nos domínios psicológico e profissional, indicando aspectos que podem ser aprimorados. **Conclusão:** Os dados reforçam a importância de ações voltadas à saúde do trabalhador, destacando o papel estratégico do enfermeiro no acompanhamento e promoção de um ambiente mais saudável e funcional.

Palavras-chave: qualidade de vida; ambiente de trabalho; saúde do trabalhador.

Os autores agradecem ao Centro Universitário de Formiga pela disponibilização do ambulatório e aos participantes.



QUALIDADE FÍSICO-QUÍMICA DO LEITE CRU DOS PRODUTORES RURAIS DA SERRA DA CANASTRA-MG¹

Lara Luísa de Camargos Guimarães²; Hellen de Almeida Silva³; Laysa Neto de Faria⁴; Arthur Vilano Parreira⁵; Giovana Petronilho Rabelo⁶; Leonardo Borges Acurcio⁷.

¹Resultados de Trabalho de Extensão.

²Graduanda em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: laraluisaguimaraes@gmail.com

³Graduanda em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: hellenvet22@gmail.com

⁴Graduanda em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: laysanetofariavet@gmail.com

⁵Graduando em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: vilanoarthur@gmail.com

⁶Graduanda em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG; E-mail: giopetroni@outlook.com

⁷Prof. Titular do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Orientador do Trabalho de Extensão; Email: leoacurcio@uniformg.edu.br

RESUMO

Introdução: A análise físico-química do leite cru é essencial no controle de qualidade da cadeia produtiva, pois verifica a conformidade com a legislação vigente e identifica possíveis adulterações, falhas no manejo, higienização ou conservação. Esses parâmetros garantem que o leite seja seguro ao consumo e adequado ao processamento. Compreender os desvios nos valores esperados auxilia técnicos e produtores na correção de práticas inadequadas e na melhoria contínua da produção leiteira. **Objetivo:** Avaliar a qualidade de 95 amostras de leite cru da região da Serra da Canastra (MG) por meio de análises físico-químicas. **Metodologia:** As análises foram conduzidas no Laboratório de Inspeção de Produtos de Origem Animal do UNIFOR-MG, com base na IN nº 76 (2018), avaliando: gordura ($\geq 3,0$ g/100g), sólidos totais ($\geq 11,4$ g/100g), sólidos não gordurosos ($\geq 8,4$ g/100g), acidez titulável (14 a 18°D), densidade relativa a 15°C (1,028 a 1,034 g/mL), crioscopia (-0,530 a -0,555 °H), teste do alizarol (vermelho-tijolo sem grumos) e ausência de resíduos antimicrobianos (beta-lactâmicos, cefalosporinas e tetraciclinas). **Resultados:** Na crioscopia, 55,79% (53) das amostras estavam fora do padrão — 3,16% (3) acima e 52,63% (50) abaixo. O teste do alizarol indicou instabilidade em 41,05% (39), com 17,89%



(17) vermelho-tijolo com grumos, 8,42% (8) roxo com grumos, 12,63% (12) roxo e 1,05% (1) amarelo com grumos. A acidez apresentou 29,47% (28) de inconformidade: 7,37% (7) abaixo e 22,11% (21) acima. A densidade teve 5,26% (5) de desvios: 3,16% (3) acima e 2,11% (2) abaixo. Sólidos totais e não gordurosos mostraram 15,79% (15) de inconformidades. Apenas 1,05% (1) apresentaram resíduos de antimicrobianos. **Conclusão:** Uma proporção significativa das amostras apresentou inconformidades, principalmente na crioscopia e no teste do alizarol, sugerindo adulterações como adição de água ou falhas no armazenamento. Isso reforça a importância da adoção de boas práticas agropecuárias e do monitoramento contínuo da qualidade do leite cru.

Palavras-chave: controle de qualidade; IN 76; produtos de origem animal.



RELAÇÃO ENTRE DISPNEIA E QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES COM DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA¹

Ana Paula de Lourdes Pfister²; Angélica Rocha de Rezende³.

¹Pesquisa com resultados parciais/totais, incluindo atividades desenvolvidas em TCC's

²Graduanda em Fisioterapia - UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: angelizarezende1811@gmail.com

³Professora Titular - UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Mestre em Promoção de Saúde – Universidade de Franca.

RESUMO

Introdução: A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é uma enfermidade respiratória prevalente, caracterizada por limitação progressiva do fluxo aéreo e perda funcional significativa. No Brasil, estima-se que cerca de 15,8% da população acima de 40 anos seja acometida, e isso impacta negativamente a autonomia nas atividades diárias e aumentando a demanda por cuidados contínuos. A dispneia é o sintoma mais limitante, associada à obstrução crônica, disfunção muscular e limitação ventilatória, com repercussões físicas, emocionais e sociais. A Escala Modificada do Medical Research Council (mMRC) classifica a gravidade da dispneia com base nas limitações cotidianas, enquanto o Questionário Respiratório de Saint George (SGRQ) avalia a qualidade de vida relacionada à saúde respiratória de forma abrangente. A aplicação conjunta desses instrumentos fornece subsídios para condutas terapêuticas mais assertivas. **Objetivos:** Analisar a associação entre a gravidade da dispneia e a qualidade de vida em pacientes com DPOC, por meio dos instrumentos mMRC e SGRQ, mensurando o impacto funcional e psicossocial do sintoma e contribuindo para estratégias terapêuticas mais eficazes na atenção primária. **Metodologia:** Estudo observacional, transversal e quantitativo, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Formiga-MG. Inclui pacientes com DPOC diagnosticada por espirometria, idade ≥ 40 anos e cadastrados na Atenção Primária à Saúde de Formiga-MG. A amostragem é não probabilística, por conveniência, seguindo critérios de elegibilidade. A coleta é realizada em visitas domiciliares, com aplicação da mMRC e do SGRQ. Os dados serão analisados por estatística descritiva e testes de correlação (Pearson ou Spearman), adotando-se nível de significância de 5%. **Resultados Parciais:** Foram identificados 28 pacientes elegíveis nos registros da Atenção Primária, dos quais 10 já participaram da coleta. A média de idade



foi de 67,4 anos, com predominância masculina. Na mMRC, a maioria apresentou dispneia grau 2, indicando limitação ao caminhar em terreno plano. No SGRQ, os domínios “Atividades” e “Impacto” mostraram escores médios acima de 50%, refletindo pior qualidade de vida funcional e psicossocial.

Conclusão: Os resultados preliminares indicam relação entre maior gravidade de dispneia e redução da qualidade de vida, sobretudo nos aspectos funcionais e sociais. A continuidade da coleta permitirá ampliar a amostra e aprofundar a análise, fornecendo suporte para intervenções fisioterapêuticas mais direcionadas.

Palavras-chave: dispneia; DPOC; qualidade de vida.



RESSOCIALIZAÇÃO E REINTRODUÇÃO DE GALOS COMBATENTES EM SEU HABITAT¹

Dênio Garcia Silva de Oliveira²; Ana Luiza Silva Pacheco³; Cláudio Alves Rodrigues³; Lourenço Alves Pereira dos Santos³.

¹ Resultados parciais de projeto do primeiro autor.

² Prof. Titular – UNIFOR-MG, Idealizador do projeto. Formiga-MG, Brasil.

³ Graduando em Medicina Veterinária do UNIFOR-MG, Formiga-MG.

RESUMO

Introdução: A rinha de galos é uma prática antiga e ilegal, motivada por apostas, onde os animais, como o Galo Índio, são mantidos em condições precárias, muitas vezes mutilados ou feridos. Essa atividade é cruel e viola princípios de bem-estar animal, como evitar dor, fome e desconforto. Embora alguns pensem em devolver os galos às suas áreas naturais, a ressocialização por especialistas é fundamental para sua recuperação. No Brasil, essa prática ainda é pouco comum, possivelmente por falta de conhecimento ou confusão com técnicas de reintrodução de espécies mais agressivas. **Objetivo:** Ajudar a cuidar e conservar os galos apreendidos em rinhos ou criadouros, usando tecnologia para ressocializá-los. **Metodologia:** O projeto envolve duas grandes etapas principais: quarentena e campo. Na quarentena, os galos combatentes apreendidos são triados, avaliados e mantidos isolados por, pelo menos, 10 dias, recebendo cuidados como vermiculização, alimentação e monitoramento de saúde. Os melhores são selecionados para a fase de ressocialização, são colocados em piquetes com água, comida e identificações específicas. Passam por um processo de adaptação, que inclui verificar se entram em combate e, se necessário, são separados até que se ajustem. Na fase de campo, as aves são doadas a proprietários rurais interessados no intuito de melhorar a qualidade genética do seu plantel. **Resultados:** Desde a implantação do projeto em 2020 até o final do ano de 2024, foram acolhidos 2106 galos, 1352 (64%) foram ressocializados e 764 (56,5%) adotados. Alguns galos apresentam lesões permanentes no sistema locomotor e não são adotados. Durante o processo de ressocialização a mortalidade gira em torno de 30% devido a várias causas, dentre elas, lesões internas, lesões de combate, sistema de criação pregresso, histórico de maus tratos. **Conclusão:** No entanto, com cuidados especializados, é possível ressocializar e reintroduzir esses animais na natureza ou na vida rural,



ajudando na conservação e promovendo práticas responsáveis. Com o esforço de técnicos, comunidades e órgãos ambientais, essa prática ilegal pode se transformar em uma oportunidade de preservação, contribuindo para um futuro mais ético e sustentável para esses animais.

Palavras-chave: estresse; galos; maus tratos.



SEGURO-DESEMPREGO DA(O) EMPREGADA(O) DOMÉSTICA(O) À LUZ DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE: HARMONIA OU INCOMPATIBILIDADE?¹

Leandro Arantes¹; Vitor Fonseca²; Weslem Ezaquiel dos Santos³; Ana Flávia Paulinelli Rodrigues Nunes⁴.

¹ Leandro Arantes Graduando em Direito pelo Centro Universitário de Formiga UNIFOR-MG, Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: leandroaf1311@gmail.com.

² Vitor Fonseca Graduando em Direito pelo Centro Universitário de Formiga UNIFOR-MG, Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: vitor1325@hotmail.com.

³ Weslem Ezaquiel dos Santos Graduando em Direito pelo Centro Universitário de Formiga UNIFOR-MG, Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: weslemsantos18@gmail.com.

⁴Mestre em Direito pela PUC Minas, Professora e Orientadora do Centro Universitário de Formiga UNIFOR-MG, Formiga, Minas Gerais, Brasil. E-mail: coorddireito@uniformg.edu.br.

RESUMO

Introdução: Historicamente, os direitos dos trabalhadores domésticos são frutos de uma longa luta social. Paulatinamente, essa categoria vem conquistando seu lugar no ordenamento jurídico brasileiro. Nas primeiras regulamentações, foram deferidos direitos, porém de forma tímida. Esses Trabalhadores tiveram o vínculo empregatício reconhecida, mas foram excluídos de direitos garantidos aos demais trabalhadores, como limite de jornada, FGTS obrigatório, seguro desemprego, entre outros. Em 2015, a discussão sobre os direitos dessa categoria voltou para a pauta legislativa em razão da Convenção 189 da OIT e ampliou-se significativamente os direitos dessa categoria no Brasil, aproximando-se do princípio da igualdade que preconiza que todos devem ser tratados de forma igual perante a lei. Porém, manteve-se restrição em relação ao seguro desemprego para essa categoria. Enquanto as demais categorias de trabalhadores podem receber até 5 parcelas de seguro desemprego, com teto hoje de R\$ 2.424,12, os trabalhadores domésticos podem receber somente 3 parcelas, com o teto de um salário mínimo, R\$1518,00. **Objetivo:** Nesse contexto, essa pesquisa buscou analisar se a forma como o seguro desemprego está regulamentado para o trabalhador doméstico no ordenamento jurídico brasileiro é compatível com o princípio da igualdade previsto na Constituição Federal. **Metodologia:** Será utilizado o método histórico-descritivo por meio de pesquisa bibliográfica, científica e jurisprudencial. **Resultados parciais:** A regulamentação do seguro desemprego para o trabalhador doméstico, na forma como está na lei, é compatível com o princípio da igualdade em razão das peculiares da categoria ou há uma dissonância jurídica entre a



forma que foi regulamentado o seguro desemprego para o doméstico e o princípio da igualdade uma vez que não traz uma igualdade substancial para essa categoria em relação às demais. **Conclusão:** A regulamentação atual do seguro-desemprego para o trabalhador doméstico fere o princípio da igualdade, pois impõe critérios mais rígidos e restritivos em comparação aos exigidos para os demais trabalhadores formais. Uma vez que não há nenhuma especificidade nessa categoria para haver essa diferenciação, a atual forma de regulamentação traz uma discriminação indireta e trata de forma desigualmente categorias de trabalhadores que, em tese, deveriam ter os mesmos direitos sociais assegurados, contrariando o princípio da igualdade previsto na Constituição Federal.

Palavras-chave: empregado doméstico; princípio da igualdade; seguro desemprego.

Os autores agradecem ao Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG pelo incentivo a essa pesquisa.



SOCIEDADE LIMITADA E SOCIEDADE ANÔNIMA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE SUAS CARACTERÍSTICAS JURÍDICAS E APLICABILIDADES¹

Lívia Eduarda de Sousa²; Célia Guedes Faria Lima³.

¹Resultados parciais de projeto desenvolvido a partir de reflexões acadêmicas no contexto universitário do UNIFOR-MG.

²Graduanda em Direito pelo UNIFOR-MG, Formiga-MG; Estagiária na Secretaria da Vara de Família, Sucessões e Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Formiga-MG. E-mail: liviaeduarda2115@gmail.com.

³Professora Mestre Titular no Curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: celia@celiaguedes.adv.br.

RESUMO

Introdução: O ordenamento jurídico brasileiro oferece diferentes formas de organização societária, possibilitando que empreendedores e investidores escolham o tipo mais adequado às suas necessidades e à natureza de suas atividades. Dentre as espécies mais conhecidas, destacam-se a sociedade limitada e a sociedade anônima, também conhecida como companhia. Embora ambas sejam amplamente utilizadas, apresentam distinções marcantes quanto à estrutura, funcionamento e exigências legais, fazendo com que cada uma se adeque melhor a situações específicas. **Objetivo:** Pretende-se comparar os principais aspectos entre a sociedade limitada e a sociedade anônima, analisando como suas diferenças podem influenciar a escolha do tipo societário mais adequado às necessidades reais de cada caso concreto. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão sistemática baseada na legislação vigente, especialmente o Código Civil e a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), além de doutrinas consagradas no campo do Direito Empresarial, como as de Marlon Tomazette e Fábio Ulhoa Coelho. **Resultados:** Constatou-se que, na sociedade limitada, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor das quotas, mas solidária quanto ao capital social não integralizado. Esse tipo societário admite a figura de único sócio pessoa física ou jurídica e pode ser enquadrado como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), permitindo o registro no Cartório ou na Junta Comercial conforme suas características. Na sociedade anônima, a responsabilidade dos acionistas limita-se ao preço de emissão das ações subscritas. Esta admite unipessoalidade apenas em caso de pessoa jurídica nacional, não permite enquadramento como ME ou EPP e exige



registro na Junta Comercial. **Conclusão:** A análise dos dados evidencia que a sociedade limitada apresenta maior flexibilidade, especialmente para empreendimentos de menor porte, por admitir pessoa física enquanto única sócia, permitir o enquadramento como ME ou EPP e oferecer estrutura mais simples. A sociedade anônima, por sua vez, embora garanta maior proteção ao patrimônio dos acionistas ao não admitir responsabilidade solidária, envolve maior formalismo, custos mais elevados e restrições que a tornam pouco atrativa para negócios menores. Assim, a escolha entre os tipos societários deve considerar não apenas os aspectos jurídicos, mas também as reais necessidades, objetivos e possibilidades de cada empreendimento.

Palavras-chave: diferenças; sociedade anônima; sociedade limitada.

As autoras agradecem ao UNIFOR-MG pela possibilidade da pesquisa.



TECTITOS GERAISITOS DO NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS- AS PRIMEIRAS ANÁLISES¹

Anísio Cláudio Rios Fonseca²; Gabriel Gonçalves³.

¹Resultados parciais de pesquisa do Laboratório de Mineralogia do UNIFOR-MG em parceria com discente bolsista da Fundação Victor Dequech, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

²Professor pesquisador e Curador do Laboratório de Mineralogia do UNIFOR-MG. E-mail: anisiogeo@uniformg.edu.br.

³Doutor em Astrobiologia Universidade de São Paulo (USP) e pós doutorando pela USININOS. E-mail: g_goncalves_silva@hotmail.com

RESUMO

Introdução: Tectitos (*Tektites*) são estruturas vítreas formados a partir do impacto de grandes meteoritos na crosta terrestre. A imensa energia liberada funde partes da crosta terrestre e arremessa material fundido a vários quilômetros de distância. Devido à cinética e ao resfriamento, essas estruturas adquirem formas aerodinâmicas características. Corpos assim têm sido encontrados por moradores da região norte de Minas Gerais e um deles enviou material aos autores para sua identificação. **Objetivo:** Identificar o material enviado por meio de ensaios de laboratório e comparação com o espectro RAMAN de tectitos conhecidos de outras partes do mundo. **Metodologia:** As amostras foram obtidas por intermédio de um profissional da área da saúde, morador da região norte do estado de Minas Gerais. Primeiramente, foram analisadas com microscópio estereoscópico e fotografadas. Foi mensurada a quantidade de bolhas internas e realizado cálculos precisos de densidade aparente com balança analítica e aparato inox. Foram realizados ensaios de perda ao fogo na Mufla, fluorescência com UV-L, dureza, cor, traço, brilho e RAMAN nos laboratórios da USP. A espectroscopia Raman é uma técnica de espalhamento de luz onde um fóton de uma fonte monocromática, laser, interage com a amostra para produzir radiação espalhada em diversos comprimentos de onda. **Resultados:** Ao microscópio foi observado grande quantidade de bolhas, cor verde e pequena alteração intempérica superficial. As amostras apresentaram brilho vítreo, densidade média de 2,4224 g/cm³, traço branco, ausência de fluorescência, ausência de radioatividade, dureza em torno de 6 na escala de Mohs, morfologia e espectro RAMAN muito próximos de tectitos conhecidos. Diversas informações sobre a amostra foram obtidas, tais como



identificação química, caracterização de estruturas moleculares. O ensaio de perda ao fogo evidenciou o baixíssimo teor de água na amostra, praticamente não havendo variação de massa. Imagens de amostras *in situ* foram utilizadas como informação complementar neste estudo. **Conclusão:** Todas propriedades aferidas pelos ensaios confirmaram que as amostras enviadas eram tectitos autênticos, tornando-se a sétima ocorrência no mundo.

Palavras-chave: meteorito; impacto. Análises.

Os autores agradecem ao UNIFOR-MG e à USP pela cessão dos laboratórios.



USO DE ESPECTROFOTOMETRIA UV-VIS NA DETECÇÃO DE LÍPÍDEOS EM PRODUTOS *FITNESS*¹

Daniely Aparecida Cardoso Francisco²; Alex Magalhães de Almeida³.

¹Resultados parciais de projeto do primeiro autor intitulado “Desenvolvimento de método espectrofotométrico UV-VIS para avaliar a presença de carboidratos e lipídeos em produtos fitness”, aprovado no Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG com cessão de bolsa ao discente pela FAPEMIG.

²Graduando em Bacharelado em Fisioterapia do UNIFOR-MG, Formiga-MG; Bolsista da FAPEMIG. E-mail: daniapcardoso04@gmail.com.

³Prof. Adjunto – UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG Formiga-MG, coordenador do projeto intitulado “Desenvolvimento de método espectrofotométrico UV-VIS para avaliar a presença de carboidratos e lipídeos em produtos fitness”.

RESUMO

Introdução: O corpo humano para funcionar corretamente, necessita de um constante gasto energético subsidiado pela ingestão de carboidratos, lipídeos e proteínas basicamente, entretanto o consumo exagerado destes itens leva a complicações de saúde. **Objetivo:** Propor uma forma de detectar lipídeos em alimentos fitness empregando espectrofotometria UV-VIS. **Metodologia:** Pelo fato da gordura não ser miscível com o meio aquoso, elaborou-se um sistema ternário homogêneo com os solventes água – etanol – acetato de etila. O sistema aquoso contém o reagente indicador, o acetato de etila contém os lipídeos solubilizados e o etanol atua como consoluto (agente que permite a interação entre meio aquoso e meio orgânico). Nesse sistema, as determinações foram realizadas a 650 nm, empregando espectrofotometria UV-VIS. **Resultados:** A curva de calibração obtida apresentou as seguintes características: $ABS = 0,161[\%lipídeos] - 0,0181$, com $R^2 = 0,995$. As amostras de Creatina, Whey e Albumina, foram solubilizadas em acetato de etila e sofreram avaliações quanto ao teor de lipídeos. As determinações revelam pequenos valores de lipídeos nos suplementos alimentares examinados. **Conclusão:** Os valores encontrados não apresentam significância quanto a sua presença no suplemento, visto que o objetivo da alimentação fitness é reduzir a ingestão de gorduras, mas não as eliminar. Dessa forma propõe-se a utilização da metodologia aqui utilizada para a detecção de lipídeos em produtos fitness.



Palavras-chave: albumina creatina e whey; sistema ternário homogêneo; determinação por espectrofotometria.

Os autores agradecem à FAPEMIG pela concessão da bolsa de iniciação científica e ao Centro Universitário de Formiga pelo uso dos laboratórios e equipamentos.



VIÉS DE CONFIRMAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI: A INFLUÊNCIA COGNITIVA NA FORMAÇÃO DO JUÍZO DE CONDENAÇÃO¹

Nicolas Fonseca Gonçalves²; Ricardo Augusto de Bessas³.

¹Resultados parciais de grupo de estudo.

²Graduando do 9º período do curso de Direito do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: nicolasfonseca.direito@gmail.com.

³Professor do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG, Formiga/MG, Brasil. Mestre em Direitos Fundamentais (Universidade de Itaúna). Organizador do grupo de estudos Cidadania: os direitos individuais diante do sistema de segurança pública. E-mail: rabessas@gmail.com.

RESUMO

Introdução: O presente trabalho de conteúdo interdisciplinar envolvendo Direito e Psicologia analisa a atuação dos jurados no Tribunal do Júri sob a perspectiva do viés de confirmação, fenômeno cognitivo que leva o indivíduo a valorizar informações compatíveis com suas crenças prévias, desprezando dados que as contradigam. **Objetivo:** Compreender como esse atalho mental pode comprometer a imparcialidade do julgamento penal, especialmente diante da ausência de formação jurídica dos jurados e da influência de fatores emocionais ou preconceitos sociais. **Metodologia:** Utilizou-se na pesquisa a revisão bibliográfica, com análise doutrinária e jurisprudencial, e fundamenta-se na teoria da dissonância cognitiva de Leon Festinger, que esclarece a tendência humana de rejeitar informações dissonantes para preservar a coerência interna de suas convicções. **Resultado:** Constatou-se que o viés de confirmação pode influenciar de forma decisiva o processo deliberativo dos jurados, comprometendo a legitimidade do veredicto. A pesquisa evidencia a necessidade de adoção de medidas mitigadoras, tais como a capacitação prévia dos jurados, a limitação do uso de narrativas excessivamente emocionais em plenário e o fortalecimento do papel técnico do juiz presidente como garantidor da regularidade do julgamento. **Conclusão:** O reconhecimento dos efeitos dos vieses cognitivos é fundamental para o aprimoramento do Tribunal do Júri, permitindo julgamentos mais racionais e alinhados aos princípios do devido processo legal. A adoção de estratégias que neutralizem tais influências contribui para a proteção dos direitos fundamentais do acusado e para a integridade do sistema de justiça criminal.



Palavras-chave: cognição; imparcialidade; tribunal do júri.



ZEÓLITAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS- OCORRÊNCIA DE ESTILBITA, ANALCIMA E HEULANDITA NOS BASALTOS FORMAÇÃO SERRA GERAL, EM FRUTAL- MG¹

Anísio Cláudio Rios Fonseca²; Vitor de Carvalho Maia³; Márcio Nelson Belli⁴; Alex Magalhães de Almeida⁵.

¹Resultados parciais de pesquisa do Laboratório de Mineralogia do UNIFOR-MG em parceria com discente bolsista da Fundação Victor Dequech, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

²Professor pesquisador e Curador do Laboratório de Mineralogia do UNIFOR-MG. E-mail: anisiogeo@uniformg.edu.br.

³Graduando em Geologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: vitorcm321@gmail.com.

⁴Egresso da Universidade Regional de Blumenau. E-mail: marcio.n.belli@gmail.com.

⁵Professor titular e pesquisador do UNIFOR-MG, Formiga-MG, Brasil; Orientador do Programa de Iniciação Científica do UNIFOR-MG, Formiga-MG. E-mail: alex@uniformg.edu.br.

RESUMO

Introdução: O termo “Zeólitas” engloba uma vasta gama de minerais silicatados e hidratados que ocorrem principalmente em rochas vulcânicas como os basaltos, e são abundantes nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Utilizadas na produção de peneiras moleculares e na agricultura, têm sido substituídas por zeólitas sintéticas. A ocorrência estudada está localizada em Frutal- MG e visa a produção de minerais de coleção, visto que a frente de lavra trabalha com o desmonte de rocha basáltica rica em cavidades. As amostras estudadas são associações de estilbita (com hábito característico), heulandita basal e analcimas, mas já foram detectados cristais aciculares de possível escolecita ou natrólita. A calcita está presente em todas amostras estudadas. **Objetivo:** Identificar e classificar os minerais quanto suas características morfológicas (hábito) e parágenese, relevância e apelo estético para o mercado de coleções, análises por microscopia eletrônica de varredora e sistema de energia dispersiva (EDX). **Metodologia:** As amostras foram obtidas por intermédio de um coletor e comerciante de Frutal, no estado de Minas Gerais, ao qual o primeiro autor presta consultoria. Primeiramente foram analisadas com microscópio estereoscópico e fotografadas. Foram realizados ensaios de densidade com balança analítica e aparato inox, perda ao fogo na Mufla, solubilização em meio ácido, fluorescência com UV-L e UV-C, dureza, cor, traço, brilho e morfologia dos seus cristais e agregados. **Resultados:** Ao microscópio



foi observado que as amostras estudadas são constituídas de quatro zeólitas com diferentes hábitos, a estilbita e a analcima são as mais características. A perda ao fogo foi proporcional à estequiometria da estilbita. As outras zeólitas não tinham volume suficiente para a prática. **Conclusão:** Os estudos preliminares confirmaram a identidade de três zeólitas, as quais possuem grande valor estético para o mercado de coleções, dadas sua riqueza morfológica e de cores. Podem constituir importante complemento econômico na atividade minerária.

Palavras-chave: estilbita; basalto; análises.

Os autores agradecem ao UNIFOR-MG e à UFMG pela utilização dos laboratórios.